



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**CIDADES GÊMEAS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA:
UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM
BRASILEIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA**

FRANCISCO WENDERSON PEREIRA DE SOUZA

DISSERTAÇÃO

Foz do Iguaçu
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**CIDADES GÊMEAS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA:
UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM
BRASILEIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA**

FRANCISCO WENDERSON PEREIRA DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Francisca Paula S.
Maia

Coorientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo
Staevie

Foz do Iguaçu
2025

FRANCISCO WENDERSON PEREIRA DE SOUZA

**CIDADES GÊMEAS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA:
UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS EM
BRASILEIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dr^a. Francisca Paula S. Maia

UNILA

Orientador: Prof. Dr. Pedro Marcelo Staevie

UNILA

Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto

UFOP

Profa. Dra. Laura Janaina Dias Amato

(UNILA)

Profa. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva (UFSC)

Foz do Iguaçu, 28 de fevereiro de 2025.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - CENTRAL

S729

Souza, Francisco Wenderson Pereira de.

Cidades gêmeas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre desafios e estratégias educacionais em Brasileia, Eptaciolândia e Cobija / Francisco Wenderson Pereira de Souza. - Foz do Iguaçu, 2025.
118 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2025.

Orientador: Francisca Paula S. Maia.

Coorientador: Pedro Marcelo Staevie.

1. Cidades-irmãs. 2. Educação. 3. Fronteiras. 4. Pluralismo cultural. 5. Educação e Estado. 6. Política pública. I. Maia, Francisca Paula S. II. Staevie, Pedro Marcelo. III. Título.

CDU 37(1-04)

Dedico este trabalho à memória da minha querida bisavó Adélia e dos meus saudosos amigos Rodrigo, Kemelly, Camila e Alysson. Embora não estejam mais entre nós, cada um deles marcou profundamente minha jornada até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Francisca Paula S. Maia, não apenas pela valiosa orientação neste trabalho, mas, acima de tudo, pela amizade e apoio que sempre me ofereceu ao longo dessa jornada. Gostaria de expressar também minha sincera gratidão ao coorientador, Dr. Pedro Marcelo Staevie, pelo apoio e pela excelente coorientação durante todo o processo. Sua dedicação e competência foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao Prof. Dr. Exzolvildres Queiroz Neto e à Prof. Dra. Maria Ceres Pereira (UNILA) pela valiosa contribuição enquanto membros da banca de qualificação. Suas considerações e observações foram essenciais para o aprimoramento deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer à minha tia Patrísce Pereira de Souza, que sempre me ofereceu suporte incondicional e acreditou em mim em todos os momentos. Sua confiança e apoio constantes foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Quero também expressar minha gratidão ao meu fiel companheiro, meu cachorro, Acre, que nos dias de ansiedade, esteve sempre ao meu lado, trazendo conforto e tranquilidade. Sua presença foi essencial para me ajudar a enfrentar os momentos mais desafiadores.

Aos meus melhores amigos Otavyo, Erik, Thaina, Suan, Breno, David, Franciley e José, sou imensamente grato pelas conversas, pelo apoio incondicional e pela presença constante durante esses 24 meses de trabalho árduo. Vocês tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Aos meus irmãos e irmãs de laço sanguíneo, agradeço por todo o apoio, carinho e companheirismo ao longo dessa jornada. Vocês são parte fundamental da minha vida e do meu crescimento.

Aos meus amigos de Weplay, que tornaram inúmeras noites mais leves com momentos de alegria e descontração. Sua amizade e companhia foram essenciais para equilibrar os desafios desta jornada, proporcionando instantes de paz que, sem dúvida, contribuíram para o êxito deste trabalho.

Gostaria de expressar minha sincera gratidão pelo acolhimento recebido no programa de pós-graduação. A atmosfera de apoio e incentivo proporcionada por todos foi essencial para minha adaptação e desenvolvimento acadêmico, tornando essa experiência ainda mais enriquecedora.

E ao meu próprio eu, ao que iniciou essa jornada, com muitos medos e desafios, agradeço pela resiliência e dedicação ao longo desta trajetória.

Agradeço imensamente à banca examinadora pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições feitas NA DEFESA FINAL Deste trabalho. As observações e sugestões apresentadas foram fundamentais para a DIVULGAÇÃO dessa pesquisa, permitindo uma reflexão mais aprofundada sobre o tema e fortalecendo a qualidade da dissertação. Sou grato pelo tempo e dedicação de cada membro da banca, cujo conhecimento e experiência enriqueceram este estudo de maneira significativa.

A todos o meu muito obrigado!

O que importa não é se você pode vencer ou perder, mas sim o que você faz para alcançar seus objetivos.
(Uzumaki, Naruto)

"Não fomos feitos para salvar o mundo. Fomos feitos para deixá-lo. E isso sempre foi maior do que nós." (Interestelar, 2014)

RESUMO

O presente estudo aborda o conceito de fronteiras na América Latina e as estratégias educacionais por meio de políticas públicas nas cidades gêmeas entre Brasil e Bolívia, considerando a influência da colonização portuguesa e espanhola. Antes da consolidação e divisão de fronteira desses estados, essa região era caracterizada por sociedades diversas, sendo que a chegada dos colonizadores europeus desencadeou transformações sociais e políticas que influenciaram a configuração dos Estados contemporâneos. No contexto específico da fronteira entre Brasil e Bolívia, sua formação foi marcada por fatores históricos, políticos e econômicos, moldando as dinâmicas sociais e educacionais atuais. A pesquisa concentra-se nas sociedades fronteiriças, conferindo ênfase à relevância das cidades gêmeas enquanto catalisadoras de potencialidades e desafios. Nesse sentido, investiga-se o panorama educacional dessas regiões, com especial atenção às escolas bilíngues e aos modelos educacionais adotados. Como parte desse estudo, realiza-se um levantamento sobre práticas pedagógicas, desafios enfrentados por professores e alunos, e estratégias empregadas para lidar com a diversidade linguística e cultural. Além disso, examina-se a influência da coexistência das línguas português e espanhol nas dinâmicas escolares e no desempenho acadêmico dos alunos. A análise também abrange a infraestrutura escolar e os recursos disponíveis, avaliando seu impacto no processo de ensino-aprendizagem. Outro aspecto investigado refere-se à eficácia de programas bilíngues e de formação docente, considerando como essas iniciativas contribuem para o enfrentamento da diversidade nas escolas fronteiriças. Adicionalmente, a pesquisa explora as influências geopolíticas e contextuais das cidades gêmeas na organização educacional e nos desafios enfrentados por docentes e discentes. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem mista, que combina revisão de literatura e estudo de campo. A revisão abarca pesquisas anteriores sobre diversidade linguística e cultural em ambientes educacionais fronteiriços. O estudo de campo é conduzido em escolas previamente selecionadas, onde são aplicados questionários estruturados para coleta de dados, analisados quantitativa e qualitativamente, com ênfase na abordagem qualitativa. Com base nos dados analisados, propõem-se estratégias inclusivas e sensíveis à diversidade linguística e cultural, visando promover uma educação de qualidade na Faixa de Fronteira. Além disso, são desenvolvidas recomendações para políticas educacionais eficazes que atendam às especificidades das cidades gêmeas e possam ser replicadas em contextos similares. Dessa forma, a pesquisa busca contribuir para a compreensão das dinâmicas educacionais na fronteira, respeitando o encontro de culturas e explorando a possibilidade da construção de uma identidade educacional própria, que transcenda as demarcações territoriais.

Palavras-Chave: Cidades Gêmeas. Educação. Fronteiras. Diversidade Cultural. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

This study addresses the concept of borders in Latin America and the educational strategies implemented through public policies in twin cities along the Brazil-Bolivia border, considering the influence of Portuguese and Spanish colonization. Before the consolidation and division of these states' borders, the region was characterized by diverse societies. The arrival of European colonizers triggered social and political transformations that influenced the configuration of contemporary states. In the specific context of the Brazil-Bolivia border, its formation was shaped by historical, political, and economic factors, which have molded current social and educational dynamics. The research focuses on border societies, emphasizing the significance of twin cities as catalysts for both opportunities and challenges. In this regard, the study investigates the educational landscape of these regions, with special attention to bilingual schools and the educational models adopted. As part of this research, a survey is conducted on pedagogical practices, challenges faced by teachers and students, and strategies employed to address linguistic and cultural diversity. Additionally, the study examines the influence of the coexistence of Portuguese and Spanish on school dynamics and students' academic performance. The analysis also covers school infrastructure and available resources, assessing their impact on the teaching-learning process. Another aspect investigated is the effectiveness of bilingual programs and teacher training, considering how these initiatives contribute to addressing diversity in border schools. Furthermore, the research explores the geopolitical and contextual influences of Twin cities on educational organization and the challenges faced by educators and students. Methodologically, a mixed approach was chosen, combining literature review and field research. The review encompasses previous studies on linguistic and cultural diversity in border educational environments. The field study is conducted in pre-selected schools, where structured questionnaires are applied for data collection, analyzed both quantitatively and qualitatively, with an emphasis on the qualitative approach. Based on the analyzed data, inclusive strategies sensitive to linguistic and cultural diversity are proposed to promote quality education in the border region. Additionally, recommendations are developed for effective educational policies that address the specificities of twin cities and can be replicated in similar contexts. Thus, this research aims to contribute to the understanding of educational dynamics at the border, respecting the intersection of cultures and exploring the possibility of constructing a unique educational identity that transcends territorial demarcations.

Keywords: Twin Cities. Education. Borders. Cultural Diversity. Educational Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A abordagem estatística na pesquisa quantitativa na visão de Manzato ...	23
Figura 2: Representação no Google Maps incluindo a distância entre as três unidades de Ensino	27
Figura 3: Foto da escola brasileira Estadual Kairala José Kairala.....	28
Figura 4: Evolução da distorção idade-série – Escola Estadual Kairala Jose Kairala	28
Figura 5: Foto da Escola brasileira: Escola Estadual Belo Povir	30
Figura 6: Evolução da distorção idade-série – Escola Belo Povir	31
Figura 7: Foto da escola boliviana: Unidad Educativa Cobija “A”	32
Figura 8: Mapa Político do Brasil considerando suas fronteiras e estados	43
Figura 9: Distribuição e fluxo da interação da fronteira entre Brasil e Bolívia.....	47
Figura 10: Mapa demonstrativo das 3 cidades, Brasileia, Cobija e Eptaciolândia em 2D	55
Figura 11: Gráfico que relaciona a faixa etária dos respondentes versus a quantidade de participantes	71
Figura 12: Distribuição dos professores entrevistados com base nas escolas de estudo	72
Figura 13: Relação entre o tempo estimado de atuação dos professores nas escolas versus a faixa etária deles.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Apresentação de tipos de Survey de acordo o método de pesquisa	22
Quadro 2: Relação tabelada de 5 repostas selecionadas para a atuação atual do professor e o interesse em permanecer na profissão	72
Quadro 3: Relação de respostas selecionadas sobre a experiências dos Educadores em escolas de fronteiras	73
Quadro 4: Levantamento geográfico da atuação dos educadores nas cidades de fronteiras	75
Quadro 5: Experiências dos educadores em aulas lecionadas em países aquém do de sua nacionalidade	76
Quadro 6: Relação das dificuldades encontradas pelos professores em ministrarem aulas em cidades fronteiriças	78
Quadro 7: Percepção dos educadores quanto as dificuldades enfrentadas defrente as barreiras linguísticas	80
Quadro 8: Respostas referente a percepção dos educadores frente as barreiras estruturais/estrutura físicas das unidades de ensino e localizações geográficas.	82
Quadro 9: Participação dos Educadores frente à disponibilidade de programas voltados para a educação sem fronteiras disponibilizados através de políticas públicas e/ou privadas regionais	83
Quadro 10: Percepção dos educadores frente as disparidades no processo de Ensino e Aprendizagem nas escolas de fronteira	85
Quadro 11: Comentários e sugestões dos professores na finalização do questionário	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Público Alvo da pesquisa dividido em idade, gênero e escola 24

Tabela 2: Lista de Cidades Gêmeas, seus estados, sua população e seu código junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo de 2010 42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PEIF	Programa Especial de Integração Fronteiriça
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
TCE/AC	Tribunal de Contas do Estado do Acre

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA	17
1.2 PROBLEMAS.....	18
1.3 HIPÓTESE(S).....	19
1.4 OBJETIVO(S).....	20
1.4.1 Objetivo Geral	20
1.4.2 Objetivos Específicos	20
1.5 METODOLOGIA	21
1.5.1 População de Estudo	25
1.5.2 Coleta de dados	34
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO EM FRONTEIRAS	37
2.1 O CONCEITO E A IMPORTÂNCIA DE FRONTEIRAS.....	37
2.1.1 Cidades gêmeas: interações e dinâmicas em regiões de fronteira	43
2.1.2 Cidades gêmeas e sua relação com os sistemas políticos	49
2.2 FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLÍVIA – IMPASSES E PERSPECTIVAS.....	53
2.2.1 Cobija: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Boliviana	57
2.2.2 Epitaciolândia: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Brasileira.....	59
2.2.3 Brasília: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Brasileira	61
2.3 PROGRAMA ESCOLAS INTERCULTURAIS DE FRONTEIRA: IMPACTOS E PERSPECTIVAS PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA.....	62
2.4 ABORDAGEM EDUCACIONAL FRONTEIRIÇAS	65
2.4.1 Desafios Culturais, Barreiras Linguísticas e Barreira de Estruturas.....	65
2.4.2 Um novo olhar educacional frente aos conflitos de identidade e interesses políticos.....	68
3 DESCOBERTAS DO ESTUDO	69
3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	93
4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS NAS ESCOLAS DAS CIDADES GÊMEAS.....	93
4.1.2 Impactos da diversidade linguística e cultural no desempenho escolar	94
4.2 INFRAESTRUTURA E RECURSOS: CONDIÇÕES PARA O ENSINO APRENDIZAGEM	95
4.3 PROGRAMAS BILÍNGUES E FORMAÇÃO DOCENTE: ABORDAGENS E EFICÁCIA.....	96
4.4 PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS E SENSÍVEIS À DIVERSIDADE.....	97
4.4.1 Recomendações para políticas educacionais nas cidades gêmeas	100
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICES	108
ANEXOS	110
ANEXO A – OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FRONTEIRAS	110

1 INTRODUÇÃO

A compreensão das fronteiras no contexto latino-americano requer uma análise que abarque tanto a relação sócio-histórica quanto a influência da colonização, especialmente de partes colonizadas por Portugal e Espanha. A América Latina, antes da consolidação dos países, divididos da forma como hoje conhecemos, era habitada por sociedades diversas com suas próprias estruturas sociais e políticas (FARRET, 2011).

A colonização na América Latina, dividida entre as esferas de influência espanhola e portuguesa, forjou a base para a organização territorial dos países na região. A presença espanhola, marcante em muitas partes da América Latina, influenciou a língua, a cultura e as estruturas políticas de diversas nações, enquanto a colonização portuguesa delineou a identidade e a organização territorial do que hoje é o Brasil. Esse processo de colonização imprimiu características distintas às nações latino-americanas e teve um papel central na demarcação das futuras fronteiras (BETHELL, 2002).

Caio Prado Júnior, em sua obra "Formação do Brasil Contemporâneo", analisa profundamente as estruturas sociais e econômicas formadas pela colonização portuguesa, destacando que o processo colonial moldou não apenas a economia, mas também as relações de poder e identidade no Brasil.

Esse contexto é diretamente relacionado às demarcações de fronteira, que frequentemente ignoraram as realidades locais e fomentaram conflitos entre grupos, reforçando a dependência econômica e as desigualdades sociais, conforme o autor aponta em suas reflexões sobre a formação da sociedade brasileira. Assim, as fronteiras demarcadas não apenas definiram limites territoriais, mas também perpetuaram uma estrutura colonial que ainda influencia a dinâmica do país (PRADO JÚNIOR, 2011).

A chegada dos colonizadores europeus, notadamente portugueses e espanhóis, foi um marco crucial que não apenas redefiniu as dinâmicas sociais e políticas, mas também estabeleceu as bases para a configuração dos Estados atuais. A formação das fronteiras, em particular no caso do Brasil e da Bolívia, é uma narrativa complexa que combina elementos sociológicos, antropológicos, econômicos e políticos, transformando o território em um espaço de vida moldado por múltiplos processos históricos e culturais.

A divisão social que classifica os habitantes da fronteira como bolivianos ou brasileiros é uma construção identitária que revela dinâmicas de poder e disputas por recursos materiais e simbólicos, manifestando-se tanto nas interações cotidianas quanto nas relações entre os países. No entanto, essa separação rígida entre "nós" e "eles" se dissolve diante de uma análise empírica da vida fronteiriça, que se mostra mais rica e complexa devido a processos de "hibridização", à aquisição de dupla nacionalidade e aos direitos de cidadania em ambos os lados, bem como aos intensos fluxos culturais e identitários que permeiam essa realidade (COSTA, 2013).

Embora a ideologia do Estado tenha caráter hegemônico, é importante reconhecer a existência de brechas e possibilidades que permitem a construção da vida social fora das imposições rígidas da soberania. As dinâmicas vivenciadas em áreas de fronteira ilustram alternativas que desafiam a visão tradicional do poder, frequentemente entendido como uma imposição unilateral ou exclusivamente dominadora por parte do Estado (COSTA, 2013).

No caso específico da fronteira entre Brasil e Bolívia, o processo de formação foi resultado tanto das relações históricas como das necessidades políticas e econômica. Olhando de uma perspectiva sociológica e antropológica, a formação das fronteiras entre esses dois países pode ser vista como um processo de negociação e conflito entre diferentes grupos sociais e culturais que habitavam a região, influenciados pela interação e imposição de interesses externos.

Os famosos tratados coloniais (como o de Madri¹ e o de Santo Ildefonso²) são muitas vezes percebidos como precursores das limitações territoriais tanto da Bolívia como do Brasil, tornando-se, inclusive, componente fundamental na história desses países. Era como se após a independência bastaria cumprir o legado colonial para que fosse percebida a "verdadeira fronteira" entre os novos países. São muitos os discursos em livros de História que enunciam uma continuidade dos territórios, dos tempos coloniais, como os precursores dos países que daí se delineariam (DE SENA, 2012).

¹ O Tratado de Madri, assinado em 1750 entre Portugal e Espanha, buscou resolver disputas territoriais na América do Sul ao redefinir as fronteiras coloniais com base no princípio do *uti possidetis* (ocupação efetiva).

² O Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1777 entre Portugal e Espanha, redefiniu as fronteiras coloniais na América do Sul após a anulação do Tratado de Madri. Ele consolidou o domínio espanhol sobre a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões, enquanto Portugal manteve a posse da Ilha de Santa Catarina e da Amazônia.

Do ponto de vista econômico, a formação das fronteiras Brasil-Bolívia está intrinsecamente ligada à exploração de recursos naturais, especialmente no contexto da exploração da borracha e das atividades relacionadas à mineração. Essas atividades econômicas foram cruciais para a delimitação das fronteiras e para a integração dessas áreas no contexto nacional dos respectivos países. Além disso, as feiras livres desempenharam um papel relevante nesse processo, funcionando como espaços de troca e comercialização que promoviam a circulação de produtos locais e importados, fortalecendo as conexões econômicas e culturais entre as comunidades fronteiriças.

Os primeiros registros de feiras livres remontam à Idade Média na Europa, surgindo como uma extensão das festas religiosas, nas quais mercadores aproveitavam a concentração de pessoas para comercializar seus produtos. No Brasil, as feiras tiveram origem no período colonial, caracterizando-se pelo comércio de gêneros alimentícios, especiarias, tecidos, em grande parte importados, além da exposição e venda de escravizados (KUKIEL, 2020).

Em termos políticos, a criação dos Estados soberanos Brasil e Bolívia e a delimitação de suas fronteiras foram influenciadas por questões de soberania, segurança e controle do território. Esse processo envolveu negociações, tratados e, em alguns casos, conflitos armados para estabelecer os limites geográficos que conhecemos hoje.

A formação da fronteira enquanto um espaço de intervenção do Estado em perspectiva clássica, ou seja, de defesa territorial, se fez com o povoamento e fortificações que almejavam estabelecer o controle territorial. A rigor, a delimitação das fronteiras com a Bolívia esteve pautada em ações de estabelecimento de limites e de fixação da presença “brasileira” no território boliviano, posteriormente apropriado pelo Brasil (SILVA, SIMÕES, RAFAEL, 2022).

Portanto, entender a formação das fronteiras entre Brasil e Bolívia requer uma análise multidisciplinar que leve em conta a história sócio-histórica da América Latina, a influência da colonização e as dimensões sociológicas, antropológicas, econômicas e políticas que moldaram a transformação do território em um espaço de vida com suas características e dinâmicas únicas.

A escolha de explorar o tema supracitado no título e escopo desta obra se justifica pela significativa interação entre Brasil e Bolívia nessa região fronteiriça. As cidades de Brasiléia, Cobija e Epitaciolândia representam espaços transfronteiriços

únicos, onde as dinâmicas sociais, econômicas e culturais se entrelaçam, demandando uma compreensão aprofundada de suas realidades educacionais.

Este último aspecto é fundamental, especialmente quando analisamos os processos de exclusão e inclusão no campo educacional. De fato, uma das dimensões mediante a qual historicamente se produziu a negação do direito à educação dos mais pobres foi o não reconhecimento desse direito na legislação nacional, ou reconhecê-lo de forma fraca, indireta ou restrita, assim como o impedimento ao acesso de grandes setores da população aos níveis mais básicos da escolaridade, mesmo quando a legislação nacional assim o exigia. Excluídos de fato e de direito, os pobres viram suas oportunidades educacionais se diluírem em um arsenal de dispositivos e argumentações mediante os quais se justifica sua baixa ou nula presença nos âmbitos educacionais (GENTILI, 2009).

A necessidade de abordar a diversidade linguístico-cultural, decorrente da proximidade entre os países, é evidenciada, destacando a importância de estratégias educacionais sensíveis à diversidade para promover uma educação inclusiva. Além disso, o estudo se posiciona como uma contribuição significativa para políticas públicas e práticas educativas, buscando influenciar positivamente a qualidade da educação nessa região fronteiriça e, por extensão, em contextos semelhantes.

Desse modo, considera-se que O objetivo geral deste estudo é analisar e compreender os desafios e estratégias educacionais nas cidades gêmeas da faixa de fronteira³ Brasil-Bolívia, especificamente em Brasileia, Eptaciolândia e Cobija⁴. Por meio de uma abordagem multidisciplinar, busca-se investigar a influência da interação transfronteiriça na dinâmica educacional, explorando a diversidade linguística e cultural, identificando obstáculos e propondo estratégias que promovam uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes nesses contextos fronteiriços.

³ Enquanto o Brasil estabelece uma faixa de fronteira de 150 km de largura, conforme definido pela Constituição Federal e legislação específica (Lei nº 6.634/1979), a Bolívia adota uma faixa de 50 km a partir da linha divisória internacional. Essas diferenças refletem abordagens distintas para o controle e gestão das regiões fronteiriças, com implicações para a segurança, a administração territorial e as políticas de desenvolvimento nas áreas limítrofes.

⁴ A Constituição boliviana de 2009 contém disposições sobre a posse e o uso de terras na faixa de fronteira, estabelecendo que as terras dentro desta área são de propriedade do Estado boliviano e que a ocupação, posse e uso por estrangeiros são proibidos. A faixa de fronteira na Bolívia é definida como uma área de 50 quilômetros ao longo das fronteiras internacionais do país. Essa área é considerada estratégica para a segurança nacional.

A estrutura deste trabalho é delineada para abordar, de forma abrangente e sistemática, os desafios e as particularidades do ensino em cidades fronteiriças. Inicialmente, na Introdução, são apresentados os objetivos e a relevância do estudo. Em seguida, na Fundamentação Teórica, exploram-se conceitos-chave como territórios, territorialidades e fronteiras, além de discutir os impactos culturais e de nacionalidade nas cidades limítrofes e a complexidade das legislações não polarizadas.

A Revisão Bibliográfica examina as obras fundamentais que embasam a pesquisa, enquanto o capítulo de Estratégias de Ensino Aplicadas às Cidades Fronteiriças oferece uma análise das práticas pedagógicas atuais, com foco na avaliação escolar e no acompanhamento pedagógico de alunos estrangeiros. Nos Procedimentos Metodológicos, são detalhados os tipos de pesquisa e as técnicas de análise de dados, culminando nas Considerações Finais, onde se sintetizam os achados e se propõem recomendações para políticas educacionais e pedagógicas em contextos fronteiriços.

1.1 JUSTIFICATIVA E ADERÊNCIA AO ESCOPO DO PROGRAMA

Destaca-se de acordo com a linha de pesquisa do programa⁵, a premente necessidade da intervenção do Estado por meio de políticas públicas para abordar carências e necessidades humanas e sociais, especialmente nos enclaves resultantes dos processos locais de desenvolvimento. Esta temática se relaciona diretamente com o estudo sobre as cidades adjacentes na Faixa de Fronteira entre Brasil e Bolívia, focando nos desafios e estratégias educacionais em Brasileia, Epitaciolândia e Cobija.

A análise permanente da intervenção estatal e a questão da legitimidade e eficácia das políticas públicas são aspectos cruciais para entender o desenvolvimento em sociedades latino-americanas. No contexto das cidades supracitadas, onde as dinâmicas transfronteiriças e as particularidades socioeconômicas se entrelaçam, a intervenção do Estado é um elemento central para moldar o ambiente educacional.

A discussão sobre a relação entre agentes estatais e não estatais, tanto do mercado quanto da sociedade civil, no planejamento e implementação de políticas públicas, é fundamental. Isso se alinha com o estudo das estratégias educacionais

⁵ Linha 2. Políticas Públicas e Sociedade

nas cidades gêmeas, onde a diversidade linguística e cultural, juntamente com as demandas específicas das comunidades locais, requer uma abordagem colaborativa entre o Estado, instituições educacionais e a sociedade civil.

A referência ao processo de descentralização iniciado nos anos 1990 e à transferência de responsabilidades entre diferentes instâncias administrativas também é relevante. Considerando o estudo entre cidades que compartilham o mesmo espaço geográfico, mas com diferentes administradores políticos, por se tratar de nacionalidades distintas, a compreensão da dinâmica administrativa entre os diferentes níveis de governo (federal, estadual ou provincial e municipal ou local) é crucial para a implementação eficaz de estratégias educacionais adaptadas às necessidades locais.

De acordo com Oxhorn (2010, p. 19), atualmente, a América Latina alcançou um nível de democracia sem precedentes em sua história. No entanto, a natureza dessas democracias em evolução em toda a região é objeto de análise. Embora os líderes sejam eleitos por meio de processos eleitorais justos e transparentes, questões sérias como instabilidade econômica, altas taxas de criminalidade e uma crise crescente na representação política, entre outras, levam muitos a questionar a eficácia das instituições democráticas. Essas questões são percebidas como cada vez mais irrelevantes ou até mesmo como obstáculos para abordar os desafios diários enfrentados pelos cidadãos latino-americanos.

Assim, a relação entre políticas públicas, intervenção estatal e as dinâmicas específicas nas cidades na faixa de fronteira Brasil-Bolívia, sejam elas brasileiras ou bolivianas, é um campo promissor de pesquisa que pode enriquecer a compreensão das complexidades do desenvolvimento nessas regiões transfronteiriças.

1.2 PROBLEMAS

De que forma a diversidade linguística e cultural, somada à proximidade geográfica e à interação transfronteiriça, impacta os desafios e práticas educacionais nas cidades gêmeas da faixa de fronteira Brasil-Bolívia (Cobija, Brasileia e Epitaciolândia)? Quais estratégias podem ser desenvolvidas para promover uma educação inclusiva e de qualidade nesse contexto, e como as conclusões desse

estudo podem subsidiar a formulação de políticas públicas replicáveis em outras regiões fronteiriças com desafios semelhantes?

1.3 HIPÓTESE(S)

- I. **Enriquecimento do Ambiente Educacional pela Diversidade:** Acredita-se que a diversidade linguístico-cultural na faixa de fronteira Brasil-Bolívia oferece oportunidades para um ambiente educacional mais inclusivo e global, promovendo a troca de experiências e perspectivas entre os estudantes.
- II. **Desafios Linguísticos e Culturais no Cotidiano Escolar:** Supõe-se que a coexistência de diferentes línguas, como o português e o espanhol, juntamente com as influências culturais locais, pode gerar barreiras na comunicação e na adaptação escolar, demandando práticas pedagógicas inovadoras.
- III. **Importância de Estratégias Pedagógicas Adaptativas:** Hipotetiza-se que estratégias educacionais adaptadas ao contexto transfronteiriço, como o bilinguismo pedagógico e o uso de recursos culturais locais, são fundamentais para promover a aprendizagem eficaz nas escolas dessas cidades gêmeas.
- IV. **Engajamento Comunitário como Elemento Estruturante:** Acredita-se que o envolvimento ativo das comunidades locais é crucial para o sucesso das práticas educacionais, fortalecendo os laços entre escola e sociedade e promovendo o apoio à implementação de estratégias adaptativas.
- V. **Subsídios para Políticas Públicas:** Supõe-se que os resultados deste estudo poderão orientar a formulação de políticas públicas educacionais específicas para regiões de fronteira, criando um modelo replicável para contextos similares.
- VI. **Potencial de Colaboração Transnacional:** Hipotetiza-se que o estudo pode identificar oportunidades de cooperação educacional entre Brasil e Bolívia, incentivando programas transnacionais e o fortalecimento de políticas bilaterais para a melhoria da qualidade educacional.

1.4 OBJETIVO(S)

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar e compreender os desafios e estratégias educacionais nas cidades de: Brasiléia e Epitaciolândia na faixa de fronteira brasileira; e Cobija na faixa de fronteira Boliviana; por meio de uma abordagem multidisciplinar, buscando investigar a influência da interação transfronteiriça na dinâmica educacional, explorando estratégias que promovam uma educação inclusiva e de qualidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes nesses contextos fronteiriço.

1.4.2 Objetivos Específicos

- I. Realizar um estudo de caso nas escolas das cidades gêmeas selecionadas, investigando práticas pedagógicas, desafios enfrentados por professores e alunos, e estratégias adotadas para lidar com a diversidade linguística e cultural.
- II. Examinar os impactos da coexistência das línguas português e espanhol, bem como das diferenças culturais, nas dinâmicas educacionais e no desempenho escolar.
- III. Avaliar as condições estruturais e os recursos disponíveis nas escolas, incluindo infraestrutura, tecnologia e materiais didáticos, e como eles influenciam o processo de ensino-aprendizagem.
- IV. Analisar a eficácia de programas bilíngues e de formação docente, explorando como essas iniciativas abordam a diversidade nas escolas fronteiriças.
- V. Investigar as influências geopolíticas e contextuais das cidades gêmeas na organização e nos desafios educacionais enfrentados por professores e alunos.

- VI. Propor estratégias inclusivas e sensíveis à diversidade linguística e cultural, com base nos dados analisados, para promover uma educação de qualidade nas regiões fronteiriças.
- VII. Desenvolver recomendações para políticas educacionais eficazes que atendam às especificidades das cidades gêmeas e possam ser replicadas em contextos semelhantes.

1.5 METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa segue uma abordagem mista, caracterizada como um estudo de casos múltiplos nas cidades de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija. A investigação se concentra em compreender como a diversidade linguística e cultural impacta as práticas educacionais e as relações escolares em um contexto transfronteiriço.

Para isso, utilizou-se da aplicação de questionários em escolas selecionadas, que abordassem as três cidades propostas neste estudo, e de maneira concomitante, foi feita uma análise documental de políticas públicas e currículos escolares. Essa combinação de métodos busca captar as nuances das experiências vividas pelos participantes e proporcionar subsídios para a formulação de estratégias educacionais inclusivas e adaptadas ao contexto da fronteira.

Os métodos de pesquisa quantitativa, de modo geral, são utilizados quando se quer medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes etc. de um universo (público-alvo) através de uma amostra que o represente de forma estatisticamente comprovada. Isto não quer dizer que ela não possa ter indicadores qualitativos. Desde que o estudo permita, isso sempre é possível. De forma análoga ao que fizemos na pesquisa qualitativa, aqui também inicialmente um rol de alternativas deve ser avaliado, dentre eles, os: a) Questionário estruturado fechado; e b) questionário semiestruturados/perguntas abertas (MANZATO, p. 7, 2012).

Outrossim, a revisão da literatura visou mapear e analisar estudos anteriores relacionados à diversidade linguística e cultural em ambientes educacionais fronteiriços. A análise incluiu práticas pedagógicas, desafios enfrentados por alunos e professores, e influências históricas e geopolíticas nas áreas de estudo. Essa revisão forneceu uma base teórica robusta para contextualizar os resultados do estudo de caso.

Para Echer (p.6, 2001), A revisão de literatura é imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. O pesquisador deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa e que tudo é aproveitável para os relatórios posteriores. Na elaboração do trabalho científico é preciso ter uma ideia clara do problema a ser resolvido e, para que ocorra esta clareza, a revisão de literatura é fundamental.

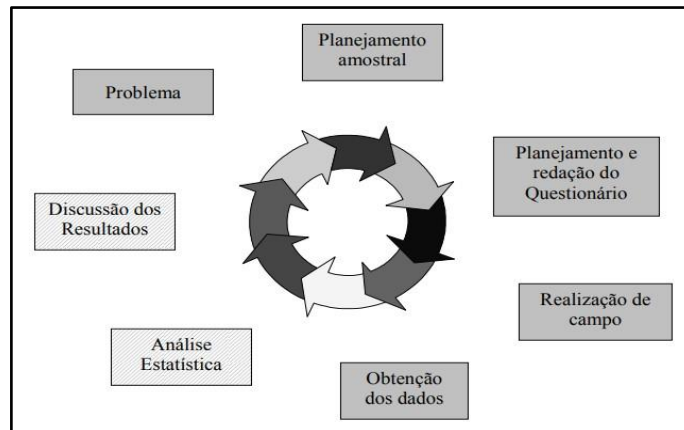
Com base na revisão da literatura, os estudos de caso selecionados ganham relevância ao serem analisados à luz de conceitos e teorias que tratam da diversidade linguística, cultural e das dinâmicas fronteiriças. Essa fundamentação teórica não apenas orienta o delineamento metodológico da pesquisa, mas também proporciona um olhar crítico sobre os dados coletados em campo. Assim, as experiências educacionais observadas nas escolas de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija são interpretadas a partir de uma perspectiva que considera tanto as especificidades locais quanto as discussões mais amplas sobre educação em zonas de fronteira, permitindo a construção de análises mais profundas e fundamentadas.

O estudo de caso, realizado nas cidades mencionadas, operou-se com foco específico em escolas e professores. A escolha desse método permitiu uma compreensão aprofundada dos contextos educacionais locais, explorando as experiências dos professores e os desafios enfrentados pelos alunos. De acordo com Ventura, (p. 385. 2007) como qualquer pesquisa, o estudo de caso é geralmente organizado em torno de um pequeno número de questões que se referem ao como e ao porquê da investigação. É provável que questões como essas estimulem também o uso de experimentos e pesquisas históricas.

Para isso, foi aplicado um questionário estruturado aos professores das escolas selecionadas, buscando obter dados quantitativos e qualitativos sobre suas práticas pedagógicas, experiências e percepções em relação aos desafios linguísticos e culturais.

Em uma pesquisa científica, o processo geral de abordagem do problema, planejamento do estudo, coleta de dados e análise estatística com a interpretação dos resultados revela uma característica conhecida como a circularidade do método científico. Esse conceito pode ser visualizado de forma gráfica na Figura 1 apresentada a seguir:

Figura 1: A abordagem estatística na pesquisa quantitativa na visão de Manzato



Fonte: MANZATO, 2012.

A imagem ilustra o ciclo contínuo do método científico, composto por etapas interdependentes. Inicia com a definição do problema, que orienta o planejamento amostral e a elaboração do questionário. Em seguida, ocorre a realização de campo, com a obtenção dos dados. Após a coleta, os dados são processados por meio da análise estatística, seguida pela discussão dos resultados. O ciclo é dinâmico, permitindo ajustes e refinamentos à medida que o estudo avança, garantindo a qualidade e a evolução contínua da pesquisa.

A técnica principal foi a aplicação de questionários estruturados, garantindo consistência nas respostas e permitindo a compilação eficiente de dados para análise. Os professores que participaram das entrevistas foram escolhidos a partir das escolas selecionadas, levando em consideração suas experiências nas salas de aulas das respectivas unidades comparativas de Estudos.

Ao integrar métodos quantitativos e qualitativos, essa metodologia visou proporcionar uma compreensão abrangente dos desafios educacionais na Faixa de Fronteira estudada, particularmente nas cidades selecionadas. Essa abordagem permitirá a formulação de recomendações práticas para aprimorar a eficácia das práticas pedagógicas e políticas educacionais na região.

Contudo, é fundamental reconhecer que as diferenças linguísticas, culturais e contextuais entre as faixas de fronteira podem influenciar a aplicabilidade e a eficácia

das recomendações em outras regiões. Portanto, embora o estudo ofereça insights valiosos que podem servir como base para políticas públicas educacionais em outras faixas de fronteira, a replicação dessas recomendações deve ser cuidadosamente adaptada às especificidades de cada contexto fronteiriço.

De acordo com Freitas, 2000,

Os métodos de pesquisa podem ser quantitativos (Survey, experimento etc.) ou qualitativos (estudo de caso, focus group etc.), devendo sua escolha estar associada aos motivos de pesquisa. Ambos os tipos possuem, naturalmente, vantagens e desvantagens. Não há obrigação alguma de se eleger apenas um método; cada desenho de pesquisa ou investigação pode fazer o uso de diferentes métodos de forma combinada, o que se denomina de multimétodo, ou seja, aliando o qualitativo ao quantitativo (e não só tendo mais de uma fonte de coleta de dados) (FREITAS et al. 2000. Pg. 105).

De acordo com Aragão (2013, p. 60) a realização de uma pesquisa científica se divide em várias etapas, desde o questionamento inicial (hipóteses) até a análise e formulação de conclusões sobre os dados levantados no estudo. Entre estas, está a escolha do tipo de estudo a ser realizado. Mais do que um fim em si, a escolha ensejada nesta etapa é a de uma ferramenta destinada a uma finalidade específica, em consonância com os objetivos traçados para o estudo.

Para tanto, optamos pelo método de pesquisa Survey, que é um dos catorze tipos de pesquisa delineados por Figueiredo (2004). Este método possui três finalidades distintas, todas elas independentes entre si, o que significa que o pesquisador pode adotar qualquer uma delas como objetivo, tornando assim o método aplicável, como indicado no quadro:

Quadro 1: Apresentação de tipos de Survey de acordo o método de pesquisa

<input type="checkbox"/> Descritiva	Nesse desenho, o pesquisador não se preocupa com o porquê de a distribuição observada existir, mas com o que ela é.
<input type="checkbox"/> Explorativa	O pesquisador explora a fim de levantar opiniões e/ou dados antes não previsto pelo padrão de pesquisa, ou ainda não questionados pelo pesquisador. Mas que depois de adquiridos, podem ser controlados por um Survey mais controlado.
<input type="checkbox"/> Explicativa	Objetiva explicar a distribuição observada. Neste caso, o pesquisador tem a preocupação do porquê da distribuição existente.

Fonte: BABBIE, 1999.

A tabela apresentada classifica os tipos de Survey (levantamento) de acordo com o método de pesquisa, destacando três abordagens principais: Descritiva, Exploratória e Explicativa.

Na primeira, o pesquisador se concentra na observação e descrição de um fenômeno sem se preocupar com as causas ou explicações subjacentes. O foco está no "o quê" e não no "porquê".

Por outro lado, a segunda, *exploratória*, busca levantar informações iniciais e opiniões sobre temas ainda pouco conhecidos ou não estruturados. Ele é ideal para situações em que não há um padrão de pesquisa pré-estabelecido.

Enquanto que a terceira, *explicativa*, visa não só descrever, mas também compreender as causas e os motivos por trás de determinado fenômeno. O pesquisador busca entender o "porquê" da distribuição observada, o que é extremamente relevante para estudos que envolvem dinâmicas complexas e multifacetadas, como as relacionadas às diferenças culturais, linguísticas e geopolíticas nas regiões de fronteira.

Embora a nossa pesquisa também busque algumas explicações para os fenômenos observados, ela tem um foco mais exploratório nas primeiras fases.

Esse método Exploratório, para qual temos a maior afinidade neste estudo, é bastante pertinente para a pesquisa proposta, uma vez que investigaremos as práticas pedagógicas e as dinâmicas educacionais nas escolas da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, áreas nas quais os dados existentes podem ser limitados ou escassos. O levantamento de opiniões e a coleta de informações preliminares são cruciais para entender melhor as realidades locais e as dificuldades enfrentadas pelos educadores e alunos.

Assim, a abordagem supracitada é a que mais se adequa ao nosso estudo, pois visa investigar a fundo as práticas pedagógicas, os desafios enfrentados por professores e alunos, e as especificidades culturais e linguísticas das cidades gêmeas fronteiriças. Este tipo de Survey facilitará a coleta de informações cruciais para um entendimento inicial das questões que envolverão os estudos mais aprofundados posteriormente.

1.5.1 População de Estudo

O público-alvo desta pesquisa é composto por professores das escolas localizadas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia selecionadas para o fim deste trabalho, definidas na tabela 1 abaixo, abrangendo os municípios de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija. A escolha desse grupo se justifica pela sua atuação direta em um contexto educacional marcado por especificidades culturais, linguísticas e geográficas, que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas.

Esses profissionais desempenham um papel central na implementação de práticas educativas que promovam a integração e a inclusão dos alunos, especialmente em cenários de diversidade cultural e desafios estruturais. A análise das percepções e experiências desses professores fornecerá subsídios fundamentais para compreender as dinâmicas educativas na região e propor intervenções pedagógicas mais efetivas.

Tabela 1: Público Alvo da pesquisa dividido em idade, gênero e escola

Escola	Gênero Masculino	Gênero Feminino	Total
Unidad Educativa Cobija	5	4	9
Escola Estadual Kairala José Kairala	3	2	5
Escola Estadual Belo Porvir	3	2	5
Total Geral	11	8	19

Fonte: Próprio Autor

O quadro acima apresenta a distribuição dos participantes entrevistados de acordo com suas respectivas escolas de atuação e gênero. A pesquisa foi realizada em três escolas localizadas na região de fronteira entre Brasil e Bolívia: a Unidad Educativa Cobija, situada em território boliviano, e as escolas brasileiras Escola Estadual Kairala José Kairala e Escola Estadual Belo Porvir.

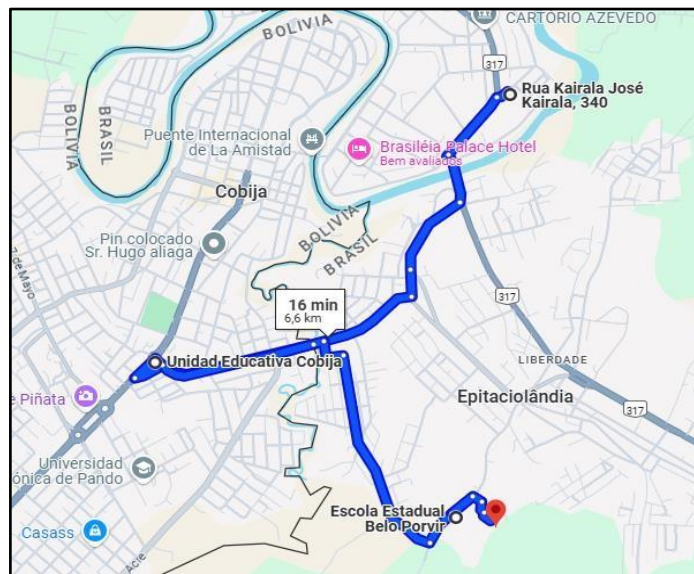
Na Unidad Educativa Cobija, houve maior participação, com 9 entrevistados, sendo 5 do gênero masculino e 4 do gênero feminino. Já nas escolas brasileiras, a distribuição foi equilibrada, com 5 entrevistados em cada escola. Na Escola Estadual Kairala José Kairala, participaram 3 homens e 2 mulheres, e na Escola Estadual Belo Porvir, também foram entrevistados 3 homens e 2 mulheres.

No total, a pesquisa contou com 11 entrevistados do sexo masculino e 8 do sexo feminino, totalizando 19 participantes. Essa distribuição evidencia uma leve predominância de respondentes do gênero masculino e um equilíbrio na

representação das escolas brasileiras, enquanto a escola boliviana contou com uma amostra ligeiramente maior.

A imagem apresentada a seguir (Figura 2) é uma representação geográfica das distâncias entre as três escolas participantes da pesquisa, traçada com o auxílio do Google Maps. A rota evidenciada conecta a Unidad Educativa Cobija, localizada em Cobija, Bolívia, às escolas brasileiras Escola Estadual Kairala José Kairala, situada em Brasileia, e Escola Estadual Belo Porvir, localizada em Eptaciolândia.

Figura 2: Representação no Google Maps incluindo a distância entre as três unidades de Ensino



Fonte: GOOGLE MAPS, 2025.

O trajeto entre a Unidad Educativa Cobija e a Escola Estadual Kairala José Kairala tem uma distância de aproximadamente 6,6 km, conforme indicado na imagem. Já o percurso da Escola Estadual Kairala José Kairala até a Escola Estadual Belo Porvir apresenta uma distância similar, embora ligeiramente inferior, considerando a proximidade geográfica entre os municípios de Brasileia e Eptaciolândia.

A Escola Estadual Kairala José Kairala, localizada em Brasileia, Acre, foi fundada em homenagem ao médico e político Kairala José Kairala, que é amplamente reconhecido pela sua contribuição à comunidade local. Ele foi uma figura importante para o desenvolvimento da região do Alto Acre, desempenhando papéis significativos tanto na saúde quanto na educação, áreas que sempre foram prioritárias para o município.

A escola nasceu como uma iniciativa para atender à crescente demanda por educação na região fronteiriça, que historicamente tem enfrentado desafios relacionados à infraestrutura, à formação de professores e à adaptação às dinâmicas culturais e linguísticas presentes em Brasileia. Por estar situada em uma área de fronteira com a Bolívia, a escola frequentemente recebe alunos de diversas origens culturais e linguísticas, o que a torna um espaço de convivência e aprendizado intercultural.

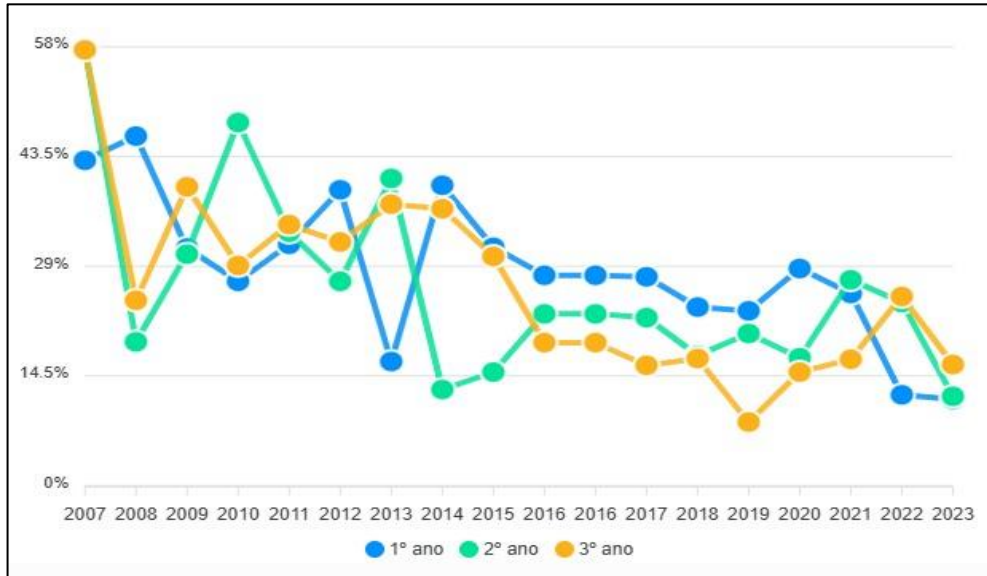
Figura 3: Foto da escola brasileira Estadual Kairala José Kairala



Fonte: PRÓPRIO AUTOR, 2024

Atualmente, a Escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento educacional de Brasileia e da região, oferecendo educação básica e promovendo programas que buscam incluir práticas pedagógicas inovadoras e multiculturais, além de colaborar com iniciativas de integração educacional no contexto da Faixa de Fronteira (ESCOLAS NO BRASIL, 2024).

Figura 4: Evolução da distorção idade-série – Escola Estadual Kairala Jose Kairala



Fonte: INEP, 2023

De acordo com Inep, 2023, O gráfico apresentado mostra a evolução da distorção idade-série da Escola Estadual Kairala José Kairala, localizada em Brasileira, com dados de 2023 para o ensino médio.

Os dados apresentados sobre a evolução da distorção idade-série na Escola Estadual, revelam uma trajetória de redução significativa no atraso escolar dos alunos do ensino médio ao longo dos anos, indicando avanços importantes no enfrentamento desse desafio educacional. Em 2023, o índice geral de distorção é de 12,7%, o que significa que aproximadamente 13 a cada 100 alunos estão dois anos ou mais atrasados em relação à série esperada para sua idade. Embora esse número represente um avanço em comparação com anos anteriores, ele ainda evidencia a persistência de dificuldades estruturais e pedagógicas, especialmente no 3º ano do ensino médio, que apresenta a maior taxa (16%).

O gráfico histórico demonstra que os índices de distorção já foram extremamente elevados, ultrapassando 50% em 2007, mas desde então vêm caindo de forma consistente. Esse declínio sugere a implementação de políticas educacionais mais eficazes, possivelmente relacionadas ao combate à evasão escolar, à melhoria na transição entre anos escolares e ao fortalecimento de programas de apoio pedagógico. Entretanto, a redução não foi uniforme, e oscilações pontuais nos dados indicam que desafios específicos podem ter surgido em determinados momentos.

Apesar das melhorias gerais, o 3º ano do ensino médio continua sendo um ponto de atenção. Isso pode estar associado a fatores como maior dificuldade de permanência dos alunos no ciclo final da educação básica, acúmulo de déficits de aprendizagem ao longo dos anos anteriores e até questões socioeconômicas que impactam a continuidade dos estudos. O padrão de maior distorção nesta série é consistente com a realidade de muitas escolas brasileiras, especialmente em regiões de fronteira, onde as dinâmicas culturais, linguísticas e sociais podem influenciar a trajetória escolar.

Esses dados se fazem necessários para embasar discussões sobre estratégias educacionais que atendam às especificidades das escolas de fronteira. Programas que favoreçam a transição entre anos escolares, o apoio contínuo aos alunos com defasagem e a promoção de iniciativas que combatam a evasão e o abandono escolar devem ser priorizados. Além disso, a análise reflete a importância de compreender o contexto socioeconômico e cultural dos estudantes, considerando que escolas como a Kairala José Kairala atendem uma população com características únicas devido à localização geográfica e às dinâmicas fronteiriças.

Esse panorama reforça a necessidade de aprofundar investigações sobre as barreiras estruturais e pedagógicas enfrentadas nessas escolas, conectando-as a políticas públicas voltadas para a inclusão, permanência e sucesso escolar.

Já a Escola Estadual Belo Porvir, localizada na cidade de Epiaciolândia, no Acre, desempenha um papel tão importante quanto a escola Kairala, na educação da região, especialmente por também estar inserida em um contexto de fronteira brasileira. Assim como outras escolas da faixa fronteiriça Brasil-Bolívia, ela enfrenta desafios característicos de seu contexto geográfico, como o impacto de barreiras culturais e linguísticas, além das dificuldades econômicas que afetam as famílias da região.

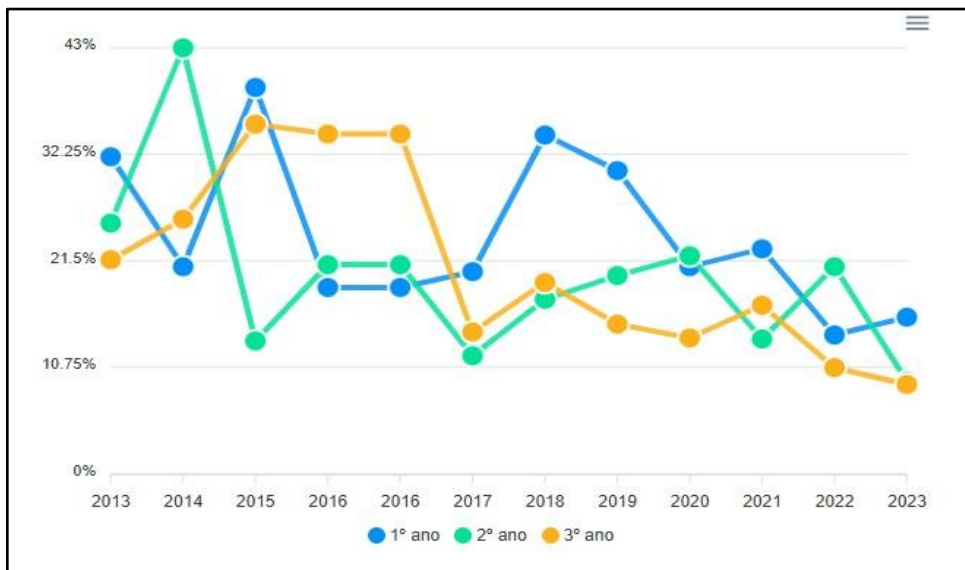
Figura 5: Foto da Escola brasileira: Escola Estadual Belo Porvir



Fonte: Próprio autor, 2025

Esta, por sua vez, inserida em um cenário de diversidade cultural e desafios fronteiriços, enfrenta dificuldades comuns a instituições de ensino na região amazônica, como limitações de infraestrutura e barreiras linguísticas no caso de estudantes de origem boliviana. Apesar disso, os dados sugerem que ela vem conseguindo avanços importantes.

Figura 6: Evolução da distorção idade-série – Escola Belo Povir



Fonte: Próprio autor, 2025

No ano de 2023, a taxa geral da distorção idade-série foi de 11,8%, o que significa que, a cada 100 estudantes, aproximadamente 12 estavam com atraso escolar de dois anos ou mais. Esse valor representa uma melhoria em relação aos anos anteriores, indicando que estratégias podem ter sido implementadas para mitigar os atrasos. Veja-se, portanto, a análise feita por séries.

- 1º Ano do Ensino Médio: Apresenta a maior taxa de distorção, com 15,8%. Este dado pode ser reflexo do impacto de transições entre etapas educacionais, como a passagem do ensino fundamental para o médio.
- 2º Ano do Ensino Médio: A taxa reduz para 9,3%, indicando uma possível estabilização ou menor evasão nessa etapa.
- 3º Ano do Ensino Médio: Registra a menor taxa, 9%, possivelmente em virtude de políticas de incentivo à conclusão da etapa e maior esforço dos estudantes em finalizar a educação básica.

A redução geral na taxa de distorção ao longo do tempo sugere que houve esforços para melhorar o fluxo escolar, seja por meio de intervenções pedagógicas, monitoramento mais eficiente ou programas de recuperação e apoio ao aluno. Contudo, a persistência de taxas mais altas no 1º ano do ensino médio ressalta a necessidade de atenção especial à transição escolar, especialmente em um contexto de fronteira onde fatores externos, como questões culturais, econômicas e sociais, podem influenciar o desempenho escolar.

Já se tratando da Unidade Educacional Cobija “A” foi fundada em 20 de março de 1981, durante o governo do General Luis García Meza Tejada com o nome de “Escola Fiscal Mista Cobija”, nomeada em homenagem à capital Pandina.

Figura 7: Foto da escola boliviana: Unidad Educativa Cobija “A”



Fonte: Próprio autor, 2025

De acordo com Crispin Flores (2022, parág. 1, 25 de fevereiro de 2025), a Unidade Educacional Cobija “A” foi fundada em 20 de março de 1981, durante o governo do General Luis García Meza Tejada, sob a denominação de “Escola Fiscal Mista Cobija”, em homenagem à capital do departamento de Pando. Atualmente, a cidade de Cobija mantém elevados índices de escolaridade, com 39 unidades educacionais atendendo a mais de 16.000 alunos, refletindo o compromisso contínuo com a educação na região.

Foi fundada como uma das pioneiras na educação Cobijeña, depois das UEs Juana Azurduy de Padilla, Mariano Baptista, a escola Mariknoll e a escola Dr. Antonio Vaca Diez. Iniciou seus serviços em uma infraestrutura localizada no bairro Conavi, na Av. 9 de Febrero nº 250, diagonal ao monumento Cristo Redentor, neste mesmo local (CRISPIN FLORES, 2022, parág.2)

Em 2019, a Cobija-A consolida-se como uma unidade educacional Técnica Humanística com formação de alunos do Bacharelado Técnico Humanístico BTH na área de Programação de Sistemas. Esta atual gestão verá a primeira turma que se formará no ensino médio técnico e humanístico, objetivo que marcará verdadeiramente um marco na história de nossa instituição.

Actualmente, a Unidade Educativa “Cobija-A” presta os seus serviços em três níveis: nível inicial com 2 secções com um total de 67 alunos; nível primário, do primeiro ao sexto com 2 paralelos A e B, com um total de 475 alunos; e no nível

secundário, do primeiro ao sexto com 2 paralelos, A e B, com um total de 378 alunos. Totalizando 920 alunos na gestão de 2022 (CRISPIN FLORES, 2022, parág.5).

1.5.2 Coleta de dados

A aplicação do questionário foi realizada de forma presencial⁶, promovendo a interação direta e possibilitando o esclarecimento de dúvidas quando necessário. Entrevistas semiestruturadas com um subconjunto dos professores foram conduzidas simultaneamente, permitindo uma exploração mais profunda de suas experiências e percepções, capturando nuances que não foram totalmente reveladas pelas respostas padronizadas.

Os dados quantitativos coletados foram analisados por meio de ferramentas estatísticas, incluindo análises gráficas e comparadores estatísticos, o que possibilitou a identificação de padrões e tendências. Paralelamente, os dados qualitativos obtidos nas entrevistas passaram por análise temática, proporcionando uma compreensão mais detalhada das experiências relatadas pelos professores.

Para garantir a validade e confiabilidade dos resultados, foi adotada a triangulação de dados, comparando e contrastando as descobertas provenientes dos métodos quantitativos e qualitativos. Essa estratégia possibilitou uma compreensão mais holística e abrangente dos desafios e oportunidades educacionais nas cidades estudadas.

A elaboração dos dados no contexto desta pesquisa envolveu três etapas principais: seleção, categorização e tabulação, cada uma desempenhando um papel essencial para assegurar a precisão e a organização das informações coletadas.

Na primeira etapa, a seleção dos dados garantiu a exatidão das informações obtidas durante a pesquisa. Falhas ou discrepâncias identificadas nos dados foram verificadas, e eventuais erros no processo de coleta foram corrigidos de forma apropriada. Essa etapa também incluiu a eliminação de informações irrelevantes, assegurando que apenas dados pertinentes fossem utilizados na análise.

Na segunda etapa, a categorização dos dados foi realizada por meio de um sistema de codificação previamente definido no planejamento da pesquisa. Essa

⁶ Este questionário foi elaborado com o intuito de coletar informações importantes para elaboração da nossa pesquisa. A participação foi voluntária e os dados coletados foram utilizados de acordo com as normas estabelecidas no "Termo de Liberação de Uso de Dados", disponível ao final deste documento.

codificação transformou os dados em símbolos, facilitando sua contagem, tabulação e conversão de dados qualitativos em quantitativos. A categorização permitiu organizar as informações de maneira eficiente, o que contribuiu para uma análise mais estruturada.

Por fim, os dados foram tabulados em tabelas, tanto de forma manual quanto eletrônica, dependendo da quantidade de informações analisadas. A tabulação eletrônica foi utilizada para lidar com volumes maiores de dados, garantindo uma análise eficiente e precisa. Recursos computacionais, humanos e financeiros foram mobilizados, e softwares específicos facilitaram o armazenamento e a análise estatística dos dados.

A pesquisa concentrou-se em investigar as estratégias de ensino empregadas em cidades fronteiriças, compreendendo as dinâmicas culturais, sociais e políticas que influenciam a educação nessas áreas. Foi realizada uma análise detalhada das práticas pedagógicas adotadas em escolas de ensino fundamental 2 e médio no Brasil, bem como no equivalente boliviano (Educação Primária e Bachillerato), identificando tanto os desafios quanto as oportunidades para o desenvolvimento de uma educação inclusiva e de qualidade.

Foi realizada uma análise comparativa das abordagens educacionais adotadas no Brasil e na Bolívia, evidenciando semelhanças, diferenças e pontos de convergência entre os sistemas educacionais de ambos os países. O estudo contemplou a avaliação de políticas educacionais, práticas pedagógicas e desempenho acadêmico em escolas situadas na faixa de fronteira. Destaca-se, nesse contexto, a relevância de currículos interculturais e bilíngues, fundamentais para a valorização das identidades locais e para a superação de desafios históricos relacionados à integração educacional nessas regiões.

O estudo incluiu ainda uma avaliação abrangente sobre adaptação escolar, acolhimento e acompanhamento pedagógico dos alunos estrangeiros matriculados em escolas fronteiriças. Por meio de entrevistas, observações e análise documental, identificaram-se os principais desafios enfrentados por esses estudantes e as estratégias eficazes de apoio oferecidas pelas escolas e comunidades locais.

Na análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo, foi utilizada uma abordagem mista que combinou análises quantitativas e qualitativas. As técnicas estatísticas possibilitaram examinar os resultados dos questionários aplicados e os indicadores de desempenho acadêmico dos alunos, enquanto a análise detalhada das

entrevistas e observações permitiu compreender as percepções e experiências dos participantes. Essa abordagem garantiu uma visão ampla e aprofundada dos resultados, contribuindo para uma compreensão mais completa das questões educacionais em cidades fronteiriças.

1.6 APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação, intitulada “*Cidades Gêmeas na Faixa de Fronteira Brasil-Bolívia: Um Estudo Sobre Desafios e Estratégias Educacionais em Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija*”, é resultado de uma investigação minuciosa sobre as dinâmicas educacionais nas cidades gêmeas situadas na fronteira Brasil-Bolívia. O trabalho busca compreender os desafios enfrentados pelos sistemas educacionais nessas regiões, considerando aspectos como diversidade linguístico-cultural, infraestrutura escolar, formação docente e políticas públicas voltadas para a educação transfronteiriça.

O texto está estruturado de maneira a oferecer uma análise ampla e aprofundada do tema, iniciando com a introdução, que contextualiza a relevância do estudo e apresenta a justificativa, o problema de pesquisa, as hipóteses e os objetivos. A metodologia adotada é detalhada, abrangendo desde a definição da população de estudo até as estratégias de coleta e análise de dados, permitindo uma abordagem rigorosa e científica.

O capítulo 2 apresenta o embasamento teórico sobre educação em fronteiras, explorando conceitos fundamentais como a importância das cidades gêmeas, suas dinâmicas políticas e sociais, e os desafios específicos enfrentados nas regiões de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija. Este capítulo também aborda os programas de integração fronteiriça e suas implicações para a cooperação transnacional.

No capítulo 3, os resultados obtidos durante a pesquisa são apresentados, permitindo uma visão detalhada das percepções dos educadores e das condições das escolas nas cidades gêmeas. Já no capítulo 4, os resultados são amplamente discutidos à luz das práticas pedagógicas, da diversidade linguística e cultural, da infraestrutura e dos programas bilíngues, culminando em propostas de estratégias inclusivas para atender à diversidade presente nessas regiões.

A dissertação oferece, ainda, recomendações específicas para políticas educacionais que possam mitigar as disparidades e promover uma educação mais

inclusiva e integrada entre os países. As considerações finais, apresentadas no capítulo 5, sintetizam as principais descobertas e reforçam a importância de uma atuação colaborativa entre os governos, as escolas e as comunidades locais para garantir um ensino de qualidade nas cidades gêmeas.

Por fim, os apêndices e anexos complementam o trabalho com informações relevantes que sustentam as análises realizadas. Este estudo não apenas contribui para a literatura sobre educação em fronteiras, mas também propõe caminhos práticos para o enfrentamento dos desafios educacionais em regiões transfronteiriças, destacando a importância da integração cultural e da valorização das especificidades locais.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO EM FRONTEIRAS

2.1 O CONCEITO E A IMPORTÂNCIA DE FRONTEIRAS

O conceito de fronteiras é central para a compreensão da organização e da dinâmica dos territórios ao redor do mundo. Desde tempos imemoriais, as fronteiras têm desempenhado um papel fundamental na definição dos limites entre diferentes regiões e na estruturação das relações entre sociedades e culturas.

De acordo com (Mendes Rodrigues, 2023), fronteiras geográficas, sejam elas concebidas como linhas imaginárias ou materializadas fisicamente, representam demarcações cruciais que estabelecem os limites entre diferentes territórios, sejam eles na forma de países, estados ou quaisquer outras divisões. Tais fronteiras, frequentemente resultantes de acordos políticos, marcam a interseção de fatores históricos, culturais e naturais, desempenhando um papel fundamental na estruturação do espaço global e na definição de relações entre entidades diversas.

Entretanto, de acordo com Scherma (2012):

Existe um outro conceito que permeia esse debate e que, no entanto, é pouco explorado pelo *mainstream* de pesquisa das Relações Internacionais. Trata-se do conceito de “fronteira”, ou seja, uma porção específica de território localizada na divisa entre dois Estados e que, exatamente devido a esta característica geográfica, é um ponto onde as “Relações Internacionais” são mais corriqueiras (SCHERMA, p. 103, 2012).

É interessante notar que, apesar de sua relevância, a fronteira muitas vezes é negligenciada ou simplificada nas análises convencionais das Relações

Internacionais, que tendem a se concentrar em questões de poder, segurança e diplomacia entre Estados. No entanto, uma compreensão mais profunda das fronteiras pode proporcionar insights valiosos sobre temas como migração, comércio transfronteiriço, conflitos territoriais, cooperação regional e identidade nacional.

As fronteiras também desempenham um papel fundamental no contexto geopolítico e sócio-histórico, servindo como linhas de demarcação que definem limites entre territórios, Estados ou regiões. Essas divisões físicas ou políticas possuem uma importância crucial na organização do mundo e na compreensão das relações entre as nações. Em níveis gerais e específicos de análise, as fronteiras adquirem diferentes nuances, impactando o modo como são percebidas e vivenciadas (LIRA, 2017).

Persiste ainda a confusão entre os termos "fronteiras" e "limites"; no entanto, esses conceitos possuem distinções significativas. Ghetti (2006), destaca que, enquanto as fronteiras se configuram como áreas habitáveis que promovem intercâmbio de pessoas e mercadorias, inclusive favorecendo atividades como o contrabando em áreas densamente povoadas, os limites representam somente linhas fictícias desprovidas de habitabilidade. Dessa forma, os limites estabelecem uma demarcação entre duas áreas com estilos de vida similares, mas que estão sob a jurisdição de diferentes Estados, o que se traduz em imposições legais distintas de ambos os lados.

De acordo com Ferrari (p. 4, 2014), é inegável que a concepção política atribuída à fronteira se alinha com o sistema contemporâneo de Estado; no entanto, a noção de fronteira e delimitação parece estar presente também em sociedades primitivas ou tradicionais.⁷

Guichonnet e Raffestin (1974), destacam com base em pesquisas arqueológicas e no levantamento de materiais etnográficos, que a noção de fronteira e delimitação territorial já estava presente em diversas sociedades tradicionais ao redor do mundo. Populações americanas, asiáticas, africanas e oceânicas adotavam diferentes formas de marcação territorial, utilizando referências naturais, como cursos d'água, formações geográficas e até sinais esculpidos em árvores.

⁷ No trecho mencionado, "cidades tradicionais" se refere a cidades que existiam ou existiram em sociedades que podem ser consideradas como menos industrializadas ou com menos complexidade econômica e política em comparação com os sistemas contemporâneos de Estado. Essas cidades são típicas de sociedades que seguem formas de organização social e política mais antigas e que não têm a mesma estrutura ou dinâmica das cidades modernas.

Em muitas dessas culturas, a delimitação do espaço não se dava apenas por barreiras físicas, mas também por construções simbólicas, como mitos e crenças que atribuíam caráter místico ou sagrado a determinados limites. Essas fronteiras intangíveis eram fundamentais para a organização social, regulando o acesso a recursos, os deslocamentos e as interações entre grupos. Assim, longe de serem um conceito moderno, as fronteiras desempenharam, ao longo da história, um papel estruturante na definição das identidades coletivas e na dinâmica das relações territoriais.

Na visão sociológica, a fronteira é um lugar de encontro e coexistência de culturas, identidades e formas de vida. É onde grupos sociais interagem, negociam e, muitas vezes, se adaptam às dinâmicas dos territórios vizinhos. Essa interação pode levar à formação de identidades híbridas, influenciando a diversidade cultural e a coesão social nas áreas fronteiriças (FEITOSA et al., 2020).

O histórico da construção de fronteiras no Brasil é um relato fascinante que reflete as complexidades da colonização, expansão territorial e interações políticas que moldaram o país ao longo dos séculos.⁸ Desde o período colonial até os dias atuais, as fronteiras brasileiras têm sido definidas por uma série de eventos, tratados e disputas, desempenhando um papel fundamental na formação do território nacional (STEIMAN, 2022).

À medida que os colonizadores portugueses adentraram o continente, as fronteiras do Brasil foram sendo ampliadas. As entradas e bandeiras desbravaram vastas regiões, como o sertão nordestino e o interior do atual estado de São Paulo, moldando as fronteiras através da exploração territorial e do confronto com populações indígenas (FERRARO JR, 2020). De acordo com Struminski (2015),

Historicamente, a situação mais interessante é a ligação de Santana do Livramento no Brasil e Rivera⁹ no Uruguai, o maior aglomerado urbano bilíngue desta fronteira, que não possui barreiras no tecido urbano (fronteira seca). Analisando-se este caso peculiar percebe-se que algumas das

⁸ No período colonial, as fronteiras do Brasil foram inicialmente delineadas pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, entre Portugal e Espanha. Este acordo dividia as terras exploradas entre os dois impérios, estabelecendo um meridiano a oeste do qual as terras seriam portuguesas e a leste seriam espanholas. Embora impreciso e mal definido, esse tratado influenciou a expansão colonial nas Américas (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

⁹ Santana do Livramento é um município que faz parte da região da Fronteira Sul do estado do Rio Grande do Sul. Sua sede está a 210 m de altitude e suas coordenadas geográficas são 30°53'33 de latitude sul e 55°31'36 de longitude oeste. Limita-se ao norte com municípios gaúchos e ao sul com o Departamento de Rivera, Uruguai (STRUMINSKI, p. 16, 2015).

relações binacionais em macro escala, geralmente favoráveis ao Brasil, tornam-se pendulares, até mesmo invertidas, na escala municipal (STRUMINSKI, p. 15, 2015).

Ao analisar os sistemas urbanos de ambos os países nesta área fronteiriça, nota-se uma discreta assimetria em favor do Brasil, com cidades de maior porte e diversidade. No entanto, a paisagem revela um território extenso com uma população dispersa, a falta de centros urbanos expressivos e a predominância de áreas rurais com baixa densidade populacional.

Tais demarcações não são apenas linhas que separam diferentes áreas geográficas; elas carregam consigo uma série de significados e implicações que vão além do aspecto físico. Uma dessas, pode ser exemplificada como fronteiras naturais e artificiais. De acordo com (MENDES RODRIGUES, 2023) as fronteiras naturais, por exemplo, são constituídas por características geográficas intrínsecas, como rios, montanhas e oceanos, que naturalmente dividem áreas distintas. Já as fronteiras artificiais são estabelecidas por intervenção humana, muitas vezes sem considerar os aspectos naturais e, em alguns casos, podem gerar disputas territoriais e conflitos.

A fronteira entre Brasil e Bolívia, que são um cerne em particular do nosso estudo foi estabelecida ao longo de um processo histórico que envolveu uma combinação de fatores políticos, diplomáticos e geográficos, como: Tratados e acordos¹⁰, Exploração e Colonização¹¹, Geografia Natural¹² e Negociações e Disputas. Em resumo, a formação da fronteira entre Brasil e Bolívia foi um processo complexo que envolveu uma combinação de fatores históricos, geográficos e políticos, culminando em tratados e acordos diplomáticos que estabeleceram os limites territoriais entre os dois países.

¹⁰ A delimitação das fronteiras na região amazônica foi particularmente complexa. O Tratado de Petrópolis, em 1903, definiu a fronteira entre Brasil e Bolívia, resultando na aquisição do atual estado do Acre pelo Brasil. A Questão do Amapá com a França também foi resolvida através de negociações e tratados (FERRARO JR, 2020).

¹¹ O Tratado de Utrecht, em 1713, estabeleceu parte dos limites entre as colônias portuguesa e espanhola na América do Sul. No século XIX, o Brasil enfrentou disputas com vizinhos sul-americanos, como o conflito com o Paraguai na Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Questão de Palmas com a Argentina em relação à região do atual estado do Tocantins (MENDES RODRIGUES, 2023).

¹² Rio Mamoré e o Rio Guaporé foram importantes referências na definição da fronteira.

¹³ A "Questão do Acre" foi um conflito territorial entre Brasil e Bolívia, resolvido pelo Tratado de Petrópolis em 1903. Esse tratado, que disfarçou a transação como uma compra, definiu a fronteira e consolidou a posse do Acre pelo Brasil, resolvendo assim a disputa territorial.

De acordo com Oliveira (2015), O Tratado de Petrópolis, assinado em 18 de novembro de 1903, representou uma transação diplomaticamente conduzida e disfarçada como uma compra, que ajudou a reduzir incertezas e controvérsias em relação aos limites territoriais. Este acordo suavizou a complexa "Questão do Acre"¹³ e consolidou a atual fronteira entre Brasil e Bolívia como um ato definitivo.

Ainda de acordo com (FERRARO JR., 2020), a importância das fronteiras geográficas é profunda e abrangente. Elas abarcam conceitos fundamentais como a soberania, que reflete o domínio sobre um território específico e, por extensão, a autoridade para elaborar e implementar leis, bem como fornecer serviços públicos aos habitantes dessa região delimitada. Além disso, as fronteiras têm uma conexão intrincada com a identidade cultural, pois frequentemente coincidem com barreiras linguísticas, religiosas ou étnicas, contribuindo, desse modo, para a diversidade global e para a formação da noção de pertencimento.

O processo educacional entre as fronteiras é profundamente influenciado pela conexão intrincada das fronteiras com a identidade cultural. Nas regiões fronteiriças, onde diferentes culturas se encontram, as barreiras linguísticas, religiosas ou étnicas muitas vezes coincidem com as próprias fronteiras, criando um contexto único de diversidade cultural.

De acordo com Peroni (2021),

Durante o período de redemocratização, em muitos países latino-americanos, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que consideramos um avanço nesse processo. No entanto, também verificamos a presença cada vez maior do privado mercantil definindo a educação pública. O Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o "conteúdo" pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI, p. 32. 2021).

Essa realidade também se manifesta nas cidades-gêmeas da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, onde a educação pública convive com desafios estruturais e contextuais específicos. A introdução de modelos pedagógicos e de gestão influenciados por instituições privadas pode representar tanto avanços quanto desafios para a educação fronteiriça. Se, por um lado, essas iniciativas podem ampliar o acesso a recursos e metodologias inovadoras, por outro, existe o risco de desconsiderar as particularidades linguísticas e culturais locais.

No caso das escolas bilíngues da região, essa tensão se torna ainda mais evidente, pois a lógica mercantil muitas vezes privilegia padrões educacionais generalizados em detrimento de abordagens mais contextualizadas e sensíveis à realidade transfronteiriça. Assim, torna-se essencial analisar até que ponto tais influências contribuem para a qualidade da educação pública ou acentuam desigualdades e desconexões entre as políticas educacionais e as necessidades das comunidades locais.

Aquém disso, De acordo com (LIRA, 2017). O espaço de vida das fronteiras abarca uma variedade de fenômenos, como movimentos populacionais, trocas comerciais, fluxos de informações e cultura, que podem ser influenciados pelas políticas fronteiriças de diferentes Estados. Além disso, aspectos geográficos, como relevo, recursos naturais e clima, podem moldar a dinâmica socioeconômica dessas áreas. A coexistência de diferentes grupos étnicos e culturais nas regiões fronteiriças também contribui para a complexidade desse espaço de vida, influenciando as dinâmicas sociais e históricas.

O "*espaço de vida*", termo utilizado por Lira, abrange no quesito das fronteiras a complexa interação de fenômenos como movimentos populacionais, trocas comerciais, fluxos de informações e culturais, moldados pelas políticas fronteiriças e aspectos geográficos como relevo e clima. Esse conceito também considera a coexistência de diferentes grupos étnicos e culturais, que contribuem para a dinâmica socioeconômica e social dessas regiões, influenciando as relações e a história local.

Para Steiman (2022), elas também têm um impacto direto na segurança e defesa dos territórios. Ao estabelecerem limites físicos ou regulamentações de movimento, as fronteiras desempenham um papel crucial na proteção contra ameaças externas, bem como no controle de fluxos migratórios e na circulação de mercadorias. Paralelamente, às relações internacionais são construídas sobre a base das fronteiras, uma vez que tratados, acordos comerciais e diplomacia dependem das delimitações geográficas para determinar as áreas de cooperação e interação entre as nações.

De acordo com Cardin (p. 117, 2018), em linhas gerais, até meados da década de 1980, as fronteiras foram pensadas pelas ciências sociais predominantemente como frentes de expansão/ colonização, zonas de contato/conflito, relações entre identidade e diferença ocorridas em determinadas regiões dos territórios nacionais e com grupos étnicos específicos. Para Oliveira (2016), no caso brasileiro, muitos dos estudos consagrados sobre os grupos indígenas na Amazônia nas últimas décadas

têm pensado a relação entre fronteira como frente de expansão e como relação interétnica.

Ao considerar todos esses conceitos interligados, podemos perceber que as fronteiras geográficas são mais do que meros limites no mapa; elas são pontos de interseção entre política, cultura, economia e natureza, influenciando profundamente a vida das pessoas e as dinâmicas globais.

2.1.1 Cidades gêmeas: interações e dinâmicas em regiões de fronteira

Existem hoje no Brasil, 11 estados brasileiros que compartilham fronteiras com 10 países sul-americanos, e que abrangem aproximadamente 27% do território nacional, desempenhando um papel estratégico na geopolítica e na integração regional.

Estes estados incluem o Acre (fazendo fronteira com Peru e Bolívia), Amazonas (com Peru, Colômbia e Venezuela), Amapá (Guiana Francesa), Roraima (Venezuela e Guiana), Pará (Suriname e Guiana), Rondônia (Bolívia), Mato Grosso (Bolívia), Mato Grosso do Sul (Bolívia e Paraguai), Paraná (Paraguai), Santa Catarina (Argentina) e Rio Grande do Sul (Argentina e Uruguai).

A importância dessas unidades federativas transcende a mera delimitação geográfica, configurando-se como áreas de vital relevância para a segurança nacional, além de serem vetores de integração econômica, cultural e política com os países vizinhos, especialmente no contexto da gestão e desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira.

A Portaria nº 125, de 21 de março de 2014, do Ministério da Integração Nacional estabelece um conceito formal para as "cidades-gêmeas" localizadas ao longo da linha de fronteira do Brasil. Esta portaria é crucial para a definição e a implementação de políticas públicas voltadas para a integração e o desenvolvimento dessas regiões, reconhecendo a importância estratégica das cidades-gêmeas para a integração econômica e cultural na América do Sul.

Na figura abaixo podemos identificar esses estados e suas cidades de maneira visual, e seus países adjacentes, corroborando para o entendimento da distribuição de tais fronteiras e cidades de acordo com o mapa político do Brasil.

Figura 8: Mapa Político do Brasil considerando suas fronteiras e estados



Fonte: IBGE, 2024

De acordo com a mesma, o conceito de cidades-gêmeas nacionais, os critérios adotados para essa definição e lista todas as cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição. Destaca-se:

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer conceito oficial de cidades-gêmeas de cidades estrangeiras na linha de fronteira do Brasil, bem como os critérios definidos para a classificação de cidades brasileiras como cidades-gêmeas, tendo em vista as crescentes demandas pelos municípios de políticas públicas específicas para estas cidades;

CONSIDERANDO a importância das cidades-gêmeas para a integração fronteiriça e, conseqüentemente, para a integração sul-americana, resolve:

Art. 1º Serão consideradas cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes.

Art. 3º A lista de cidades-gêmeas nacionais encontra-se no Anexo desta Portaria. Parágrafo único. Os municípios designados como localidades fronteiriças vinculadas em acordos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional, que não constam na lista do Anexo desta Portaria, serão considerados equiparados às cidades-gêmeas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
(Brasil, p.45, 2014)

A definição de cidades-gêmeas abrange municípios com linha de fronteira (seca ou fluvial) e potencial de integração, mesmo sem conurbação, o que é inclusivo e abarca diferentes tipos de localidades. No entanto, o estabelecimento de uma população mínima de 2.000 habitantes (Art. 2º) pode ser visto como uma restrição que exclui pequenos povoados com relevância estratégica e cultural, desconsiderando suas particularidades.

O trecho também menciona que as cidades-gêmeas são locais onde os problemas fronteiriços adquirem maior densidade. Essa observação é pertinente, pois reflete a complexidade desses territórios, que frequentemente enfrentam desafios relacionados à segurança, migração, contrabando e acesso a serviços públicos, exigindo políticas públicas específicas.

Outrossim, o reconhecimento de municípios vinculados por acordos internacionais como equiparados às cidades-gêmeas (Art. 3º) é uma medida importante para garantir que localidades fronteiriças de relevância estratégica sejam contempladas, mesmo que não estejam formalmente listadas no Anexo da Portaria.

As cidades gêmeas, localizadas nessas regiões de fronteira, representam um fenômeno urbano singular que reflete as complexas interações sociais, culturais, econômicas e políticas que se desenrolam entre dois países. Essas cidades, apesar de pertencerem a nações diferentes, compartilham uma proximidade geográfica que as conecta de maneira indissociável, criando um espaço híbrido onde as fronteiras nacionais tornam-se, paradoxalmente, ao mesmo tempo rígidas e permeáveis. A relação entre as cidades gêmeas, muitas vezes, transcende as delimitações territoriais impostas pelos Estados, gerando um cotidiano marcado por fluxos transfronteiriços intensos que desafiam as noções tradicionais de soberania e identidade nacional.

Tabela 2: Lista de Cidades Gêmeas, seus estados, sua população e seu código junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, censo de 2010

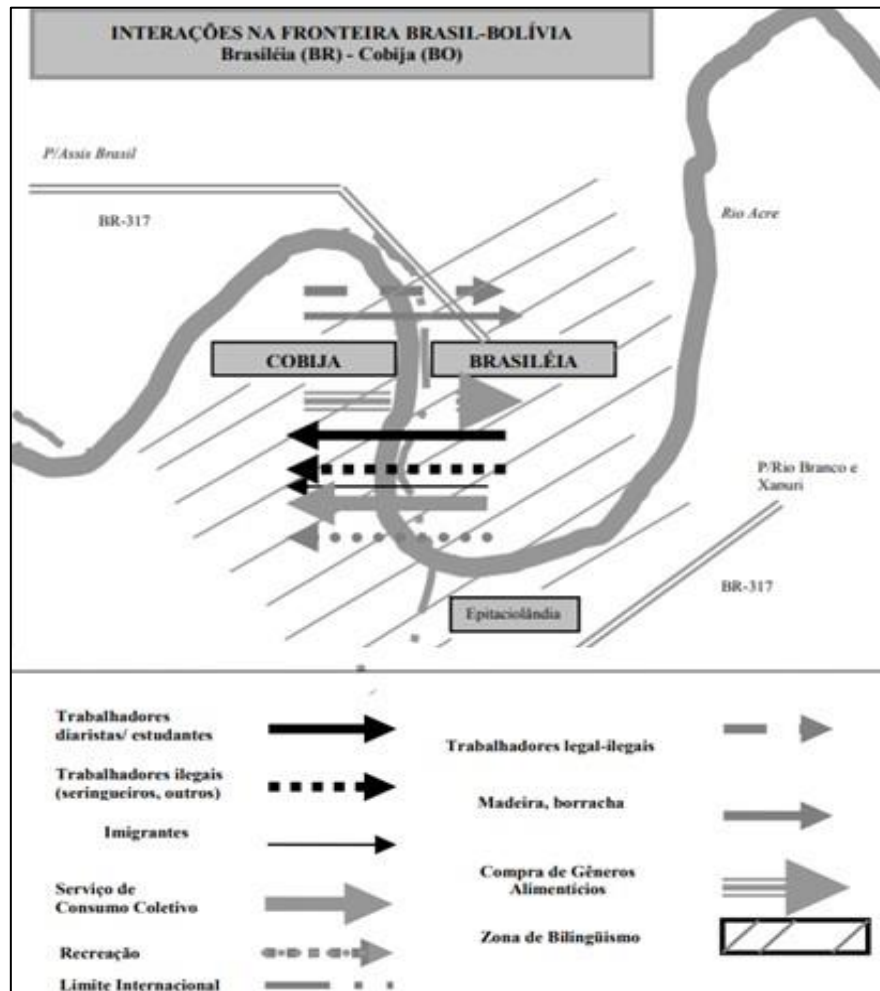
Município	Estado	População 2010	Código IBGE
Assis Brasil	AC	6.072	1200054
Brasiléia	AC	21.398	1200104

Epitaciolândia	AC	15.100	1200252
Santa Rosa do Purus	AC	4.691	1200435
Tabatinga	AM	52.272	1304062
Oiapoque	AP	20.509	1600501
Bela Vista	MS	23.181	5002100
Corumbá	MS	103.703	5003207
Mundo Novo	MS	17.043	5005681
Paranhos	MS	12.350	5006358
Ponta Porã	MS	77.872	5006606
Ponto Murtinho	MS	15.372	5006903
Barracão	PR	9.735	4102604
Foz do Iguaçu	PR	256.088	4108304
Guaíra	PR	30.704	4108809
Guajará-Mirim	RO	41.656	1100106
Bonfim	RR	10.943	1400159
Pacaraíma	RR	10.433	1400456
Aceguá	RS	4.394	4300034
Barra do Quaraí	RS	4.012	4301875
Chuí	RS	5.917	4305439
Itaqui	RS	38.159	4310603
Jaguarão	RS	27.931	4311007
Porto Xavier	RS	10.558	4315107
Quaraí	RS	23.021	4315313
Santana do Livramento	RS	82.464	4317103
São Borja	RS	61.671	4318002
Uruguaiana	RS	125.435	4322400
Dionísio Cerqueira	SC	14.811	4205001

Fonte: (BRASIL, p.45, 2014)

Na zona de fronteira onde estão situadas as cidades-gêmeas de Brasiléia (estado do Acre) e Cobija (departamento de Pando, BO), muitos brasileiros trabalham ou migram para o lado boliviano (legal ou ilegalmente) devido ao preço mais barato da terra e à baixa restrição na proteção ambiental da extração de madeira nobre.

Figura 9: Distribuição e fluxo da interação da fronteira entre Brasil e Bolívia



Fonte: Machado, 2005.

A imagem ilustra as interações na fronteira Brasil-Bolívia, entre as cidades de Cobija e Brasiléia, destacando os fluxos humanos e comerciais que caracterizam essa região. A mobilidade de trabalhadores diaristas e estudantes é representada por setas contínuas, indicando o movimento regular de pessoas que atravessam a fronteira para trabalho e estudo. Já os fluxos de trabalhadores ilegais, como seringueiros e outros, são sinalizados por setas tracejadas, refletindo as trocas informais que ocorrem nesse contexto.

O mapa também mostra a movimentação de imigrantes, os quais atravessam a fronteira com o intuito de fixar residência ou permanecer por períodos mais longos, representados por setas finas contínuas. Além disso, há fluxos relacionados a serviços de consumo coletivo, como transporte e saúde, e atividades de recreação, destacando a interação social das populações fronteiriças.

A troca de produtos como madeira, borracha e alimentos, simbolizada por setas médias e largas, ilustra a economia local baseada no comércio de bens essenciais. A zona de bilinguismo, representada por uma área retangular hachurada, evidencia a coexistência de diferentes línguas nas interações entre as duas localidades. A presença do Rio Acre como limite internacional e a intensa conectividade entre Brasiléia e Cobija reforçam a complexidade e a importância dessa fronteira, onde questões legais, culturais e econômicas se entrelaçam, demandando políticas públicas específicas para uma integração efetiva.

Do ponto de vista econômico, as cidades gêmeas são frequentemente caracterizadas por uma complementaridade econômica que, apesar das assimetrias, favorece o desenvolvimento local. No entanto, essa interdependência econômica também pode exacerbar desigualdades regionais, principalmente quando os regimes tributários, trabalhistas e comerciais diferem significativamente entre os dois países.

O comércio formal e informal, por exemplo, tende a florescer nesses espaços, alimentado pelas diferenças nos preços e na disponibilidade de bens e serviços.

De acordo com Brito (2019),

Em síntese, as relações de trocas existentes nesses municípios podem resultar em diferentes possibilidades por meio do condensamento de territorialidades, devido ao fato de receberem influência direta do caráter transnacional permitido devido à condição de conurbação internacional. Ou seja, é preciso considerar que, ao mesmo tempo em que as cidades gêmeas servem como arenas frutíferas para estratégias integradoras (o que se apresenta de suma importância no atual cenário globalizado), elas também podem ser palco de conflitos em diversos aspectos, que podem ser de difícil resolução (BRITO, p. 57, 2019).

As cidades gêmeas também são cenários onde as políticas públicas e as práticas de governança enfrentam desafios únicos. A gestão conjunta de recursos naturais, a coordenação de políticas de segurança pública e o planejamento urbano integrado são apenas alguns dos aspectos que requerem uma cooperação binacional efetiva. No entanto, essa cooperação nem sempre é fácil de alcançar, especialmente em contextos onde há tensões políticas ou discrepâncias significativas nas capacidades institucionais entre as cidades.

Por fim, as cidades gêmeas são um laboratório vivo para o estudo das interações transfronteiriças e das políticas de integração regional. Elas exemplificam como a proximidade geográfica e as conexões sociais podem mitigar as divisões políticas, ao mesmo tempo em que evidenciam as dificuldades inerentes à convivência

em espaços onde as fronteiras nacionais são constantemente renegociadas. Assim, o estudo dessas cidades não só enriquece a compreensão das dinâmicas transfronteiriças, mas também oferece insights valiosos para a formulação de políticas que promovam a integração e o desenvolvimento sustentável em regiões de fronteira.

2.1.2 Cidades gêmeas e sua relação com os sistemas políticos

Cidades gêmeas são um fenômeno urbano caracterizado por duas cidades situadas em diferentes países, mas que compartilham uma proximidade geográfica e, muitas vezes, uma interdependência econômica, social e cultural. Este conceito tem raízes históricas profundas, remontando a períodos de expansão territorial e desenvolvimento comercial, onde fronteiras nacionais eram menos rígidas, permitindo que cidades crescessem e se desenvolvessem em paralelo, apesar de estarem separadas politicamente.

A visão a seguir, é de um trecho retirado de (MACHADO, p.6-7. 2005)¹³, com base em ações que eram até um passado recente, associadas, pejorativa e exclusivamente, às zonas limítrofes dos estados que fazem parte hoje do cotidiano nacional/internacional, discutindo ainda a natureza e a função das fronteiras internacionais no contexto do sistema interestatal moderno e sua relação com o capitalismo.

De acordo com Machado (2005):

Em síntese, no sistema interestatal os limites internacionais definem, do ponto de vista formal, o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais. Em segundo lugar, os limites constituem um fator de separação entre unidades territoriais. Terceiro, os limites do estado moderno têm caráter legal, fundamentado no conceito de soberania. Quarto, a legitimidade desses limites é dada pelas leis internacionais, mas principalmente pelos integrantes do estado, em nome de certos valores, lealdades e identidades. Quinto, o limite territorial embora seja um conceito mais antigo que o sistema capitalista passou a representar com a expansão deste não só o papel de regulador, mas de produtor de redes de intercâmbio de todo tipo. Os efeitos dessa mudança sobre o estado nacional (governo + sociedade civil + território) constituem hoje uma arena de debates acirrados que ultrapassam em escala e intensidade qualquer tensão ou conflito nas regiões limítrofes dos países (MACHADO, p. 06-07 ,2005).

O autor supracitado enxerga de maneira analógica que os limites internacionais definem o perímetro máximo de controle efetivo exercido por governos

¹³ Ver tópico de referências

centrais. Do ponto de vista político, isso é fundamental para a soberania nacional, pois cada estado possui autoridade suprema dentro de suas fronteiras, independentes de seu sistema governamental político. Essa delimitação é crucial para a administração, a implementação de leis e a proteção dos cidadãos.

Ainda em análise ao mesmo, os limites também constituem fatores de separação entre unidades territoriais, estabelecendo distinções políticas, econômicas e culturais. Politicamente, isso significa que cada estado pode desenvolver suas próprias políticas internas independentes das influências externas. Economicamente, entretanto, essas separações podem gerar barreiras ao comércio e à circulação de pessoas e bens, dependendo das políticas de fronteira adotadas.

Todavia, até onde pode se considerar que a legalidade dos conceitos apresentados dentro da política é de forma consciente, boa para a população e a sociedade? Em contraponto podemos equiparar a rigidez das fronteiras a disputas territoriais prolongadas, como as vistas em áreas como o Caxemira ou as ilhas do Mar do Sul da China¹⁴, resultando em conflitos violentos e instabilidade regional.

Verifica-se, portanto, que existe um caráter legal dos Limites, fundamentado no conceito de soberania, que é essencial para a ordem internacional. A soberania garante que cada estado tenha o direito de governar seu território sem interferência externa. No sistema capitalista, essa soberania legal é fundamental para a segurança dos investimentos e para o estabelecimento de um ambiente estável onde o comércio e as relações econômicas podem prosperar.

Com isto, vemos que embora anteriores ao sistema capitalista a definição de cidades limítrofes ou cidades gêmeas, ganharam um papel adicional com a expansão deste, atuando como reguladores e produtores de redes de intercâmbio. O capitalismo, com sua ênfase em mercados livres e fluxo de capitais, pessoas e bens, transformou as fronteiras em pontos de passagem e controle econômico.

Fronteiras eficazes podem facilitar o comércio internacional e a cooperação econômica, mas também podem ser usadas para implementar barreiras

¹⁴ Caxemira é uma região do subcontinente indiano que tem sido objeto de disputa entre Índia e Paquistão desde a independência e partição da Índia Britânica em 1947. Ambos os países reivindicam a região em sua totalidade, mas cada um controla apenas partes dela. A Índia administra Jammu e Caxemira e Ladakh, enquanto o Paquistão administra Gilgit-Baltistão e Azad Kashmir. A China também controla partes da região, especificamente Aksai Chin e o Vale de Shaksgam, o que adiciona uma complexidade adicional ao conflito.

protecionistas, variando de acordo com o objetivo de cada sistema de governo. De acordo com Silva (2008),

As exigências de um novo capitalismo abrem campo para uma reconfiguração espacial nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, em especial, na América do Sul. Daí estarmos diante de uma grande oportunidade para melhorar as condições de vida de populações marginalizadas e historicamente exploradas. Para tanto, é necessário identificar essas possibilidades, notadamente a implementação e o reforço das relações socioeconômicas, culturais e espaciais entre o Brasil e seus vizinhos fronteiriços. Por isso, com certeza, as redes e a rede urbana têm destaque nesse pretenso processo de desenvolvimento (SILVA, p. 10, 2008).

Infere-se, portanto, que a imposição de fronteiras pode dividir comunidades e etnias que compartilham uma identidade comum, criando tensões internas e movimentos separatistas, como os observados na Catalunha ou no Curdistão.¹⁵ Essas fronteiras uma vez existentes como linhas imaginárias, divide a moeda local, as culturas e o modelo de aprendizagem nas escolas, todavia, a experiência para o indivíduo que compartilha das duas culturas econômicas e sociais é indissociável.

Um exemplo clássico de cidades gêmeas é a relação entre San Diego, nos Estados Unidos, e Tijuana, no México. Estas duas cidades, separadas pela fronteira EUA-México, exemplificam como cidades gêmeas podem formar uma metrópole transfronteiriça funcional. San Diego e Tijuana compartilham um fluxo diário de pessoas e mercadorias, resultando em uma economia interligada que beneficia ambas as cidades. A interação entre elas é facilitada por infraestruturas como a Ponte Pedonal Cross Border Xpress, que conecta diretamente o Aeroporto Internacional de Tijuana com San Diego, exemplificando a cooperação transfronteiriça para a facilitação do trânsito de pessoas.

De acordo com Da Silva e Benatti (p. 109. 2014), para resolver os problemas encontrados tanto em Tijuana quanto em San Diego, as autoridades responsáveis pelo planejamento urbano tratam a região como uma área binacional. Nesse contexto, são abordados desafios relacionados à energia, água, esgoto, qualidade do ar, desenvolvimento econômico, terrorismo e transporte entre locais de trabalho e residências.

¹⁵ A Catalunha é uma região autônoma no nordeste da Espanha com uma longa história de distinção cultural, linguística e política. Durante a Idade Média, a Catalunha era parte do Reino de Aragão, mas manteve sua própria identidade. Com o tempo, tornou-se uma parte integrante da Espanha moderna. No entanto, o sentimento nacionalista catalão tem se fortalecido, especialmente desde o final do século XIX, quando a Renascença (Renascimento Catalão) revitalizou a língua e a cultura catalãs.

Existem aproximadamente quinze projetos em andamento nas cidades de Tijuana e San Diego, focando em transporte, uso do solo e meio ambiente. No entanto, o único plano transfronteiriço efetivamente implementado que aborda esses problemas é o de água e esgoto. Esse projeto é gerido por uma entidade local em San Diego e por uma agência federal em Tijuana, evidenciando a falta de coordenação adequada e as diferentes prioridades entre as duas cidades. Além disso, o projeto do aeroporto internacional Tijuana-San Diego não avançou devido à falta de confiança e de consenso entre as partes envolvidas.

Ainda de acordo com os autores, há discordâncias quanto à ideia de que Tijuana e San Diego constituem uma única área metropolitana, baseadas na falta de homogeneização urbana entre as duas cidades, na ausência de um mercado transfronteiriço integrado e nas diferenças nos problemas e práticas de planejamento urbano. Além disso, há pouca ou nenhuma interação social entre as comunidades e um conhecimento limitado das práticas sociais mútuas. Argumenta-se que não há continuidade na estrutura social das duas cidades e que a fronteira atua como um forte limitador institucional, permitindo que apenas algumas práticas sociais sejam compartilhadas.

Entre Brasil e Bolívia, também encontramos exemplos de cidades gêmeas que ilustram a complexidade e a interdependência das regiões fronteiriças. Corumbá, no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, e Puerto Suárez, na Bolívia, são duas cidades que compartilham não apenas uma fronteira, mas também laços econômicos e culturais profundos. Estas cidades são conectadas pela Ponte Internacional da Amizade, que facilita o comércio e o trânsito de pessoas entre os dois países. A cooperação entre Corumbá e Puerto Suárez é vital para o desenvolvimento regional, especialmente no que diz respeito ao comércio de bens e ao turismo.

De acordo com Marques (2012),

A fronteira da Bolívia com Corumbá tem uma extensão de 386 km de fronteira seca. O primeiro núcleo urbano é Arroyo Concepción (seção municipal de Puerto Quijarro) a cinco quilômetros, com o acesso diário entre as cidades dos dois países naquela fronteira. As seções municipais de Puerto Quijarro e Puerto Suárez fazem divisa com Corumbá e compõem a Província Germán Busch, uma das 15 províncias do Departamento de Santa Cruz que tem a 2ª maior população da Bolívia com 2.231.019 habitantes (INE, 2003). É um dos Departamentos mais desenvolvidos economicamente, sua capital é Santa Cruz de La Sierra. Como a principal área econômica da Bolívia (LINS, 2009:232), Santa Cruz destaca-se nas atividades do setor primário participando com 43% do PIB nacional, alicerçada na cultura de produtos agrícolas industriais (soja, cana-de-açúcar) e em produtos não-industriais, além da pecuária; na indústria de transformação mais de 35% da produção

são de alimentos, do processamento de insumos primários (vinculados a um forte setor agroindustrial) e do refino de petróleo (MARQUES, p. 297, 2012).

Outro exemplo de cidades gêmeas entre Brasil e Bolívia é a relação entre Guajará-Mirim, no estado brasileiro de Rondônia, e Guayaramerín, na Bolívia. Separadas pelo rio Mamoré, estas cidades mantêm uma interação constante através de balsas e pequenas embarcações que cruzam o rio diariamente. Esta conexão é essencial para o comércio local e para a integração das comunidades, permitindo o acesso a serviços, mercados e oportunidades econômicas em ambos os lados da fronteira.

Historicamente, as cidades gêmeas surgiram em contextos onde as fronteiras políticas eram mais permeáveis e as comunidades locais tinham uma forte interdependência. No contexto atual, as cidades gêmeas continuam a evoluir, especialmente em regiões onde a cooperação transfronteiriça é incentivada por políticas de integração regional, como na União Europeia e nas iniciativas de integração sul-americana. Além dos benefícios econômicos, estas cidades servem como pontes culturais, promovendo a troca de ideias e valores, e facilitando a construção de uma identidade regional compartilhada.

Desafios enfrentados por cidades gêmeas incluem a gestão de diferenças políticas e administrativas, barreiras linguísticas e culturais, e a coordenação de políticas públicas para atender às necessidades de uma população transfronteiriça. Contudo, a capacidade de superar estas barreiras através da cooperação e do diálogo intergovernamental pode resultar em benefícios significativos, como o desenvolvimento sustentável, a segurança coletiva e o fortalecimento das relações internacionais.

Assim, cidades gêmeas representam um microcosmo das complexidades e oportunidades da globalização e da integração regional. Elas demonstram como, apesar das divisões políticas, as conexões humanas e econômicas podem transcender fronteiras, promovendo um desenvolvimento urbano mais integrado e cooperativo.

2.2 FRONTEIRA ENTRE BRASIL E BOLIVIA – IMPASSES E PERSPECTIVAS

A história e evolução das fronteiras geográficas são reflexos das transformações ao longo do tempo, englobando fatores históricos, políticos e culturais.

Elas não apenas definem áreas geográficas, mas também influenciam dinâmicas identitárias, relações entre países e a própria configuração da geopolítica global (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

As regiões de fronteira, pontos de encontro entre diferentes territórios, culturas e sistemas jurídicos, enfrentam uma série de problemáticas que resultam das complexas dinâmicas desse cenário único. Nesses espaços limítrofes, uma série de desafios emerge, impactando tanto as comunidades locais quanto as relações internacionais.

De acordo com Vergara (2010):

O episódio da delimitação das fronteiras com a Bolívia é uma fração de um conjunto mais amplo. Alguns dos obstáculos que constam nos relatos das referidas expedições, como o ataque de índios bravios, o território desconhecido e de difícil acesso, eram as mesmas razões atribuídas para a falta da carta nacional (Beaurepaire Rohan, 1878)¹⁶. Para a elaboração de tal mapa, ter as fronteiras demarcadas era condição fundamental, mas não o único fator preponderante. Neste sentido, é importante se ter em mente que a delimitação de fronteiras e o mapeamento são processos que se entrecruzam, mas não são sinônimos. Importante lembrar que os mapas conferem o contorno da nação, espaço de exercício da soberania do Estado; é dentro desses limites que se desenvolvem os processos e rituais de constituição da nacionalidade (Moraes, 2005)¹⁷. O traçado da linha de fronteira não obedece, necessariamente, aos imperativos da natureza, segundo as palavras de Wilford¹⁸ (2000, p. 205): “essas linhas colocam dentro da geometria as expectativas, o destino político, a garantia de soberania. E falam em seus traçados de batalhas passadas, barganhas, compromissos diplomáticos”. No início da república brasileira, o Tratado que ainda estava em vigor procedia do Império e estipulava que a região do atual estado do Acre pertencia à Bolívia, e assim era reconhecida pela chancelaria brasileira da época (Brasil, 1939). Contudo, o governo brasileiro instituiu três comissões sucessivas que tiveram por objetivo traçar o limite na região amazônica e verificar a localização da principal nascente do rio Javari, cujo desconhecimento gerava controvérsias na interpretação daquele Tratado. O labor destas comissões quase nunca é mencionado nos anais da história da ciência no Brasil. Geradas em circunstâncias de enorme agitação política, tem-se a impressão de que seus trabalhos evaporam no calor das discussões (VERGARA, p.346, 2010).

Essa situação reflete a continuidade das políticas diplomáticas entre o Império e a República no que diz respeito à delimitação de fronteiras, evidenciando que,

¹⁶ BEAUREPAIRE ROHAN, Henrique. Relatório Final da Comissão da Carta Geral do Império. Apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878

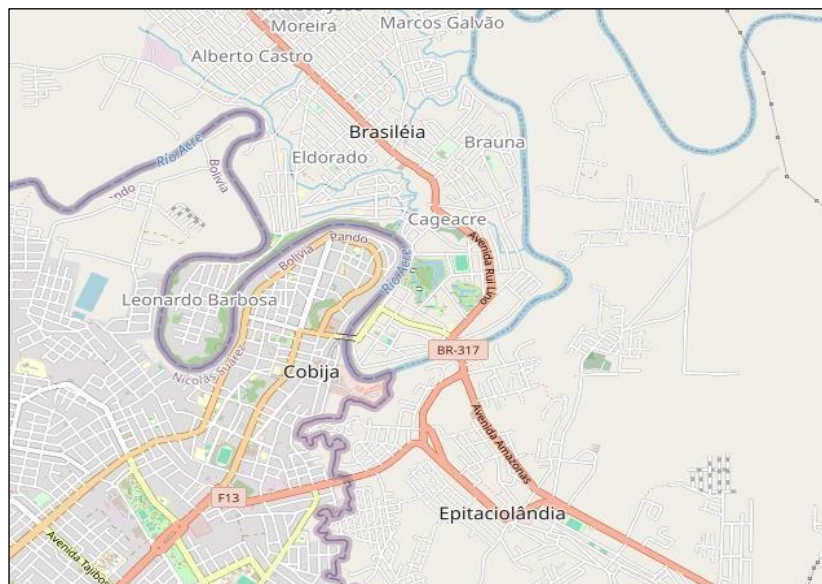
¹⁷ MORAES, Antonio Carlos Robert. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

¹⁸ WILFORD, John Noble. The mapmakers. New York: Random House, 2000.

apesar das transformações políticas internas, o Brasil reconhecia oficialmente a soberania boliviana sobre a região. No entanto, o reconhecimento formal contrastava com a ocupação crescente do território por seringueiros brasileiros, atraídos pelo ciclo da borracha, o que geraria tensões e culminaria em movimentos de resistência, como a Revolução Acreana. Esse cenário demonstra a complexidade das relações fronteiriças na época, marcada por disputas econômicas, ocupação territorial de fato e o papel das políticas diplomáticas na definição dos limites internacionais.

Dessa forma, salienta-se que a fronteira entre Brasil e Bolívia é uma área de grande importância estratégica e histórica, caracterizada por uma série de desafios, impasses e, ao mesmo tempo, perspectivas de cooperação e desenvolvimento. Esta fronteira abrange uma extensa faixa territorial que se estende por diversas regiões geográficas, desde áreas urbanas densamente povoadas até zonas rurais e de difícil acesso.

Figura 10: Mapa demonstrativo das 3 cidades, Brasileia, Cobija e Epitaciolândia em 2D



Fonte: OpenStreetMap. Disponível em: <<https://www.openstreetmap.org/>>. Acesso em: 08 fev. 2024.

Essa região fronteiriça é marcada por uma dinâmica significativa de atividades comerciais, fluxo de pessoas e intercâmbio cultural entre brasileiros e bolivianos. A proximidade com a fronteira e a própria faixa de fronteira em si, apresenta tanto desafios quanto oportunidades, particularmente no que diz respeito a questões de segurança, imigração e cooperação internacional. A interação constante entre os dois países nesta área não só fomenta o desenvolvimento econômico e cultural, mas

também exige uma gestão cuidadosa das relações transfronteiriças e das políticas de segurança e imigração. De acordo com Da Silva (2016),

Os estudos sobre a fronteira compõem uma das mais antigas temáticas da Geopolítica, sendo um campo de preocupação central das Relações Internacionais. Afinal, a temática trata das relações de poder em uma área marcada pela sobreposição da participação de atores (de diversos níveis). Tal característica permite que o seu estudo regional tenha um papel muito especial para a compreensão dos processos que analisam o poder como um vetor de mudança do espaço geográfico. Não é de se estranhar que recentemente tenham se multiplicado os trabalhos sobre a fronteira brasileira, sendo apresentadas preocupações de cunho cultural, econômico, geoestratégico, comercial, social, dentre outras. Pertencendo a este conjunto de preocupações estão posicionados os estudos sobre as cidades gêmeas, à medida que se difunde, de maneira cada vez mais notável, a percepção de que a abordagem conjunta entre a geografia urbana e a geopolítica, sobretudo no que tange aos estudos das regiões transfronteiriças, trata-se de uma escolha eficaz para o entendimento das relações internacionais de países limítrofes (DA SILVA, P. 176, 2016)

Os impasses na fronteira Brasil-Bolívia são multifacetados e incluem questões relacionadas à segurança, ao tráfico de drogas e de armas, à imigração sem respeito aos procedimentos burocráticos existentes, ao contrabando e ao desmatamento. Esses desafios são agravados pela vasta extensão da fronteira, pela sua geografia acidentada e pela presença de grupos criminosos transnacionais que exploram as vulnerabilidades da região.

De acordo com Costa (2013),

Nesse sentido, as populações fronteiriças, por ignorarem muitas vezes os limites do Estado, representam desafios à própria soberania como exercício do poder e abrem espaço para negociações materiais, identitárias e trocas culturais e matrimoniais, que adicionam matizes de cores a uma visão construída no senso comum em tons de cinza, dividindo a fronteira em “nós” e “eles” ou, no caso estudado, em “brasileiros” e “bolivianos” (COSTA, p. 143, 2013).

No entanto, apesar dos impasses, também existem perspectivas de cooperação e desenvolvimento na fronteira entre Brasil e Bolívia. Ambos os países têm interesse em promover o comércio bilateral, o turismo e o desenvolvimento econômico regional. Iniciativas conjuntas, como programas de cooperação policial e de integração econômica, têm sido implementadas para enfrentar os desafios comuns e explorar o potencial da região.

Além disso, a fronteira Brasil-Bolívia é um espaço de intercâmbio cultural e social, onde comunidades de diferentes origens étnicas e culturais coexistem e interagem. Essa diversidade étnica e cultural oferece oportunidades para o

enriquecimento mútuo e para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre os dois países.

Como afirma Costa (2013,

Apesar da imposição hegemônica da ideologia do Estado, é preciso entender que há brechas e caminhos de construção da vida social que escapam da imposição dogmática da soberania. A vida nas regiões de fronteira fornece exemplos que nos permitem ir além das visões que entendem o poder no geral e especificamente do Estado como uma forma de imposição dominante ou como uma relação de mão única (COSTA, p. 143, 2013)

Portanto, a fronteira entre Brasil e Bolívia é um cenário complexo, marcado por impasses, mas também por perspectivas de cooperação e desenvolvimento. O enfrentamento dos desafios existentes requer ações conjuntas e coordenadas entre os governos, a sociedade civil e as comunidades locais, visando promover a segurança, o desenvolvimento econômico e a integração regional. Ao mesmo tempo, é fundamental valorizar e preservar a rica diversidade cultural e social que caracteriza essa importante região de fronteira.

2.2.1 Cobija: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Boliviana

A região entre Cobija, Epitaciolândia e Brasiléia está localizada no extremo oeste do Brasil, na fronteira com a Bolívia. Essas três cidades estão situadas no estado do Acre, que faz divisa com o departamento de Pando, na Bolívia.

De acordo com a Constituição Política do Estado (CPE), em seu Artigo 269, Parágrafo I, "A Bolívia se organiza territorialmente em departamentos, províncias, municípios e territórios indígena originário camponeses". Adicionalmente, podem ser constituídas as Autonomias Regionais (Capítulo 3 da CPE) e as Autonomias Indígena Originária Camponesas (Capítulo Sétimo da CPE). Cobija é a capital do departamento de Pando, da Província de Nicolás Suárez, na Bolívia, e está localizada a poucos quilômetros da fronteira com o Brasil. É uma cidade de médio porte e tem sido um importante centro comercial para os residentes da região.

A cidade de Cobija, localizada na fronteira entre Brasil e Bolívia, apresenta uma série de características únicas que a tornam um objeto de estudo intrigante no contexto das relações internacionais e da geografia urbana. Com uma população diversificada e uma economia influenciada pela proximidade com o Brasil, Cobija desempenha um papel significativo como centro comercial e ponto de trânsito na

região. Este artigo busca analisar a dinâmica urbana, a cultura e os desafios enfrentados por esta cidade fronteiriça boliviana.

De acordo com Carlo (2011 apud Da Silva, p. 185, 2016), a compreensão da dinâmica de Cobija e do Departamento de Pando como um todo requer a consideração da história econômica da região, marcada por uma economia extrativista que moldou o padrão de ocupação desse espaço. Durante muitas décadas após a fundação de Cobija, prevaleceu uma economia de enclave fortemente vinculada às economias industrializadas da Europa. Ao longo de mais de meio século, a cidade dependeu significativamente da economia florestal, com ênfase na borracha e, posteriormente, na castanha. Embora esses produtos desfrutassem de alta demanda internacional, a economia pouco diversificada de Cobija estava sujeita às flutuações do mercado e, internamente, dependia das relações sociais derivadas dessa estrutura produtiva.

Em termos de sua geografia urbana, Cobija exhibe uma combinação de influências arquitetônicas e culturais, refletindo sua história como ponto de encontro de diferentes grupos étnicos e sociais. O centro da cidade é caracterizado por uma mistura de edifícios históricos e modernos, enquanto bairros periféricos refletem as disparidades socioeconômicas presentes na região. A presença de mercados locais e feiras comerciais destaca a importância do comércio informal na economia local, proporcionando uma visão da vitalidade econômica da cidade.

Observou-se um padrão na conurbação Brasiléia/Epitaciolândia/Cobija. Nas cidades brasileiras, o Ensino Básico acolhe alguns estudantes bolivianos, ainda que o número não seja muito destacado. O mesmo não acontece com o ensino superior. Provavelmente devido à existência de grandes instituições de ensino superior em Cobija, entre elas a Universidade Amazônica de Pando (UAP), o setor nunca se desenvolveu de maneira significativa nas cidades brasileiras vizinhas.

A maior instituição de ensino superior em Brasiléia e Epitaciolândia é a UNOPAR, que é uma instituição particular. Nela, não há registro de bolivianos matriculados. A Universidade Federal do Acre conta como uma pequena instalação com duas salas e cerca de 40 alunos matriculados. Nenhum dos alunos matriculados na UFAC tem nacionalidade boliviana.

Em Cobija, em contrapartida, existe um número expressivo de brasileiros, de procedência diversa, que vem em busca do ensino superior. Somente na UAP há o registro de 492 estudantes brasileiros de um universo de 5.853 matriculados no primeiro semestre de 2015. Conclui-se, deste modo, que do ponto de vista dos

equipamentos educacionais, a dependência brasileira em relação aos equipamentos bolivianos é destacada, enquanto a dependência boliviana em relação às instituições de ensino brasileiras é pouco expressiva.

Além disso, a diversidade cultural de Cobija se manifesta em sua população, composta por uma mistura de grupos étnicos indígenas, colonos brasileiros e imigrantes de outras partes da Bolívia. Esta riqueza cultural se reflete na gastronomia, nas tradições religiosas e nas festividades locais que ocorrem ao longo do ano. No entanto, essa diversidade também pode representar desafios, como questões de identidade e integração social.

Por fim, Cobija enfrenta uma série de desafios, incluindo questões relacionadas à infraestrutura urbana, acesso a serviços básicos, segurança pública e proteção ambiental. A proximidade com o Brasil também apresenta oportunidades econômicas, mas também desafios, como o contrabando e o tráfico de drogas. Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas eficazes e cooperação entre os governos locais e nacionais.

Em suma, Cobija é uma cidade fronteiriça dinâmica e complexa, cuja análise oferece insights valiosos sobre as interações entre fronteiras, urbanização e diversidade cultural. Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades enfrentados por cidades fronteiriças na América Latina e destaca a importância de abordagens integradas e colaborativas para o desenvolvimento urbano sustentável.

2.2.2 Eitaciolândia: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Brasileira

É um município brasileiro localizado no estado do Acre, fazendo fronteira com Cobija. É uma cidade relativamente pequena, mas desempenha um papel crucial como ponto de comércio e trânsito entre Brasil e Bolívia. A cidade fica situada na divisa entre Brasil e Bolívia, emerge como um campo de estudo intrigante na interseção da geografia urbana e das relações internacionais.

De acordo com o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, (2015 *apud* Da Silva, p. 186, 2016), em 1992, o município de Brasiléia se fragmentou a partir da emancipação de Eitaciolândia, ocorrida através de um plebiscito. A antiga Vila Eitácio hoje é uma cidade conurbada com Brasiléia, sendo separada da mesma pelo Rio Acre (o mesmo que separa Brasiléia de Cobija).

Em termos de geografia urbana, Eptaciolândia apresenta uma configuração típica de cidade fronteira, com uma interação complexa entre os elementos culturais e econômicos das duas nações vizinhas. O centro da cidade exibe uma mistura de estilos arquitetônicos e influências culturais, refletindo a diversidade étnica e a história compartilhada entre Brasil e Bolívia. Nos arredores, áreas residenciais se misturam com zonas comerciais e industriais, evidenciando a importância do comércio transfronteiriço e da economia informal na vida urbana.

A população de Eptaciolândia é caracterizada por uma diversidade étnica e cultural, com uma presença significativa de comunidades indígenas, migrantes internos brasileiros e imigrantes bolivianos. Essa diversidade étnica se reflete na vida cotidiana da cidade, desde a culinária até as práticas religiosas e as festividades locais. No entanto, essa pluralidade também pode gerar desafios relacionados à inclusão social, ao acesso a serviços públicos e à coesão comunitária.

De acordo com Da Silva, 2016, de um modo geral, destaca-se uma maior dependência dos brasileiros residentes em Brasília e Eptaciolândia em relação aos equipamentos urbanos de Cobija, como ficou claro quanto aos estabelecimentos de ensino (principalmente universitário), de saúde (acesso às farmácias e hospitais) e comerciais.

Além disso, Eptaciolândia enfrenta uma série de desafios urbanos comuns a cidades fronteiriças, como infraestrutura precária, problemas de segurança pública e questões ambientais. A proximidade com a Bolívia também traz oportunidades econômicas, mas também implica em desafios, como o contrabando e o tráfico de drogas. Para enfrentar esses desafios, são necessárias políticas públicas integradas e cooperação entre os governos locais e nacionais.

Em resumo, Eptaciolândia se destaca como uma cidade fronteira dinâmica e multifacetada, cujo estudo oferece insights valiosos sobre as interações entre fronteiras nacionais, urbanização e diversidade cultural. Esta análise contribui para uma compreensão mais ampla dos desafios e oportunidades enfrentados por cidades fronteiriças na América Latina e destaca a importância de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável e políticas de cooperação internacional para promover o bem-estar das comunidades locais.

2.2.3 Brasiléia: Uma Análise da Cidade Fronteiriça Brasileira

É outro município do Acre que faz fronteira com Cobija. Assim como Epitaciolândia, Brasiléia tem uma importância estratégica como centro de comércio e tráfego entre os dois países.

A cidade fronteiriça localizada na região Norte do Brasil, emerge como um centro urbano de interesse para estudos que abordam os desafios e as peculiaridades das áreas de fronteira. De acordo com a Prefeitura Municipal de Brasileia, 2015 apud Da silva, p.187, 2016 Brasiléia foi fundada como o nome de Brasília em 1910, nas terras dos indígenas Catianas e Maitenecas, no chamado seringal Carmen, em um momento histórico em que o Acre já pertencia ao Brasil.

De acordo com De Souza (2021),

A cidade de Brasiléia foi fundada pelo Dr. Luiz Barreto de Menezes, em 03 de julho de 1910, no seringal Carmen nas terras indígenas de Catianas e Maitenecas, como fruto das relações sociais dos seringalistas detentores da riqueza oriundas do extrativismo da borracha. A localidade se situa à margem esquerda do Rio Acre, em frente à cidade boliviana de Cobija, fundada quatro anos antes e onde residiam muitos brasileiros. Inicialmente, a cidade recebeu o nome de Brasília (DE SOUZA, p. 38, 2021).¹⁹

A história da fundação da cidade está intimamente ligada a extração da borracha, tendo sido assenta à margem esquerda do Rio Acre, de frente à cidade boliviana de Cobija (cidade fundada quatro anos antes e local onde moravam a maioria dos brasileiros que fundaram Brasiléia).

Brasília foi fundada numa época em que a produção da borracha já estava prestes a entrar em crise, fato ocorrido em 1913, quando a Malásia passou a produzir o bem em escala comercial. Em 1939, passou a ser chamada de Brasiléia.

No que diz respeito à sua geografia urbana, Brasileia apresenta uma configuração característica das cidades fronteiriças, com uma interação intensa entre as culturas e os fluxos comerciais de países vizinhos. O centro da cidade é marcado por uma mistura de arquitetura colonial e moderna, refletindo a história e as influências culturais que moldaram a região ao longo do tempo. Além disso, a presença de

¹⁹ Essa informação revela um contexto histórico marcado pela expansão econômica impulsionada pelo ciclo da borracha na Amazônia, que levou à ocupação de áreas indígenas para a instalação de seringais. A fundação de Brasiléia reflete o processo de ocupação territorial ocorrido durante o período, no qual o desenvolvimento urbano e econômico esteve frequentemente associado à exploração dos recursos naturais e à desconsideração das populações originárias que habitavam a região.

mercados locais e feiras comerciais destaca a importância do comércio transfronteiriço na economia local, conferindo à cidade um ambiente vibrante e dinâmico.

A população de Brasileia é diversificada e inclui uma mistura de grupos étnicos, migrantes internos e imigrantes de países vizinhos, como o Peru e a Bolívia. Essa diversidade étnica e cultural se reflete na vida cotidiana da cidade, desde a culinária até as festividades locais e as práticas religiosas. No entanto, essa pluralidade também pode gerar desafios relacionados à integração social, à coesão comunitária e ao acesso a serviços públicos.

Além disso, Brasileia enfrenta uma série de desafios comuns a cidades fronteiriças, como infraestrutura precária, questões de segurança pública e problemas ambientais. A proximidade com países vizinhos também pode resultar em desafios adicionais, como o contrabando e o tráfico de drogas, que exigem respostas coordenadas e políticas públicas eficazes por parte das autoridades locais e nacionais. Em resumo, Brasileia representa um caso de estudo interessante para compreender as complexidades das cidades fronteiriças na região amazônica brasileira.

Esta análise contribui para uma compreensão mais ampla dos desafios e das oportunidades enfrentados por essas comunidades, destacando a importância de estratégias de desenvolvimento urbano sustentável e cooperação internacional para promover o bem-estar e o desenvolvimento equitativo dessas regiões.

2.3 PROGRAMA ESCOLAS INTERCULTURAIS DE FRONTEIRA: IMPACTOS E PERSPECTIVAS PARA A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) foi oficialmente instituído pela Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012, do Ministério da Educação (MEC) do Brasil. No entanto, suas bases foram desenvolvidas ao longo dos anos por meio de iniciativas voltadas à integração educacional nas regiões fronteiriças. Em 2004, durante uma reunião em Assunção, os Ministros da Educação do Setor Educacional do Mercosul assinaram um documento que destacava a importância de promover a educação bilíngue nessas áreas, visando fortalecer a integração regional e valorizar a diversidade linguístico-cultural (REVISTA ESPACIOS, 2016).

O PEIF tem como principal objetivo fomentar a cooperação entre escolas de países vizinhos, garantindo uma educação bilíngue e intercultural para estudantes que vivem nas regiões de fronteira. Além de fortalecer o ensino de português e espanhol,

o programa incentiva práticas pedagógicas compartilhadas e formação docente voltada para essa realidade específica (PORTARIA MEC Nº 798, 2012). Dessa forma, busca-se não apenas melhorar o acesso à educação, mas também promover um ensino que respeite as particularidades socioculturais dessas comunidades.

No contexto da fronteira Brasil-Bolívia, iniciativas como o PEIF tornam-se fundamentais para compreender os desafios e as potencialidades do ensino bilíngue. A implementação de políticas públicas voltadas à educação transfronteiriça permite analisar como modelos educacionais podem contribuir para a construção de identidades híbridas e para a valorização da diversidade linguística e cultural nessas regiões.

De acordo com

O hoje chamado PEIF desenvolve-se em cidades da faixa de fronteira e, em especial, em cidades gêmeas de países que fazem limite com o Brasil. Organiza-se na base de acordos curriculares que buscam propiciar que os professores de escolas parceiras cruzem a fronteira, a cada semana, para dar aulas na sua língua materna. Dessa forma, sem ter como objetivo ensinar sua língua, o professor constituiu-se como modelo vivo da cultura do outro país, não ensinando língua, mas promovendo a intercompreensão e o diálogo intercultural (LORENZETTI, p. 85, 2016.)

A metodologia do programa baseia-se em acordos curriculares bilaterais, que permitem que professores atravessem a fronteira semanalmente para ministrar aulas em sua língua materna nas escolas parceiras. No entanto, o foco não está no ensino formal da língua estrangeira, mas na intercompreensão linguística, ou seja, na exposição natural dos alunos ao idioma do país vizinho, favorecendo a compreensão mútua e o desenvolvimento da comunicação espontânea.

Esse modelo reforça o diálogo intercultural, pois o professor estrangeiro, ao lecionar na sua língua materna, não apenas transmite conteúdos acadêmicos, mas também atua como um modelo vivo da cultura do outro país. Dessa maneira, os estudantes não aprendem apenas um idioma, mas vivenciam aspectos culturais, sociais e históricos da nação vizinha, ampliando suas referências e promovendo a valorização da diversidade.

Essa abordagem dialoga diretamente com a crescente presença de influências externas na educação pública, conforme discutido anteriormente. Assim como no contexto da privatização de aspectos pedagógicos e de gestão escolar, o PEIF também introduz agentes externos no ambiente educacional, mas com uma

lógica diferente: em vez de uma padronização mercadológica, busca-se a construção de uma identidade educacional transfronteiriça, respeitando as especificidades linguísticas e culturais locais.

Na esfera educacional, o PEIF desempenha um papel fundamental ao incentivar a integração entre sistemas educacionais de países vizinhos, promovendo o intercâmbio de boas práticas pedagógicas e a criação de currículos que reflitam as realidades transfronteiriças. Essa abordagem é essencial para garantir que as crianças e jovens das regiões de fronteira recebam uma educação que não apenas respeite suas identidades culturais, mas que também os prepare para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades únicas que surgem dessas interações internacionais cotidianas.

Em consonância com o exposto por Bueno (2019), destaca-se que as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento e implementação de projetos e programas educacionais nesta região do país foram motivadas pelos acordos estabelecidos pelo Brasil no âmbito do Mercosul e alinhadas aos Planos do Mercosul Educacional. Nesse contexto, em 23 de novembro de 2003, com o intuito de fortalecer os vínculos educacionais entre os países do Mercosul, em especial Brasil e Argentina, foi assinado o acordo de cooperação fronteiriça, conhecido como Declaração Conjunta de Brasília.

No entanto, a implementação do PEIF não está isenta de desafios. A cooperação transfronteiriça muitas vezes enfrenta obstáculos significativos, como as diferenças legislativas e burocráticas entre os países, as desigualdades econômicas e sociais, e as tensões políticas que podem surgir de disputas territoriais ou de soberania. A superação desses desafios requer um compromisso contínuo dos governos envolvidos, bem como a participação ativa das comunidades locais, que devem ser vistas não apenas como beneficiárias, mas como protagonistas do processo de integração.

Assim, o Programa Escolas Interculturais de Fronteira representa uma importante ferramenta para a construção de um modelo de desenvolvimento que transcenda as fronteiras nacionais, promovendo a paz, a prosperidade e a sustentabilidade nas regiões de fronteira. Sua análise fornece insights valiosos sobre as possibilidades e limitações da cooperação transfronteiriça, oferecendo lições que

podem ser aplicadas em outras partes do mundo onde as fronteiras, em vez de dividir, podem ser um ponto de encontro para a colaboração e o progresso compartilhado.

2.4 ABORDAGEM EDUCACIONAL FRONTEIRIÇAS

As cidades fronteiriças são locais onde as fronteiras políticas se cruzam com dinâmicas culturais, sociais e econômicas complexas. Nessas áreas, a educação desempenha um papel fundamental na integração e coesão social, ao mesmo tempo em que enfrenta desafios únicos relacionados à diversidade cultural, mobilidade populacional e contextos socioeconômicos variados. Este artigo propõe uma análise da abordagem educacional em cidades fronteiriças, destacando estratégias de ensino, políticas educacionais e questões emergentes que impactam o desenvolvimento e a qualidade da educação nessas regiões.

Diante da diversidade linguístico-cultural, as escolas fronteiriças frequentemente adotam estratégias de ensino que valorizam a multiculturalidade e promovem a inclusão. Isso pode incluir o uso de materiais educacionais em diferentes idiomas, a promoção de atividades interculturais e a implementação de programas de apoio para alunos migrantes. Além disso, a colaboração entre escolas e comunidades locais é essencial para criar ambientes educacionais acolhedores e culturalmente sensíveis.

2.4.1 Desafios Culturais, Barreiras Linguísticas e Barreira de Estruturas

Mesmo que as fronteiras entre os Estados se diluam, as diferenças civilizacionais entre os povos continuarão a ser um fator de demarcação das mesmas. Samuel Huntington argumenta que as diferenças entre civilizações são fatores que redesenham as fronteiras, uma vez que os povos com culturas análogas, aproximam-se e os que têm culturas diferentes afastam-se com certas fricções provocadas por esses atritos (FARIA, p. 28, 2020).

No contexto das cidades gêmeas na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia, como Brasileia, Epitaciolândia e Cobija, os desafios culturais, as barreiras linguísticas e as barreiras de estruturas emergem como elementos centrais que afetam profundamente as dinâmicas educacionais e a integração das comunidades locais. Estes desafios são complexos e inter-relacionados, refletindo as particularidades de uma região onde a proximidade geográfica não elimina as profundas diferenças que separam as populações de ambos os lados da fronteira.

De acordo com A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB, Lei nº 9.394/1996) a principal legislação que regulamenta a educação no Brasil, deixa explícito que o ensino será ministrado na língua materna²¹, a Língua Portuguesa, sendo que a segunda opção de língua estrangeira dar-se-á no sexto ano do ensino fundamental, neste caso, a Língua Inglesa. Nas cidades gêmeas ao longo da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, onde a migração de alunos entre países é uma realidade comum, a obrigatoriedade do ensino da língua espanhola no Brasil ganha uma dimensão crítica. Enquanto a legislação brasileira inicialmente impulsionou a inclusão do espanhol no currículo escolar, com a intenção de promover a integração linguístico-cultural, a implementação dessa política nas escolas dessas regiões fronteiriças revela desafios significativos.

Para um aluno que migra de uma cidade boliviana para o Brasil, a expectativa de uma educação que contemple seu idioma nativo se torna essencial para sua integração acadêmica e social. No entanto, mesmo com a oferta de espanhol como disciplina, esse aluno pode não se identificar completamente com a língua utilizada predominantemente nas aulas, que é o português. Esse descompasso linguístico pode criar barreiras para o aprendizado e a inclusão, levando o aluno a questionar criticamente como um professor pode, de fato, ensinar eficazmente em dois idiomas diferentes durante a mesma aula.

Essa questão destaca a necessidade de uma abordagem pedagógica mais integrada e sensível às realidades bilíngues dessas regiões. Um professor em uma cidade gêmea precisa estar preparado para lidar com a complexidade de ensinar conteúdos que sejam acessíveis e relevantes tanto para falantes de português quanto de espanhol. Isso exige não apenas um domínio técnico das duas línguas, onde o professor domina medianamente a língua, mas também a capacidade de mediar culturalmente o conteúdo, facilitando um ambiente onde todos os alunos possam se sentir incluídos e valorizados. Assim, o desafio pedagógico não é simplesmente oferecer aulas em dois idiomas, mas sim criar uma dinâmica de sala de aula que realmente promova o bilinguismo e o intercâmbio cultural de maneira eficaz e equitativa.

A obrigatoriedade do ensino de língua espanhola nas escolas brasileiras foi estabelecida pela **Lei nº 11.161**, de 5 de agosto de 2005. Esta lei determinava que o ensino da língua espanhola fosse oferecido obrigatoriamente pelas escolas de ensino

médio, como disciplina optativa para os alunos. Enfrentam dificuldades na harmonização de suas identidades culturais, que são moldadas por histórias nacionais distintas. Esse cenário cria um desafio significativo para as instituições educacionais, que precisam desenvolver abordagens pedagógicas sensíveis às realidades culturais locais. A educação em cidades fronteiriças deve não apenas reconhecer, mas também valorizar a diversidade cultural como um recurso, ao mesmo tempo em que busca promover a coesão social e o respeito mútuo entre diferentes grupos culturais. As escolas nessas regiões desempenham um papel crucial na mediação cultural, facilitando o diálogo e a compreensão entre as comunidades brasileira e boliviana.

As barreiras linguísticas constituem outro desafio crucial no contexto educacional das cidades gêmeas. O português, falado no Brasil, e o espanhol, predominante na Bolívia, são as línguas oficiais que dominam os espaços públicos e educacionais de cada país. Entretanto, nas áreas fronteiriças, a convivência entre essas línguas, juntamente com as línguas indígenas presentes na região, exige uma abordagem pedagógica que vá além da simples tradução.

A barreira linguística não é apenas uma questão de comunicação, mas também de acesso ao conhecimento e participação plena na vida social e cívica. Estudantes que frequentam escolas em cidades fronteiriças muitas vezes enfrentam dificuldades de aprendizagem e integração devido à falta de proficiência na língua de instrução, o que pode levar ao fracasso escolar e à marginalização social. As estratégias educacionais devem, portanto, incorporar práticas bilíngues ou multilíngues que respeitem e promovam a diversidade linguística, garantindo que todos os alunos possam desenvolver suas habilidades e potencialidades em um ambiente inclusivo.

Além dos desafios culturais e linguísticos, as barreiras de estruturas referem-se às dificuldades físicas, econômicas e institucionais que limitam a eficácia das políticas educacionais e o desenvolvimento das cidades gêmeas. Infraestruturas inadequadas, como escolas mal equipadas, falta de recursos tecnológicos e transporte precário, agravam as disparidades educacionais na região de fronteira.

De acordo com Bento (2005),

As fronteiras brasileiras, demarcadas, consolidadas no início de 1900, são espaços geográficos habitados, ou não, que cumpriram e realizam a função de distinção de identidades nacionais, de separação entre o que é de um e o que é do outro, em relação aos Estados vizinhos. Tal função territorial das fronteiras físicas de um Estado é permanente, junto com a função de defesa

em relação ao que entra e sai de um Estado, pessoas e mercadorias, pelas suas bordas físicas ou pelas fronteiras jurídicas criadas nos aeroportos internacionais. Porém, as fronteiras físicas não cumprem apenas a função de defesa-filtro (de pessoas e mercadorias) e afirmação de identidade nacional. Além dessas funções permanentes de uma fronteira física, há, também, a possibilidade de a fronteira física, habitada, ser um espaço de encontro entre sujeitos nacionais diferentes para a integração de fato entre tais populações nacionalmente distintas (BENTO, p. 105, 2005).

As barreiras de estruturas também incluem as diferenças nos sistemas educacionais e nas políticas públicas de cada país, que podem criar obstáculos à implementação de estratégias conjuntas de ensino. A disparidade na qualidade e nos recursos disponíveis entre as escolas de Brasil e Bolívia pode levar a desigualdades no acesso à educação e à permanência dos alunos no sistema escolar, exacerbando as tensões entre as comunidades locais. Para superar essas barreiras, é necessário um esforço coordenado entre os governos e as comunidades, visando à melhoria das infraestruturas educacionais, a harmonização das políticas públicas e o fortalecimento das redes de cooperação transfronteiriça.

2.4.2 Um novo olhar educacional frente aos conflitos de identidade e interesses políticos

Nos contextos das cidades gêmeas da faixa de fronteira Brasil-Bolívia, é crucial adotar uma perspectiva renovada sobre como a educação pode abordar as complexas interações entre identidade e interesses políticos. O sistema educacional não é apenas um reflexo das tensões culturais e políticas, mas também um campo onde essas dinâmicas podem ser mediadas e transformadas.

As regiões fronteiriças frequentemente enfrentam uma sobreposição de identidades culturais e interesses divergentes que podem gerar conflitos e tensões. Essas tensões se manifestam de diversas formas nas práticas educacionais, desde a forma como os currículos são elaborados até a distribuição de recursos e a administração das escolas. A politização da educação pode intensificar desigualdades e moldar de maneira desigual as representações culturais e a integração das identidades no sistema educacional.

Para enfrentar esses desafios, é necessário um modelo educativo que integre a diversidade cultural e promova a coesão social. Currículos e práticas pedagógicas

devem ser desenvolvidos com sensibilidade para as complexidades locais, assegurando que todos os grupos culturais sejam reconhecidos e respeitados.

Programas de educação cívica e iniciativas voltadas para a resolução de conflitos são ferramentas essenciais para ajudar os alunos a compreender e gerenciar as dinâmicas políticas e culturais que influenciam suas comunidades.

Em consonância com as ideias de Mariano (2002), é possível afirmar que, nos processos de integração regional, os Estados podem contar com o apoio de instituições políticas que conectem suas sociedades, economias e políticas públicas. Esse apoio é fundamental não apenas para a articulação entre essas esferas, mas também para que os Estados possam desempenhar suas funções de maneira mais abrangente e eficaz. Esse processo pode culminar na criação de novas formas de governança político-institucional com uma forte dimensão regional, estendendo-se, inclusive, ao nível subnacional. Embora os processos de integração regional sejam inicialmente promovidos pelos Estados, à medida que avançam e se tornam mais complexos, eles tendem a gerar repercussões que transcendem os governos centrais envolvidos, afetando a sociedade como um todo e, em particular, as diversas entidades governamentais.

Além disso, a participação ativa das comunidades locais na formulação de políticas educacionais é fundamental para garantir que as necessidades reais dos estudantes sejam atendidas. Este engajamento ajuda a despolitizar a educação e a garantir que as decisões pedagógicas sejam baseadas em necessidades educativas reais e não apenas em agendas políticas pautadas na eleição dos próximos governantes.

Ao integrar uma análise crítica das interações entre educação, cultura e política, é possível transformar o sistema educacional em um agente de mudança, promovendo um ambiente mais harmonioso e colaborativo nas regiões fronteiriças. Este enfoque não só enfrenta os desafios imediatos, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais coesa e integrada, capaz de superar divisões culturais e políticas e promover o desenvolvimento sustentável.

3 DESCOBERTAS DO ESTUDO

Neste capítulo, são apresentadas as descobertas obtidas ao longo da pesquisa, com base na análise dos dados coletados nas escolas das cidades gêmeas

selecionadas. As reflexões aqui discutidas exploram as práticas pedagógicas, os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas por professores e alunos em contextos marcados pela diversidade linguística e cultural.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Conforme previamente estabelecido e em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), os nomes dos participantes não serão divulgados, garantindo o sigilo e a privacidade das informações coletadas. Além disso, essa medida respeita os princípios éticos que regem a condução de pesquisas acadêmicas, assegurando que a identidade dos respondentes foi e será protegida em todas as etapas do estudo. Para tanto, os participantes serão identificados na pesquisa de forma anônima, utilizando denominações como *Participante A, B, C, D, entre outros*. Essa abordagem preserva a confidencialidade dos dados e reforça o compromisso ético com os direitos dos envolvidos na pesquisa.

Esta pesquisa é realizada em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018. Garantimos que todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e de análise desta pesquisa de mestrado. As respostas fornecidas são anônimas e serão tratadas de forma confidencial, sem qualquer possibilidade de identificação dos participantes.

Ao participar deste questionário, você consente voluntariamente com o uso das informações para os fins acima mencionados. Ressaltamos que o compartilhamento de dados pessoais será restrito e protegido de acordo com os princípios de transparência, segurança e respeito à privacidade. Caso deseje retirar sua participação ou tenha dúvidas sobre o uso de suas informações, entre em contato conosco através do e-mail: wendersongrimes@gmail.com. Agradecemos a sua contribuição e confiança! (Trecho retirado do questionário aplicado, Apêndice A)

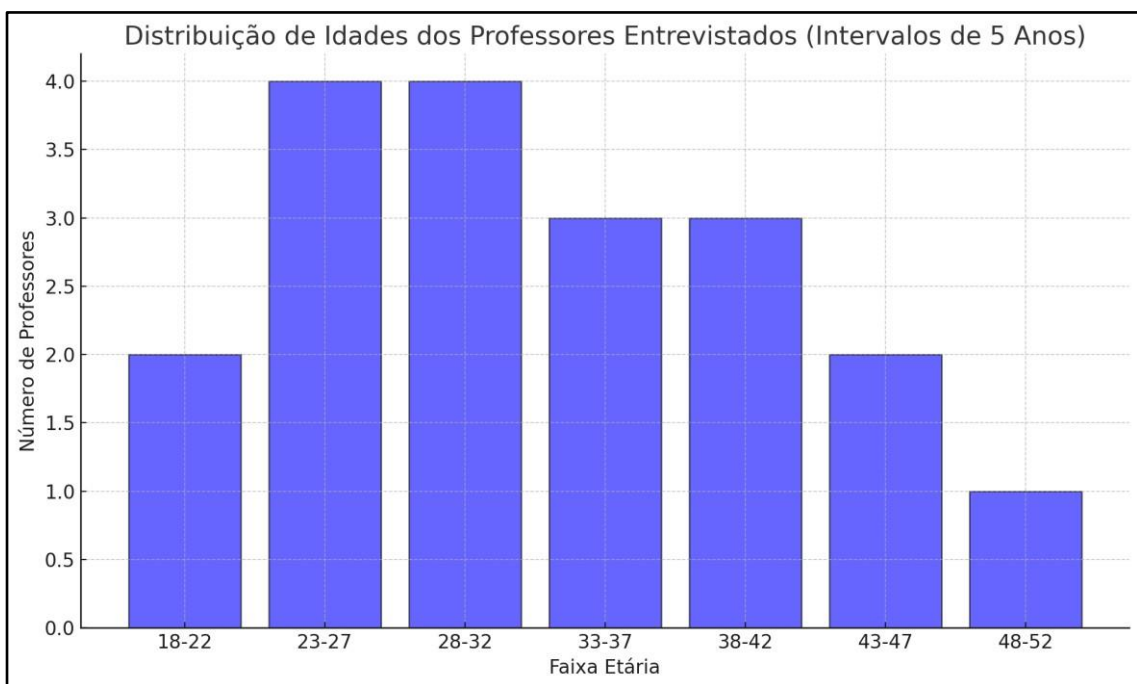
Inicialmente, após os candidatos aceitarem os termos da pesquisa previamente estabelecidos no questionário, a pergunta sobre a idade dos participantes foi de grande importância, pois permitiu analisar como diferentes faixas etárias influenciam a percepção e a abordagem de questões educacionais no contexto de fronteira.

O levantamento desse dado possibilita compreender as relações entre a experiência de vida e a formação profissional dos professores, bem como as possíveis

correlações entre idade, tempo de atuação docente e as estratégias empregadas para lidar com desafios específicos da região.

Além disso, conhecer a idade dos respondentes contribui para uma análise mais detalhada da diversidade do corpo docente, destacando como diferentes gerações de educadores podem colaborar na construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, inovadoras e sensíveis às necessidades de uma realidade marcada pela interculturalidade e pela presença de múltiplos idiomas.

Figura 11: Gráfico que relaciona a faixa etária dos respondentes versus a quantidade de participantes



Fonte: Próprio autor, 2025

A justificativa para a diversidade de idades dos professores, que participaram da pesquisa de acordo com a disponibilidade de cada escola, está ligada à realidade dinâmica e multifacetada das escolas em contextos de fronteira. A escolha dos participantes não foi pautada por uma faixa etária específica, mas sim pela disponibilidade dos profissionais em cada instituição, o que reflete uma amostra representativa da realidade das escolas na região.

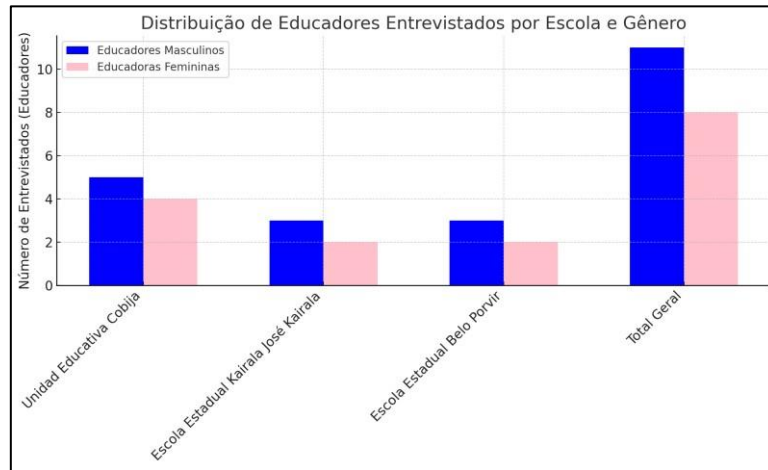
Essa diversidade etária é, na verdade, um reflexo da pluralidade de experiências e perspectivas presentes nas escolas, o que enriquece a análise das práticas pedagógicas no contexto da fronteira. Professores de diferentes idades, com experiências variadas, oferecem diferentes pontos de vista sobre os desafios e as

possibilidades educacionais em um contexto geograficamente e culturalmente complexo. Aqueles com mais anos de carreira podem trazer uma visão mais consolidada e tradicional sobre as práticas pedagógicas, muitas vezes baseadas no entendimento profundo da cultura local e da convivência com as especificidades do ensino em áreas de fronteira. Por outro lado, professores mais jovens, com uma formação recente, podem ter uma visão mais inovadora e sensível às mudanças tecnológicas e metodológicas que influenciam a educação contemporânea. Esses profissionais podem estar mais abertos a novas abordagens de ensino e à integração de estratégias pedagógicas que promovem a inclusão e o respeito à diversidade linguístico-cultural característica das regiões fronteiriças.

Portanto, a diversidade de idades entre os professores participantes da pesquisa reflete a riqueza da abordagem educacional em contextos de fronteira, permitindo uma análise mais abrangente e equilibrada das práticas pedagógicas. De acordo com Hirata (p.179, 2019), professores constituem um dos componentes mais relevantes no processo educacional. O perfil, a remuneração, as condições de trabalho e a forma de atuação dos professores contribuem de forma significativa para o desempenho dos alunos.

Essa diversidade de perspectivas proporciona uma compreensão mais profunda sobre como diferentes gerações de educadores lidam com os desafios e as oportunidades de ensinar em uma região marcada por uma convivência linguístico-cultural complexa, caracterizada pela proximidade de diferentes países e realidades.

Figura 12: Distribuição dos professores entrevistados com base nas escolas de estudo



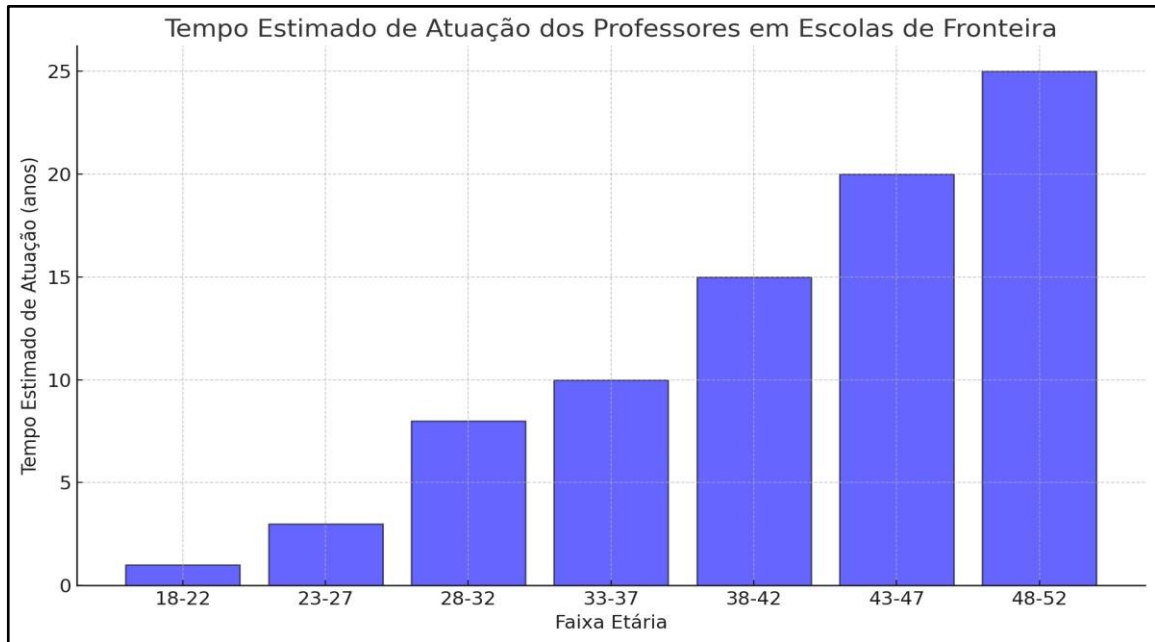
Fonte: Próprio Autor, 2025

O gráfico evidencia a distribuição de educadores nas respectivas escolas escolhidas para o estudo. Observa-se que, em todas as instituições, o número de educadores do gênero masculino supera o do feminino. Esse padrão pode indicar uma prevalência de homens atuando no magistério nessas instituições específicas, o que é um dado relevante para o contexto educacional da região.

Na "Unidad Educativa Cobija", foram entrevistados 5 educadores masculinos e 4 educadoras femininas, já nas escolas estaduais brasileiras — "Kairala José Kairala" e "Belo Porvir" — os homens também predominam (3 educadores masculinos e 2 educadoras femininas em cada escola).

O total geral de entrevistados reflete essa tendência: entre os 19 educadores entrevistados, 11 são homens e 8 são mulheres. Essa disparidade pode ser atribuída a diversos fatores contextuais, como a presença de padrões socioculturais que influenciam as escolhas de carreira de homens e mulheres, ou mesmo diferenças na disponibilidade de oportunidades de trabalho entre os gêneros na região de fronteira. Tal arguição não pode ser levantada de maneira efetiva pois o país também conta com a disparidade de gêneros, de acordo com o Censo do IBGE em 2022, 48,5% dos brasileiros eram homens e 51,5% eram mulheres. Isso significa que existem 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens no nosso país.

Figura 13: Relação entre o tempo estimado de atuação dos professores nas escolas versus a faixa etária deles.



Fonte: Próprio Autor, 2025

A predominância dos entrevistados em determinadas faixas etárias reflete diretamente na estimativa do tempo de atuação nas escolas de fronteira, sendo as idades um indicador proporcional à experiência profissional. Professores na faixa de 23 a 32 anos, que representam a maior parcela dos entrevistados, estão em um período inicial ou intermediário de suas carreiras, sugerindo tempos de atuação entre 3 e 10 anos, coerente com a análise apresentada.

Já os docentes entre 33 e 42 anos tendem a apresentar maior estabilidade e experiência, com tempos de atuação que podem variar de 10 a 15 anos, enquanto os poucos professores mais experientes, na faixa de 48 a 52 anos, possivelmente acumulam mais de 20 anos de trabalho. Essa relação entre idade e tempo de atuação evidencia uma correlação proporcional que contribui para entender o perfil profissional dos educadores e os desafios de permanência em uma região com características específicas como a faixa de fronteira Brasil-Bolívia.

Os dados coletados a partir da questão que investiga os principais níveis de ensino em que os professores lecionam e a intenção de continuar na profissão revelam informações importantes sobre o perfil dos educadores. A maioria dos participantes indicou atuação predominante no Ensino Médio, com uma forte tendência de permanência na profissão.

Quadro 2: Relação tabelada de 5 repostas selecionadas para a atuação atual do professor e o interesse em permanecer na profissão

Educador	Nível de Ensino	Pretende Continuar na Profissão?
A	Ensino Médio	Não, não pretendo continuar lecionando.
B	Ensino Médio	Não.
C	Ensino Médio	Sim, pretendo continuar no Ensino Médio
D	Ensino Médio	Sim e capacitar-se para trabalhar com o público adulto (universitário)
E	Ensino Médio	Sim, com interesse em especialização no Ensino Médio

Fonte: Próprio Autor, 2025

Entre as respostas mais destacadas, educadores mencionaram o desejo de continuar lecionando nesse nível de ensino, sendo que alguns demonstraram interesse em avançar profissionalmente, como é o caso do EDUCADOR D, conforme mostra o quadro 2, que pretende capacitar-se para atuar como professor universitário. Essa perspectiva reforça a importância de políticas que valorizem a formação continuada e as oportunidades de crescimento profissional para os educadores, especialmente em regiões de fronteira, onde os desafios da docência podem ser ainda mais acentuados. Esses resultados evidenciam não apenas o compromisso dos professores com a educação, mas também o interesse em ampliar suas competências e áreas de atuação, contribuindo para o desenvolvimento educacional na região.

Por outro lado, a decisão de não continuar na área de educação pode estar associada a diversos fatores, como baixa valorização salarial, infraestrutura inadequada nas escolas, excesso de carga horária e falta de suporte institucional, aspectos que se agravam em regiões de fronteira.

De acordo com Kozelski (p.186, 2014), “quanto aos educadores, estes apontam não possuírem perspectivas claras de crescimento profissional na carreira docente, sendo este um agravante que contribui para que a docência não se situe como busca de permanência profissional. O docente dos tempos atuais necessita de motivação constante, objetivos claros, plano de carreira que oportunizem a promoção e a especialização.”

Além disso, desafios emocionais, como lidar com indisciplina, violência escolar e falta de reconhecimento, podem levar ao desgaste profissional. Em áreas de fronteira, dificuldades logísticas e deslocamentos longos tornam o cotidiano dos educadores ainda mais desafiador. Por fim, muitos professores buscam oportunidades

em outras áreas, motivados por melhores condições financeiras ou perspectivas de crescimento, especialmente em contextos com poucos incentivos para a permanência na profissão.

A tabela a seguir apresenta as respostas dos educadores sobre suas experiências em lecionar para alunos residentes de outros países, uma realidade comum em regiões de fronteira como a faixa Brasil-Bolívia. A pergunta visava compreender tanto a frequência com que essas situações ocorrem quanto a percepção dos professores sobre essas experiências.

Quadro 3: Relação de respostas selecionadas sobre a experiências dos Educadores em escolas de fronteiras

Educador	Já teve experiência?	Descrição da Experiência
A	Não	Nenhuma
B	Sim	Foi importante porque compartilhamos outras vivências e culturas.
C	Sim	Com alunos bolivianos.
D	Sim	Com alunos de Cobija; o idioma é um pouco complicado, mas possível.
E	Não	Nenhuma
F	Sim	Aulões com estudantes brasileiros, bolivianos e peruanos na faixa de fronteira.
G	Sim	Com alunos bolivianos.
H	Sim	Somente na Bolívia.
I	Não	Nenhuma
J	Sim	Com alunos brasileiros que residiam na Bolívia devido ao trabalho dos pais.
K	Não	Nenhuma
L	Sim	Com alunos brasileiros.
M	Sim	Com bolivianos residentes em Cobija e estudantes em Epitaciolândia.

Fonte: Próprio autor, 2025

Dos entrevistados, uma parcela significativa relatou já ter trabalhado com alunos estrangeiros, especialmente bolivianos, mencionando desafios, como a barreira linguística, e aspectos positivos, como o enriquecimento cultural proporcionado pela troca de vivências. Por outro lado, alguns professores indicaram não ter tido essa experiência, o que pode refletir particularidades das escolas em que atuam ou a composição do corpo discente.

Há de se considerar também que parte expressiva dos educadores entrevistados já teve, ou possui (em exercício) experiência em lecionar para alunos residentes de outros países, o que reflete a dinâmica multicultural e transnacional característica das cidades gêmeas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia. A maioria dessas experiências está relacionada ao contato com alunos bolivianos, dado o contexto geográfico das escolas, enquanto outros mencionaram interações com estudantes peruanos ou brasileiros residentes no exterior, (aquém das escolas em que atuam).

Entre os professores que relataram essas vivências, destaca-se a percepção positiva sobre o enriquecimento cultural proporcionado pela troca de experiências e vivências. Um dos educadores ressaltou a importância do compartilhamento de culturas, enquanto outros mencionaram o desafio de superar a barreira linguística, especialmente com alunos de Cobija, onde o espanhol é predominante. Essas experiências apontam para a necessidade de capacitação específica para lidar com o ensino em contextos multiculturais e bilíngues, algo essencial para otimizar o aprendizado e promover a integração dos estudantes.

Por outro lado, uma parcela considerável dos educadores afirmou não ter tido essa experiência, o que pode indicar uma menor mobilidade de estudantes estrangeiros em determinadas instituições ou turmas. Esse contraste reflete as particularidades de cada escola, incluindo fatores como localização, perfil do corpo discente e inserção na dinâmica transfronteiriça.

A análise reforça que a convivência com alunos de diferentes nacionalidades, embora desafiadora, pode representar uma oportunidade pedagógica única, capaz de enriquecer o processo educativo tanto para professores quanto para estudantes. Por isso, estratégias de formação continuada e valorização das práticas interculturais são fundamentais para potencializar os resultados educacionais em regiões de fronteira.

Quadro 4: Levantamento geográfico da atuação dos educadores nas cidades de fronteiras

Educador	Já trabalhou em cidades de fronteira?	Cidades / País
A	Sim	Epitaciolândia, Acre, Brasil;
B	Sim	Brasileia e Epitaciolândia, Brasil;
C	Sim	Xapuri e Brasileia, Brasil;
D	Sim	Unicamente em Epitaciolândia, Brasil;
E	Sim	Assis Brasil, Brasileia e Epitaciolândia, Brasil;
F	Sim	Brasileia, Brasil;
G	Sim	Escola citada na Bolívia;
H	Sim	Epitaciolândia e Brasileia, Brasil;
I	Sim	Cidades brasileiras do Acre, em escolas particulares de espanhol;
J	Sim	Epitaciolândia, Brasil;

Fonte: Próprio autor, 2025

A análise da tabela revela que a maioria dos educadores entrevistados possui experiência profissional em cidades de fronteira, demonstrando um vínculo significativo com o contexto transnacional característico da faixa Brasil-Bolívia. As cidades mais mencionadas incluem Epitaciolândia e Brasileia, ambas localizadas no estado do Acre, Brasil, reforçando a centralidade dessas localidades no cotidiano educacional dos entrevistados. Além disso, há menção a Assis Brasil e Xapuri, no Brasil, e uma referência específica a uma escola na Bolívia, indicando que alguns professores também atuaram diretamente no país vizinho.

Essa distribuição evidencia a influência da dinâmica de fronteira na trajetória profissional dos educadores, tanto no que se refere à mobilidade entre cidades quanto às particularidades das demandas educacionais dessas regiões. Professores que lecionam em áreas de fronteira frequentemente enfrentam desafios, como a necessidade de adaptação a contextos culturais e linguísticos distintos, além de trabalhar com alunos de diferentes nacionalidades.

Por outro lado, observa-se que alguns educadores limitam sua atuação a localidades específicas, como Epitaciolândia, o que pode indicar uma menor mobilidade ou uma maior vinculação com determinadas comunidades. Essa diversidade de experiências reforça a importância de compreender as trajetórias

profissionais e os contextos de trabalho dos educadores para propor estratégias educacionais adequadas às demandas regionais.

A pergunta "Já teve experiência em lecionar para alunos residentes de outros países?" buscou explorar a vivência dos educadores em um contexto multicultural típico das cidades gêmeas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia. A proximidade entre as cidades de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija favorece a circulação de estudantes e famílias entre os dois países, o que resulta em salas de aula compostas por alunos de diferentes nacionalidades.

Com base nas respostas dos entrevistados, foi possível identificar como essas experiências impactaram o trabalho pedagógico dos professores, destacando tanto os desafios enfrentados quanto as oportunidades de aprendizado intercultural. A análise dos dados permite compreender melhor a complexidade dessa realidade educacional e reforça a importância de preparar os educadores para lidar com as especificidades das escolas em áreas fronteiriças.

Quadro 5: Experiências dos educadores em aulas lecionadas em países aquém do de sua nacionalidade

Educador	Já teve experiência?	Descrição da Experiência
A	Sim	Foi importante porque compartilhamos vivências e culturas diferentes, promovendo o enriquecimento cultural para ambos.
B	Sim	Lecionei para alunos bolivianos.
C	Sim	Lecionei para alunos de Cobija. Apesar de algumas dificuldades com o idioma, foi possível estabelecer uma boa comunicação.
D	Sim	Conduzi aulas voltados ao ENEM para estudantes de nacionalidades diferentes, incluindo brasileiros, bolivianos e peruanos. A troca cultural foi enriquecedora.
E	Sim	Lecionei para alunos bolivianos, promovendo integração entre os contextos educativos do Brasil e da Bolívia.
F	Sim	Atuei com alunos de diferentes nacionalidades, mas sem uma experiência expressiva que consiga me lembrar.
G	Sim	Lecionei exclusivamente na Bolívia.
H	Sim	Trabalhei com alunos brasileiros matriculados em escolas bolivianas devido à mudança temporária de seus pais para o país vizinho.

A análise do quadro 5 evidencia aspectos importantes relacionados ao cerne da questão proposta nessa dissertação, que trata dos desafios e estratégias educacionais em cidades gêmeas na faixa de fronteira Brasil-Bolívia. O alto número de educadores que relataram experiências com alunos de outros países reflete a singularidade da dinâmica educacional em contextos fronteiriços.

A interação com alunos bolivianos, mencionada por diversos participantes, aponta para a integração natural entre as comunidades dos dois lados da fronteira, especialmente em cidades como Brasileia, Epitaciolândia e Cobija. Essa convivência intercultural se apresenta tanto como um desafio quanto como uma oportunidade: enquanto alguns professores destacaram dificuldades relacionadas ao idioma e às diferenças culturais, outros sublinharam o enriquecimento proporcionado pela troca de vivências e perspectivas.

Além disso, experiências como a condução de aulas com estudantes de múltiplas nacionalidades ou o ensino de filhos de trabalhadores migrantes indicam a necessidade de estratégias pedagógicas flexíveis e inclusivas, que atendam à diversidade encontrada nesse contexto. A imersão de alguns educadores no sistema educacional boliviano também revela um intercâmbio profissional que pode ser benéfico para o desenvolvimento de práticas educacionais adaptadas às realidades locais.

Esses dados reforçam a relevância do estudo, pois mostram que os educadores da região enfrentam desafios únicos em termos de integração cultural, barreiras linguísticas e diferenças nos sistemas educacionais, mas também encontram oportunidades para desenvolver competências interculturais. Essas características tornam essencial a implementação de políticas educacionais específicas que contemplem a realidade das cidades gêmeas e promovam uma educação de qualidade, que valorize a diversidade cultural da faixa de fronteira.

A pergunta "Caso tenha ministrado aula em escolas de fronteira, percebeu alguma dificuldade de ministrar aulas devido às diferenças culturais? Se sim, quais?" busca compreender os desafios enfrentados pelos educadores que atuam em contextos multiculturais nas cidades de fronteira.

Essa realidade é caracterizada pela convivência de alunos e professores de diferentes nacionalidades, línguas e costumes, o que pode gerar barreiras culturais e pedagógicas no ambiente escolar lançou luz sobre os desafios e as oportunidades

que emergem desse cenário único, contribuindo para a reflexão sobre práticas pedagógicas e políticas educacionais em regiões fronteiriças.

Quadro 6: Relação das dificuldades encontradas pelos professores em ministrarem aulas em cidades fronteiriças

Educador	Teve dificuldade?	Descrição das Dificuldades
A	Não	Nenhuma dificuldade identificada.
B	Não	Não tive dificuldade.
C	Não	Nenhuma dificuldade relatada.
D	Sim	Relacionado ao idioma, principalmente.
E	Não	Os alunos são receptivos ao conteúdo, mas termos científicos podem confundir alunos que não dominam ambos os idiomas fluentemente. É necessário adaptar as explicações.
F	Sim	O domínio da língua portuguesa e o ensino de matemática para alunos estrangeiros foram desafios.
G	Sim	Relacionado ao idioma nativo dos alunos.
H	Não	Lecionei somente para alunos bolivianos, sem dificuldade significativa.
I	Não	Não houve dificuldades, mas notei a falta de inclusão para esses alunos.
J	Sim	Não percebi dificuldades com relação a minha pessoa, mas os alunos tinham algumas dificuldades no fato da aula ser toda em espanhol no início. Dessa forma, tive algumas dificuldades com a língua de início, mas logo me adaptei e os alunos também.
K	Não	Não, a ligação cultural é bem forte, e os alunos se adaptaram ao dito "portunhol"

Fonte: Próprio autor, 2025

A análise das respostas revela uma realidade diversa sobre as dificuldades enfrentadas pelos educadores que atuam em escolas de fronteira, relacionadas às diferenças culturais e linguísticas. A maioria dos entrevistados (Educadores A, B, C, E, H, I e K) afirmou não ter enfrentado dificuldades significativas ao lecionar para alunos em contextos fronteiriços.

Esses relatos sugerem que, em muitos casos, a ligação cultural entre os países da fronteira, como Brasil e Bolívia, contribui para uma integração natural entre

professores e alunos. A adaptação mútua ao "portunhol" também foi mencionada como uma estratégia eficaz para minimizar barreiras linguísticas.

Por outro lado, alguns educadores (D, F, G e J) relataram desafios específicos, principalmente relacionados ao idioma. As dificuldades incluem o domínio insuficiente da língua portuguesa por parte de alunos estrangeiros, a necessidade de adaptar explicações para facilitar a compreensão de termos científicos e o impacto inicial de lecionar aulas inteiramente em espanhol. Essas questões refletem a importância de estratégias pedagógicas que considerem as barreiras linguísticas e culturais, promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo.

Além disso, um o EDUCADOR I, destacou a "falta de inclusão" como uma questão observada entre os alunos, o que aponta para a necessidade de políticas educacionais que garantam a integração plena desses estudantes no ambiente escolar. De maneira geral, os dados reforçam que, embora existam desafios pontuais, a maioria dos professores consegue superar as barreiras com estratégias adaptativas e um esforço conjunto entre educadores e alunos. Essa realidade evidencia tanto as particularidades quanto as possibilidades de enriquecimento pedagógico presentes nas escolas de fronteira.

A pergunta "Existe alguma barreira linguística percebida? Se sim, quais?" busca explorar os desafios específicos relacionados ao uso da linguagem no contexto educacional das escolas de fronteira. Em regiões como a faixa Brasil-Bolívia, onde a convivência entre diferentes idiomas é uma realidade cotidiana, questões linguísticas podem impactar diretamente o processo de ensino-aprendizagem. Identificar essas barreiras é essencial para compreender como o idioma influencia a comunicação entre professores e alunos, bem como o acesso ao conteúdo curricular.

Portanto, a análise das respostas permitiu avaliar como as barreiras linguísticas são enfrentadas pelos educadores e quais estratégias são utilizadas para superá-las, fornecendo subsídios para a formulação de práticas pedagógicas mais eficazes nesse cenário multicultural.

Quadro 7: Percepção dos educadores quanto as dificuldades enfrentadas defronte as barreiras linguísticas

Educador	Existe barreira linguística?	Descrição das Barreiras
A	Não	Nenhuma barreira identificada.

B	Sim	Dificuldade dos alunos em entender o conteúdo, principalmente pela complexidade da língua portuguesa.
C	Não	Nenhuma barreira percebida.
D	Sim	Diferenças nos termos científicos, organização das fórmulas e adaptação cultural dos alunos ao meio.
E	Sim	Disparidade de idioma entre português e espanhol.
F	Sim	Dificuldade em alinhar a língua espanhola com a portuguesa.
G	Sim	Barreiras maiores entre professores do que com os alunos.
H	Sim	Dificuldades de locomoção para a escola.
I	Sim	Barreiras mencionadas em resposta anterior.
J	Sim	Pouco tempo para adaptação e infraestrutura inadequada.
K	Não	Nenhuma barreira identificada.
L	Não	Não acredita que haja barreiras linguísticas.

Fonte: Próprio autor, 2025

A análise das respostas revela um cenário em que as barreiras linguísticas desempenham um papel relevante no contexto educacional das escolas de fronteira. Entre os educadores entrevistados, uma parcela significativa (Educadores B, D, E, F, G, H, I e J) reconheceu a existência de dificuldades relacionadas à linguagem, enquanto outros (Educadores A, C, K e L) não identificaram barreiras significativas.

As principais dificuldades relatadas dizem respeito à disparidade entre os idiomas português e espanhol, especialmente em termos científicos e organizacionais, como fórmulas e terminologias específicas. Essas diferenças demandam maior esforço de adaptação por parte dos educadores, que precisam alinhar suas explicações de forma a serem compreendidas por alunos com diferentes níveis de domínio do idioma de instrução.

Outros desafios destacados incluem a complexidade da língua portuguesa, especialmente para alunos estrangeiros, e o pouco tempo disponível para adaptação linguística, tanto para os educadores quanto para os estudantes. Além disso, um dos entrevistados mencionou que as barreiras linguísticas são mais perceptíveis entre os professores do que entre os alunos, o que pode indicar a necessidade de formação continuada para os docentes no manejo de situações multiculturais e multilíngues.

Apesar das dificuldades linguísticas, é importante ressaltar que alguns educadores não perceberam barreiras nesse aspecto, destacando a adaptabilidade

tanto dos alunos quanto dos professores. Isso sugere que a convivência cotidiana na faixa de fronteira pode facilitar uma integração natural entre os idiomas e as culturas, embora não elimine completamente os desafios.

De acordo com Horst (2009),

Em consequência da falta de um apoio e de uma formação mais embasada, os docentes procuram dar uma atenção especial aos discentes imigrantes, seja ao falar mais pausado ou na não penalização de notas pelo emprego de transferências linguísticas da sua Língua Materna. No entanto, é “de extrema importância que se invista numa educação multicultural que, não somente busque conhecer as diferentes línguas e culturas, mas também integrá-las, respeitando assim a diversidade étnica linguístico-cultural dos educandos (HORST, 2009, p. 82)

De maneira geral, os resultados reforçam a importância de investir em estratégias pedagógicas que contemplem a diversidade linguística, como capacitação dos professores, desenvolvimento de materiais bilíngues e fortalecimento da infraestrutura educacional para atender às especificidades desse contexto multicultural.

Outrossim, a questão "Acredita existir alguma barreira de estrutura dependendo do local onde a escola está localizada? Se sim, qual?" busca compreender os desafios relacionados à infraestrutura das escolas em regiões de fronteira. A localização geográfica dessas instituições, muitas vezes em áreas de difícil acesso ou com recursos limitados, pode impactar diretamente o ambiente educacional, tanto no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem quanto às condições de trabalho dos educadores.

Essa análise permitiu identificar como as condições estruturais influenciam a dinâmica escolar e quais são as principais demandas para superar essas barreiras, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam um ambiente mais adequado e inclusivo para todos os envolvidos no contexto educacional fronteiriço.

Quadro 8: Respostas referente a percepção dos educadores frente as barreiras estruturais/estrutura físicas das unidades de ensino e localizações geográficas

Educador	Acredita existir barreira de estrutura?	Descrição das Barreiras
A	Não	Nenhuma barreira identificada.
B	Sim	Não pela escola em si, mas pela localização, muito afastada.

C	Não	Estruturalmente, não acredito, pois os alunos circulam livremente entre os países e moram perto das escolas.
D	Não	Nenhuma barreira notada.
E	Não	Entre Brasileia e Bolívia, não há barreiras estruturais percebidas.
F	Sim	A estrutura atual precisa ser adequada, pois está ultrapassada.
G	Sim	Problemas logísticos entre as cidades, especialmente no trânsito.
H	Sim	Relacionado ao pátio da escola.
I	Sim	Não tive problemas estruturais diretamente, mas precisei migrar para o Acre devido à distância da moradia.
J	Sim	Recursos humanos insuficientes e infraestrutura precária.
K	Não	Nenhuma barreira percebida.
L	Sim	A busca pela educação no Brasil ocorre devido à precária estrutura das escolas bolivianas vizinhas.

Fonte: Próprio autor, 2025

A análise da tabela evidencia que as barreiras estruturais nas escolas de fronteira são um desafio relevante para parte dos educadores, enquanto outros não percebem impactos significativos relacionados à infraestrutura. Entre os entrevistados, seis educadores (B, F, G, H, I e L) identificaram a existência de barreiras, enquanto outros seis (A, C, D, E, K e alguns aspectos mencionados por I) afirmaram não notar problemas estruturais no contexto escolar.

As principais dificuldades relatadas envolvem a localização das escolas em áreas afastadas, a necessidade de atualização das estruturas físicas, a precariedade no pátio e outros recursos essenciais, bem como a logística entre as cidades, como problemas no trânsito e deslocamento. Esses fatores refletem os desafios impostos pela geografia e pelas condições socioeconômicas da região de fronteira.

Outro ponto relevante levantado é a disparidade entre as condições estruturais das escolas brasileiras e bolivianas. Um dos educadores destacou que a busca de estudantes bolivianos pelas escolas brasileiras ocorre devido à precariedade estrutural das instituições no país vizinho, apontando para a necessidade de uma maior atenção a essas disparidades no planejamento educacional.

Por outro lado, os educadores que não perceberam barreiras destacaram que, apesar da localização em uma região de fronteira, os alunos têm facilidade de circulação entre os países e acesso às escolas. Esse ponto sugere que as condições estruturais podem variar amplamente entre as instituições e locais analisados, indicando um quadro heterogêneo.

Essa análise reforça a importância de políticas públicas que promovam a melhoria da infraestrutura escolar nas regiões de fronteira, considerando a necessidade de garantir condições adequadas para o ensino e a aprendizagem, além de atender às especificidades logísticas e culturais da região.

A questão "Sabe da existência ou já participou de algum programa para incentivar a educação em cidades de fronteira?" busca explorar o envolvimento dos educadores com iniciativas voltadas para o fortalecimento da educação em contextos fronteiriços. Esses programas podem desempenhar um papel crucial ao abordar desafios específicos da região, como barreiras linguísticas, diferenças culturais e desigualdades estruturais, promovendo uma educação mais inclusiva e eficiente. Ao investigar a percepção e a participação dos educadores nesses programas, é possível avaliar o alcance dessas iniciativas e identificar oportunidades de aprimoramento para atender às demandas locais e fortalecer o papel da educação como um elo de integração e desenvolvimento nas comunidades fronteiriças.

Quadro 9: Participação dos Educadores frente à disponibilidade de programas voltados para a educação sem fronteiras disponibilizados através de políticas públicas e/ou privadas regionais

Educador	Já participou de algum programa para incentivar a educação em cidades de fronteira?	Descrição
B	Não	Não tive envolvimento em programas desse tipo.
C	Sim	Alguns programas desenvolvidos pela própria escola, mas nunca pelo governo federal.
D	Não	Desconheço atividades desse tipo.
E	Sim	Somente feiras escolares realizadas entre as escolas.

F	Sim	Participação em atividades realizadas por estudantes de medicina com temas educativos e de prevenção à saúde.
G	Não	Não participei, mas tenho interesse.
H	Não	Nunca participei, mas sempre participei de processos seletivos para escolas particulares.
J	Não	Não participei.
K	Sim	Somente feiras culturais e gincanas escolares.

Fonte: Próprio autor, 2025

A análise dos dados apresentados na tabela revela uma limitada participação dos educadores em programas estruturados para incentivar a educação em cidades de fronteira. A maioria dos entrevistados, relatou não ter participado de nenhum programa dessa natureza, enquanto apenas quatro mencionaram algum envolvimento, geralmente em iniciativas localizadas ou de menor escala.

Entre as participações relatadas, destacam-se atividades realizadas dentro das próprias escolas, como feiras culturais, gincanas e feiras escolares, bem como ações específicas promovidas por estudantes de medicina com foco em temas educativos e prevenção à saúde. Contudo, nenhum educador mencionou programas abrangentes organizados por instâncias governamentais ou organizações de maior porte, o que aponta para uma lacuna no planejamento e implementação de políticas públicas específicas para a região de fronteira.

Esse cenário evidencia uma oportunidade para o desenvolvimento de programas educacionais mais estruturados e acessíveis, capazes de atender às particularidades culturais, linguísticas e logísticas dessas áreas. Além disso, a falta de conhecimento relatada por alguns educadores sobre a existência de iniciativas do tipo reforça a necessidade de maior divulgação e incentivo à participação em programas que integrem a educação e o desenvolvimento regional nas zonas de fronteira.

A pergunta "Percebe alguma disparidade no aprendizado dos alunos dependendo da localização da escola? Se sim, quais?" busca identificar como o contexto geográfico e a localização das escolas influenciam o desempenho e o aprendizado dos alunos em áreas de fronteira. Essa questão é especialmente relevante, pois escolas em regiões fronteiriças enfrentam desafios únicos, como diferenças culturais, desigualdades estruturais e barreiras linguísticas, que podem

impactar diretamente o processo educativo. A análise das respostas permite compreender se essas disparidades são percebidas pelos educadores e quais fatores contribuem para elas, oferecendo subsídios importantes para a formulação de políticas e estratégias educacionais mais inclusivas e equitativas.

Quadro 10: Percepção dos educadores frente as disparidades no processo de Ensino e Aprendizagem nas escolas de fronteira

Educador	Percebe disparidade no aprendizado?	Descrição
A	Não	Nenhuma disparidade percebida.
B	Sim	Disparidades observadas.
C	Sim	Na oralidade, devido à língua materna dos alunos.
D	Não	Não percebo disparidades.
E	Não	Não diria disparidades, mas algo mais relacionado à própria cultura dos alunos.
F	Sim	Diferenças perceptíveis entre os países.
G	Sim	Alunos bolivianos têm mais dificuldades de adaptação ao ensino brasileiro.
H	Não	Não tenho como responder.
I	Sim	Diferenças na evolução dos alunos.
J	Sim	Como professor de idiomas, percebo que os alunos não conseguem acompanhar os conteúdos, pois os professores costumam ensinar na língua nativa e adaptam pouco para o idioma da grade escolar.
K	Sim	Está ligado ao acesso e à qualidade do ensino, variando pela região geográfica, contexto socioeconômico das famílias e recursos escolares disponíveis.
L	Sim	A necessidade de adaptação inclui falar português de forma mais clara, sem gírias e evitando um ritmo acelerado para facilitar o entendimento dos alunos.

A análise dos dados apresentados na tabela revela percepções variadas entre os educadores sobre a existência de disparidades no aprendizado dos alunos em cidades de fronteira. Uma parte significativa dos educadores reconhece a presença de disparidades, enquanto outros não percebem diferenças substanciais ou não têm informações suficientes para opinar.

A língua materna surge como um dos principais fatores apontados, sendo destacado que alunos cuja língua nativa não é o português enfrentam desafios, especialmente na oralidade e na adaptação ao conteúdo curricular. Essa dificuldade é particularmente perceptível entre alunos bolivianos, que precisam lidar com barreiras linguísticas e culturais ao se inserirem no sistema educacional brasileiro. Além disso, questões relacionadas às condições socioeconômicas das famílias e aos recursos disponíveis nas escolas, que variam dependendo da região geográfica, foram identificadas como fatores que influenciam diretamente na qualidade do aprendizado, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade no acesso à educação.

Alguns educadores também mencionaram a necessidade de adaptar metodologias de ensino, ajustando o ritmo da fala e evitando o uso de gírias para facilitar a compreensão por parte dos alunos, especialmente aqueles que apresentam dificuldades com o português. Essa postura reflete o esforço individual dos professores em minimizar as barreiras linguísticas no processo de ensino. Por outro lado, uma parcela dos participantes afirmou não perceber disparidades significativas no aprendizado, argumentando que fatores como a proximidade geográfica e a circulação entre os países ajudam a reduzir possíveis diferenças. Essa diversidade de percepções evidencia a complexidade da questão educacional em regiões de fronteira, onde língua, cultura, acesso a recursos e metodologias de ensino se entrelaçam, demandando ações específicas para melhorar a integração educacional e atender às necessidades desses contextos multiculturais.

A questão sobre sugestões para aprimorar a oferta de aprendizagem nas regiões de fronteira, em caso de identificação de disparidades, abre espaço para compreender as perspectivas dos educadores sobre como superar os desafios específicos dessas áreas. Dada a complexidade do cenário educacional nas cidades de fronteira, marcado por barreiras linguísticas, diferenças culturais e desigualdades estruturais, é essencial explorar as ideias e propostas que os próprios professores, como agentes fundamentais no processo de ensino, consideram mais adequadas.

Essa discussão se torna crucial, pois possibilita a identificação de estratégias que podem não apenas minimizar as desigualdades no aprendizado, mas também promover uma educação mais inclusiva e adaptada às particularidades regionais. A análise dessas respostas contribuirá para o entendimento de possíveis caminhos para o fortalecimento do ensino em um contexto tão singular como o das fronteiras entre Brasil e Bolívia.

Para encerrar o questionário, foi solicitado aos educadores que compartilhassem suas visões ou comentários extras sobre o tema, oferecendo uma oportunidade para expressarem percepções pessoais, sugestões ou reflexões sobre o ensino em cidades de fronteira. Essa pergunta aberta possibilita captar contribuições que complementem as questões anteriores e forneçam insights valiosos sobre os desafios e as potencialidades dessa realidade educacional, considerando o contexto cultural, social e linguístico peculiar das regiões fronteiriças. A seguir, serão analisadas as respostas apresentadas pelos participantes.

Quadro 11: Comentários e sugestões dos professores na finalização do questionário

Educador	Comentário ou Visão
A	Devem ser criados mais programas que estimulem a troca cultural entre os países de fronteira, incentivando parcerias entre escolas e governos locais.
B	Políticas e leis específicas devem ser desenvolvidas para fortalecer a educação nas áreas de fronteira, priorizando integração e inclusão cultural.
C	É fundamental buscar excelência no ensino de forma colaborativa e internacional, permitindo que professores e alunos transcendam barreiras nacionais.
E	A educação é uma ferramenta transformadora que pode acabar com guerras ou preveni-las. Ela é essencial para o progresso global e a convivência pacífica.
F	Projetos de integração entre o Brasil e a Bolívia são fundamentais para a educação e para promover uma relação mais harmoniosa e produtiva entre os países.
G	A integração regional já é uma realidade e deve ser fortalecida por propostas que incentivem a união cultural e educacional entre os países fronteiriços.
I	O estado deve criar projetos que favoreçam a integração educacional nas fronteiras, conectando alunos e professores de diferentes países.
K	As fronteiras são espaços com potencial inexplorado para promover integração cultural e econômica, por meio do envolvimento escolar e de projetos locais.

L	Programas de apoio psicológico e social, com profissionais especializados, são essenciais para apoiar alunos e famílias em áreas de fronteira.
N	Políticas imediatas de inclusão, como o programa "Escolas Sem Fronteiras", são fundamentais para garantir a igualdade educacional entre os países.

Fonte: Próprio autor, 2025

As respostas dos educadores evidenciam uma preocupação significativa com a integração cultural e educacional nas regiões de fronteira. Entre os principais pontos levantados, destaca-se a necessidade de programas que promovam trocas culturais e educativas entre os países, reforçando a importância de uma convivência harmoniosa e enriquecedora. Esses programas podem fortalecer laços culturais e preparar os alunos para uma cidadania global, mas é necessário que sejam elaborados com participação ativa das comunidades locais e adaptação às realidades específicas de cada região. A ausência de estratégias práticas em algumas sugestões ressalta a necessidade de parcerias concretas entre governos, escolas e organizações locais para desenvolver iniciativas como intercâmbios escolares, feiras culturais e clubes bilíngues que promovam integração de forma sustentável.

Outro aspecto frequentemente citado foi a urgência de políticas públicas específicas para a educação em áreas de fronteira. Essas políticas devem considerar as particularidades locais, como a diversidade linguística e as desigualdades socioeconômicas, e oferecer soluções para promover uma educação inclusiva e de qualidade. No entanto, é essencial que tais políticas venham acompanhadas de planejamento financeiro e administrativo, além da participação ativa dos educadores e das comunidades, garantindo maior eficácia na implementação.

Além disso, a busca pela excelência no ensino e a formação contínua dos professores foram apontadas como prioridades para melhorar o cenário educacional. Essa visão reforça a necessidade de programas de capacitação voltados às especificidades da fronteira, como cursos de formação bilíngue e estratégias pedagógicas interculturais. Esses programas podem preparar melhor os docentes para lidar com as demandas de alunos que convivem em contextos culturais e linguísticos distintos, promovendo maior equidade no aprendizado.

Outra contribuição relevante foi a proposta de implementar programas de apoio psicológico e social voltados para alunos e famílias. Em regiões de fronteira, onde vulnerabilidades socioeconômicas são mais evidentes, esses serviços podem

ser decisivos para o bem-estar emocional e a motivação dos estudantes. Contudo, a concretização dessa ideia depende de investimentos adequados e parcerias estratégicas, envolvendo governos, universidades e organizações não governamentais.

A criação de escolas binacionais também foi sugerida como uma forma inovadora de atender às demandas educacionais das áreas de fronteira. Essas instituições poderiam promover igualdade no acesso à educação e integração cultural, além de oferecer currículos adaptados à realidade local. Embora visionária, a implementação dessa proposta exige esforços diplomáticos significativos e alinhamento entre as legislações educacionais dos países envolvidos. Como etapa inicial, projetos piloto poderiam ser desenvolvidos para avaliar a viabilidade dessa abordagem.

Por fim, questões relacionadas à infraestrutura e aos recursos disponíveis foram apontadas como barreiras que ainda dificultam o avanço educacional nas áreas de fronteira. Apesar de a necessidade de investimentos ser amplamente reconhecida, é fundamental que sejam realizados diagnósticos nas escolas para identificar demandas específicas, como melhorias em instalações físicas, aquisição de materiais didáticos e modernização tecnológica. Esses investimentos precisam ser direcionados de forma estratégica para atender às necessidades reais e promover um impacto positivo no ensino.

No geral, as reflexões dos educadores apontam para a importância de ações coordenadas e integradas, envolvendo governos, escolas, comunidades e outros atores sociais. A superação dos desafios nas regiões de fronteira exige um esforço conjunto e contínuo para promover uma educação inclusiva, adaptada às especificidades locais e capaz de transformar as vidas dos alunos e das comunidades que ali residem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesse tópico, são examinados aspectos estruturais das escolas, os impactos das diferenças culturais no desempenho escolar e a eficácia de programas bilíngues e iniciativas de formação docente. As análises também consideram as influências geopolíticas e contextuais nas dinâmicas educacionais, culminando em proposições de estratégias inclusivas e recomendações para políticas educacionais que atendam às especificidades das regiões fronteiriças.

4.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESAFIOS NAS ESCOLAS DAS CIDADES GÊMEAS

As cidades gêmeas na fronteira Brasil-Bolívia, como Brasileia, Eptaciolândia e Cobija, destacam-se por suas características únicas, onde culturas, línguas e sistemas educacionais distintos coexistem. Nesse contexto, os desafios enfrentados pelas escolas são amplificados pela necessidade de adaptar práticas pedagógicas às demandas específicas dessa região transnacional. Os educadores atuantes nessas localidades precisam lidar com questões que vão desde as barreiras linguísticas até as disparidades socioeconômicas, que impactam diretamente o desempenho escolar dos alunos.

A infraestrutura escolar é outro ponto que influencia as práticas pedagógicas. Escolas em regiões periféricas ou rurais enfrentam dificuldades relacionadas à precariedade dos espaços físicos, à ausência de recursos didáticos adequados e à desigualdade no acesso a oportunidades de aprendizado. Nesse cenário, práticas pedagógicas inovadoras que integrem a realidade local, como o uso de exemplos cotidianos e metodologias que valorizem as vivências dos alunos, são essenciais para engajar os estudantes e promover um ensino significativo. Além disso, iniciativas que incentivem a integração cultural, como feiras binacionais, oficinas temáticas e projetos de intercâmbio, têm se mostrado eficazes para aproximar as comunidades escolares e reforçar os laços entre os dois países.

Ainda assim, os educadores apontam a necessidade de um maior apoio governamental. Políticas públicas que priorizem investimentos em infraestrutura, capacitação de professores para o ensino em contextos bilíngues e programas que promovam a integração entre as escolas fronteiriças são essenciais para superar os desafios enfrentados. Dessa forma, as práticas pedagógicas podem contribuir para a

construção de uma educação mais inclusiva, adaptada e transformadora, capaz de atender às necessidades dessa região singular.

4.1.2 Impactos da diversidade linguística e cultural no desempenho escolar

A diversidade linguística e cultural presente nas escolas das cidades gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para o processo educacional. A convivência entre alunos e professores de diferentes nacionalidades cria um ambiente rico em trocas culturais, mas também apresenta barreiras que podem impactar o desempenho escolar, especialmente no que diz respeito à comunicação e à adaptação ao sistema de ensino de cada país.

A principal dificuldade relatada pelos educadores é a barreira linguística, considerando que o português e o espanhol coexistem no ambiente escolar. Muitos alunos enfrentam desafios relacionados à compreensão dos conteúdos devido à diferença de suas línguas maternas. Para mitigar esse impacto, os professores têm buscado estratégias como o uso de glossários bilíngues, materiais didáticos adaptados e aulas de nivelamento. Essas práticas não apenas auxiliam na superação das dificuldades linguísticas, mas também promovem a inclusão e valorização das identidades culturais dos alunos.

Além da língua, as diferenças culturais influenciam o modo como os alunos se relacionam com o aprendizado. Termos científicos, expressões idiomáticas e até mesmo práticas pedagógicas precisam ser ajustados para atender às especificidades culturais de cada grupo. Nesse sentido, a formação continuada dos professores para atuar em contextos bilíngues e multiculturais é essencial. Educadores capacitados têm maior facilidade em compreender as particularidades de seus alunos, criando um ambiente acolhedor e propício para o aprendizado.

Por outro lado, a diversidade cultural também pode ser um diferencial positivo. A troca de experiências entre alunos de diferentes origens enriquece o processo de ensino-aprendizagem, ampliando a visão de mundo dos estudantes e promovendo a empatia. Para que essa riqueza cultural seja plenamente explorada, é necessário que as escolas implementem projetos que incentivem a integração, como oficinas culturais, atividades bilíngues e eventos que celebrem as tradições de ambas as nacionalidades.

Em suma, os impactos da diversidade linguística e cultural no desempenho escolar exigem atenção especial por parte dos educadores e gestores escolares.

Quando bem trabalhadas, essas diferenças podem se transformar em um elemento enriquecedor, promovendo uma educação inclusiva e adaptada à realidade das cidades gêmeas. Contudo, para que isso seja possível, é imprescindível o investimento em políticas públicas, formação docente e recursos pedagógicos que priorizem a integração e a valorização das especificidades regionais.

4.2 INFRAESTRUTURA E RECURSOS: CONDIÇÕES PARA O ENSINO APRENDIZAGEM

A infraestrutura e a disponibilidade de recursos educacionais desempenham um papel crucial no ensino-aprendizagem, especialmente em contextos complexos como o das cidades gêmeas na fronteira Brasil-Bolívia. Em regiões como Brasileia, Epitaciolândia e Cobija, onde a dinâmica transnacional afeta diretamente a organização das escolas, as condições estruturais e a provisão de materiais pedagógicos são determinantes para a qualidade da educação ofertada.

As escolas situadas nessas localidades enfrentam desafios relacionados à precariedade das instalações físicas, como salas de aula inadequadas, falta de equipamentos tecnológicos, ausência de bibliotecas bem equipadas e ambientes pouco propícios para o aprendizado. Essas limitações dificultam a implementação de práticas pedagógicas inovadoras e reduzem a motivação de professores e alunos. Além disso, a logística para o transporte escolar, especialmente em áreas periféricas e rurais, é frequentemente mencionada como uma barreira significativa. A distância das escolas e a dificuldade de acesso impactam diretamente a frequência escolar, aumentando a evasão e comprometendo o desempenho dos estudantes.

Outro fator crítico é a desigualdade no acesso a recursos entre escolas localizadas em diferentes partes das cidades gêmeas. Enquanto instituições mais próximas aos centros urbanos tendem a contar com melhores condições, aquelas em áreas periféricas ou rurais sofrem com a falta de recursos básicos, como materiais didáticos e acesso à internet. Essa disparidade reflete diretamente nas oportunidades de aprendizado, criando um cenário de desigualdade educacional que reforça as vulnerabilidades socioeconômicas dos alunos.

Os professores, por sua vez, relatam que, diante dessas condições, é necessário buscar soluções criativas e adaptadas à realidade local. A utilização de materiais alternativos, o aproveitamento de recursos locais e a colaboração entre

escolas são estratégias frequentemente adotadas para contornar a falta de infraestrutura. Contudo, essas iniciativas individuais não substituem a necessidade de investimentos sistemáticos por parte dos governos. Políticas públicas que priorizem a melhoria das condições físicas das escolas e a distribuição equitativa de recursos são essenciais para assegurar uma educação de qualidade para todos.

Além da infraestrutura física, a presença de recursos humanos qualificados é outro aspecto fundamental. Professores capacitados para atuar em contextos bilíngues e multiculturais, bem como equipes pedagógicas e administrativas bem estruturadas, são indispensáveis para atender às especificidades das escolas fronteiriças. Programas de formação continuada, cursos de especialização e iniciativas que valorizem o trabalho docente precisam ser fortalecidos para que os educadores estejam preparados para os desafios que enfrentam diariamente.

Por fim, é importante destacar o papel das comunidades escolares e da integração binacional nesse processo. Projetos que envolvam pais, alunos e gestores de ambas as nacionalidades podem contribuir para superar as limitações impostas pela infraestrutura e pelos recursos disponíveis. Parcerias entre os governos do Brasil e da Bolívia para a criação de escolas binacionais, bem como o investimento conjunto em infraestrutura e tecnologia, são estratégias promissoras para transformar o cenário educacional das cidades gêmeas.

Assim, a infraestrutura e os recursos educacionais não são apenas suportes para o ensino-aprendizagem; eles configuram as bases sobre as quais se constrói uma educação inclusiva, adaptada e transformadora. Para que o potencial das escolas das cidades gêmeas seja plenamente aproveitado, é necessário um compromisso político e social que priorize o investimento nas condições estruturais e nos recursos pedagógicos, alinhando-os às demandas de um território singular, marcado pela diversidade e pela interculturalidade.

4.3 PROGRAMAS BILÍNGUES E FORMAÇÃO DOCENTE: ABORDAGENS E EFICÁCIA

Os programas bilíngues desempenham um papel fundamental nas cidades gêmeas de fronteira, como Brasileia, Epitaciolândia e Cobija, onde a convivência entre culturas e línguas distintas é cotidiana. Essas iniciativas são cruciais para promover a inclusão e melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles cuja língua materna é diferente do idioma de ensino predominante. A eficácia

desses programas, entretanto, depende diretamente de abordagens pedagógicas bem estruturadas e da formação docente voltada para esse contexto específico.

Uma abordagem bilíngue eficaz não se limita à tradução ou ao ensino de um segundo idioma, mas deve integrar as línguas locais no processo de aprendizado, valorizando a cultura de cada grupo. Isso requer estratégias pedagógicas que contemplem a coexistência dos idiomas, utilizando-os como ferramentas complementares para o desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. O uso de glossários bilíngues, livros didáticos adaptados e aulas que promovam a troca de experiências culturais são exemplos de práticas que podem potencializar o aprendizado.

Além disso, a formação docente é um ponto central. Professores que atuam em áreas de fronteira enfrentam desafios específicos, como lidar com a diversidade linguística e cultural, adaptar conteúdos curriculares para contextos bilíngues e engajar alunos de diferentes origens. Por isso, é essencial oferecer cursos de capacitação continuada que incluam tanto aspectos técnicos da educação bilíngue quanto um aprofundamento no idioma estrangeiro e em metodologias de ensino intercultural. Tais capacitações também podem abordar o uso de tecnologias educacionais e práticas colaborativas, facilitando a troca de conhecimentos entre educadores de ambos os lados da fronteira.

O impacto positivo dos programas bilíngues vai além da sala de aula, promovendo maior integração social e cultural nas comunidades fronteiriças. Quando os alunos desenvolvem proficiência em duas línguas e compreendem as culturas envolvidas, eles não apenas ampliam suas possibilidades de sucesso acadêmico e profissional, mas também contribuem para a criação de uma sociedade mais tolerante e inclusiva.

Dessa forma, investir em programas bilíngues e na formação de professores com habilidades específicas para atuar nesse contexto é essencial. Essa combinação pode transformar as escolas de cidades gêmeas em verdadeiros espaços de aprendizado compartilhado e respeito mútuo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento educacional e social das regiões de fronteira.

4.4 PROPOSTAS DE ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS E SENSÍVEIS À DIVERSIDADE

A partir da análise dos dados coletados e das reflexões sobre os desafios educacionais enfrentados nas cidades gêmeas Brasileia, Epitaciolândia e Cobja, algumas estratégias inclusivas e sensíveis à diversidade se mostram essenciais para aprimorar o ensino e a integração educacional na região. Tais propostas buscam atender às necessidades específicas dos estudantes fronteiriços, promovendo uma educação que respeite as diferenças culturais e linguísticas, ao mesmo tempo que garante a equidade no acesso e na qualidade do ensino.

1. Implementação de Programas Bilíngues Contextualizados:

Promover a criação e o fortalecimento de programas bilíngues que contemplem a língua portuguesa e o espanhol, não apenas como disciplinas, mas como ferramentas pedagógicas integradas ao currículo escolar. Esses programas devem valorizar o uso das duas línguas em sala de aula, reconhecendo sua importância cultural e comunicativa. A criação de materiais didáticos bilíngues e adaptados ao contexto regional seria uma iniciativa importante para facilitar o aprendizado e incluir alunos de ambos os lados da fronteira.

2. Capacitação e Formação Contínua de Professores:

Investir na formação continuada dos professores, com foco no desenvolvimento de competências para lidar com a diversidade linguístico-cultural. Isso inclui cursos de formação intercultural, ensino de idiomas e capacitação sobre metodologias de ensino inclusivas. Os docentes devem estar preparados para trabalhar em contextos bilíngues e multiculturais, com abordagens que valorizem o conhecimento prévio dos alunos e que favoreçam a construção coletiva do saber.

3. Criação de Espaços de Integração Cultural e Educacional:

Estabelecer projetos e eventos que promovam a integração entre alunos e professores dos dois países, como feiras culturais, gincanas escolares bilíngues, intercâmbios entre escolas e oficinas culturais. Esses espaços permitem uma troca enriquecedora de experiências, fortalecendo o respeito pela diversidade e a convivência harmoniosa.

4. Nivelamento Acadêmico e Apoio Pedagógico:

Oferecer programas de nivelamento acadêmico para alunos que enfrentam dificuldades por conta de barreiras linguísticas ou diferenças nos currículos escolares. Aulas de reforço

em português e espanhol, além de materiais de apoio, seriam fundamentais para equalizar as oportunidades de aprendizado.

5. Infraestrutura Escolar Adequada e Recursos Tecnológicos:

Melhorar a infraestrutura das escolas, garantindo espaços adequados e bem equipados para atender às necessidades dos alunos. Além disso, investir em tecnologias educacionais que possam facilitar o ensino bilíngue, como plataformas digitais com conteúdo em ambas as línguas e ferramentas de tradução interativa.

6. Apoio Psicossocial e Familiar: Desenvolver programas que ofereçam suporte psicológico e social para alunos e suas famílias, considerando os desafios enfrentados nas regiões de fronteira, como deslocamento, diferenças culturais e socioeconômicas. Psicólogos e assistentes sociais devem ser integrados às escolas para prestar atendimento contínuo e promover o bemestar dos alunos.

7. Estabelecimento de Parcerias Intergovernamentais: Criar parcerias entre os governos do Brasil e da Bolívia para desenvolver políticas públicas voltadas à educação nas áreas de fronteira. Projetos como “Escolas Sem Fronteiras” poderiam ser implementados para garantir uma educação integrada, respeitando as particularidades de cada sistema educacional e promovendo a equidade.

8. Valorização do Currículo Multicultural: Adaptar o currículo escolar para incorporar conteúdo que valorizem a história, a cultura e a identidade das populações de fronteira. Isso fortalece o senso de pertencimento dos alunos e contribui para o respeito às suas origens, promovendo uma educação mais significativa e contextualizada.

9. Programas Extracurriculares de Idiomas e Cultura: Disponibilizar cursos extracurriculares gratuitos de língua portuguesa para bolivianos e de língua espanhola para brasileiros. Além disso, promover oficinas sobre aspectos culturais, históricos e sociais das duas nações, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

10. Avaliação e Monitoramento Contínuo: Estabelecer mecanismos para avaliar e monitorar as estratégias implementadas, garantindo que estejam

efetivamente promovendo a inclusão e melhorando os índices de aprendizagem. A participação ativa da comunidade escolar nesse processo é essencial para identificar problemas e propor ajustes.

Essas propostas visam construir um ambiente educacional que transcenda as barreiras linguísticas, culturais e estruturais, oferecendo uma educação de qualidade, inclusiva e sensível à realidade fronteiriça. A integração dessas estratégias pode não apenas melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, mas também fortalecer os laços culturais e sociais entre as comunidades de Brasileia, Epitaciolândia e Cobija, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

4.4.1 Recomendações para políticas educacionais nas cidades gêmeas

Com base nos desafios e potencialidades identificados na análise sobre as escolas localizadas em cidades gêmeas na fronteira Brasil-Bolívia, as recomendações a seguir visam orientar políticas públicas educacionais que sejam capazes de responder às necessidades regionais e fortalecer a educação nessas comunidades multiculturais:

1. **Implementação de Escolas Binacionais:** Criar escolas binacionais que operem de forma integrada entre Brasil e Bolívia, com currículos alinhados aos dois sistemas educacionais, garantindo a inclusão linguística e cultural de alunos de ambas as nacionalidades. Essas escolas poderiam ser um marco de integração regional, facilitando o acesso à educação e promovendo o respeito às identidades locais.
2. **Desenvolvimento de Programas Bilíngues:** Estabelecer programas bilíngues obrigatórios em todas as escolas localizadas em áreas de fronteira, assegurando o ensino do português e do espanhol de forma contextualizada e eficiente. Esses programas devem incluir não apenas o aprendizado de idiomas, mas também a valorização das culturas locais e a promoção de práticas pedagógicas interculturais.
3. **Formação Continuada para Educadores:** Investir na formação continuada de professores, com cursos específicos sobre ensino bilíngue, metodologias inclusivas e práticas pedagógicas que atendam à diversidade

SILVANO SOUZA LIMA. Oferecer incentivos para que os docentes se capacitem e permaneçam atuando nas escolas de fronteira.

4. **Infraestrutura Escolar Adequada:** Priorizar investimentos em infraestrutura escolar, garantindo condições adequadas para o ensino-aprendizagem, como salas de aula equipadas, bibliotecas bilíngues, acesso à internet e espaços de convivência que fomentem a integração cultural.

5. **Criação de Material Didático Bilíngue:** Desenvolver e distribuir materiais didáticos bilíngues e adaptados à realidade fronteiriça, respeitando as particularidades culturais e linguísticas dos alunos. Essa iniciativa facilitaria a aprendizagem e promoveria maior engajamento dos estudantes.

6. **Projetos de Integração Cultural e Educacional:** Estimular projetos de integração entre escolas brasileiras e bolivianas, como feiras culturais, intercâmbios escolares, gincanas bilíngues e eventos esportivos. Essas iniciativas podem fortalecer os laços entre as comunidades e proporcionar experiências enriquecedoras para alunos e professores

7. **Políticas de Mobilidade Estudantil:** Criar políticas que facilitem a mobilidade estudantil entre os dois países, garantindo que os alunos possam circular entre as escolas brasileiras e bolivianas sem barreiras burocráticas. Isso pode incluir o reconhecimento mútuo de certificados escolares e o alinhamento de calendários acadêmicos

8. **Programas de Nivelamento Acadêmico:** Estabelecer programas de nivelamento que atendam às necessidades de alunos que enfrentam dificuldades devido a barreiras linguísticas ou curriculares. Aulas de reforço em português e espanhol devem ser oferecidas como parte dessas políticas

9. **Suporte Psicossocial para Alunos e Famílias:** Incorporar equipes multidisciplinares nas escolas, com psicólogos, assistentes sociais e mediadores culturais, para oferecer suporte às famílias e alunos em situações de vulnerabilidade. Esse atendimento deve ser sensível às particularidades socioeconômicas e culturais da região.

10. **Parcerias Intergovernamentais:** Fortalecer a cooperação entre os governos do Brasil e da Bolívia para formular políticas conjuntas de educação.

Parcerias intergovernamentais podem viabilizar programas de financiamento, capacitação docente e desenvolvimento de currículos integrados.

11. Campanhas de Sensibilização Comunitária: Realizar campanhas que conscientizem as comunidades locais sobre a importância da educação integrada e bilíngue, promovendo o envolvimento ativo de pais, estudantes e lideranças comunitárias no processo educacional.

12. Avaliação e Monitoramento Contínuos: Criar mecanismos de avaliação contínua para monitorar a eficácia das políticas implementadas, garantindo que as estratégias sejam adaptadas conforme as necessidades locais. Essa avaliação deve ser participativa, envolvendo professores, alunos e a comunidade escolar.

Essas recomendações visam construir uma base sólida para a formulação de políticas educacionais que respondam aos desafios específicos das cidades gêmeas, promovendo uma educação inclusiva, de qualidade e sensível à diversidade linguístico-cultural da região fronteiriça.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados, gráficos e tabelas apresentados evidencia a complexidade dos desafios e das possibilidades no campo educacional das cidades de fronteira entre Brasil e Bolívia. A pesquisa revelou importantes percepções dos educadores que atuam ou já atuaram nessas regiões, oferecendo uma visão abrangente sobre barreiras, oportunidades e caminhos para o fortalecimento da educação em contextos transnacionais.

Primeiramente, observa-se que a educação em áreas de fronteira é marcada por uma confluência de culturas, línguas e realidades socioeconômicas, o que enriquece o ambiente de aprendizado, mas também cria desafios específicos. A barreira linguística foi um dos aspectos mais destacados, com muitos educadores relatando dificuldades de comunicação e compreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Essa questão aponta para a necessidade de programas de capacitação bilíngue para professores, além de estratégias pedagógicas que valorizem e integrem as duas línguas predominantes, português e espanhol.

Outro ponto recorrente foi a disparidade no aprendizado em função da localização das escolas. Diferenças relacionadas ao acesso, à qualidade da infraestrutura e ao contexto socioeconômico dos alunos são fatores que impactam diretamente no desempenho escolar. Os educadores sugeriram ações como a implementação de escolas binacionais, o fortalecimento de políticas públicas específicas para a região e o investimento em infraestrutura e recursos pedagógicos. Essas medidas, se devidamente planejadas e implementadas, podem reduzir as desigualdades educacionais e promover maior equidade no ensino.

As respostas também destacaram a importância de iniciativas que promovam a integração cultural e educacional entre os dois países. Programas como feiras culturais, intercâmbios escolares e oficinas temáticas foram apontados como ferramentas para estimular a troca de conhecimentos e vivências, além de fortalecer os laços entre alunos, professores e comunidades. No entanto, para que essas ações sejam efetivas, é essencial o engajamento conjunto de governos, instituições educacionais e organizações sociais, criando uma base sólida para parcerias e colaborações.

Adicionalmente, a carência de suporte psicológico e social para alunos e famílias foi mencionada como um obstáculo significativo. A implementação de programas voltados ao bem-estar emocional e social nas escolas de fronteira pode contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e acolhedor, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Por fim, a pesquisa destacou a visão otimista e propositiva dos educadores, que sugeriram soluções inovadoras e viáveis para os desafios enfrentados. Apesar das dificuldades, a educação em áreas de fronteira é vista como uma oportunidade única para promover uma cidadania global, baseada na convivência pacífica, no respeito mútuo e na valorização das diferenças culturais.

Em conclusão, este trabalho reafirma a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada para enfrentar os desafios da educação em áreas de fronteira. A construção de uma educação inclusiva e de qualidade nesse contexto exige esforços conjuntos, comprometimento político e um olhar atento às especificidades locais. A criação de políticas públicas, programas de capacitação e ações de integração cultural são caminhos essenciais para transformar as realidades educacionais dessas regiões e oferecer aos alunos um futuro com mais oportunidades e igualdade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA**, Rinaldo S. V. Fronteiras e identidades: os povos indígenas no tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos PósGraduados de História*, v. 39, 2009.
- BABBIE**, Earl. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- BAENINGER**, Rosana; **CANALES**, Alejandro. Migrações fronteiriças. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BECKER**, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catharine. *Fronteiras*. Brasília: Editora da UnB, 1988. p. 60-89.
- BETHELL**, Leslie. *História da América Latina: De 1870 a 1930*. São Paulo: Edusp, 2002.
- BOLÍVIA**. Instituto Nacional de Estadística. *Censos y Proyecciones de Población Sociales*. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/censos-y-proyeccionesde-poblacion-sociales/>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BRASIL**. Ministério da Integração Nacional. Portaria nº 125, de 21 de março de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 mar. 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=45&data=24/03/2014>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BRASIL**. Portaria nº 798, de 19 de junho de 2012. Institui o Programa Escolas Interculturais de Fronteira – PEIF. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1271/portaria-mec-n-798>.
- BRASIL**. Mapa do Brasil: Faixa de Fronteira. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*, 2024. Disponível em: <https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#6>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CRISPIN FLORES**, Eleuterio. História de la Unidad Educativa Cobija A. 2022. Disponível em: <https://eleucris1981.blogspot.com/2022/11/historia-de-la-unidadeducativa-cobija-a.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- DE OLIVEIRA LIRA**, Jonatha Rodrigo. Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira. 2017. Tese de Doutorado.
- DA SILVA**, Leonardo Luiz Silveira. As redes e as interdependências assimétricas: a análise das Relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. *Formação (Online)*, v. 2, n. 23, 2016.

DA SILVA, Rafael Henrique Teixeira; **BENATTI**, Bamila. Reflexões sobre a fronteira entre o México e os Estados Unidos da América: o caso de Tijuana–San Diego. *Revista Geonordeste*, n. 3, p. 97-113, 2014.

DE SOUZA, Conceição Marques; **DA SILVEIRA**, Silvio Simione. Integração e conflitos na fronteira brasileira, Bolívia: breve resumo das cidades gêmeas do Acre. *Uáquiri: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre*, v. 3, n. 2, 2021.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. A política platina do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 43, p. 130-149, 2000.

ECHER, Isabel Cristina. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, 2001.

ESCOLAS NO BRASIL. Escola Estadual Kairala José Kairala - Brasília. Disponível em: <https://www.escolasnobrasil.com/norte/esc-kairala-jose-kairalabrasileia#btnsbaixar>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FARIA, José Roberto Faria. Fronteira, cidades gêmeas e escolas de fronteira: educação como eixo de integração fronteiriça. 2020.

FARRET, Rafael Leporace; **PINTO**, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 12, n. 23, p. 30-42, 2011.

FEITOSA, Thiago Vinicius Neres; **MARTINS**, Wesley; **JAQUEIRA**, Manoela. O acesso à saúde em região fronteira: a tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai em meio à pandemia do coronavírus. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 4, n. 11, p. 28-41, 2020.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica*, v. 9, n. 10, 2014.

FERRARO-JUNIOR, Vicente Giaccagliani. Desigualdades e relações socioeconômicas nas cidades-gêmeas da fronteira Brasil-Bolívia. *Espaço Aberto*, v. 10, n. 1, p. 117-135, 2020.

FERREIRA, Clarisse Mendes Pinto Gomes; **MARIANI**, Milton Augusto Pasquotto; **BRATICEVIC**, Sergio Iván. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá, Brasil. *Saúde e Sociedade*, v. 24, p. 1137-1150, 2015.

FREITAS, Elaine Cristina Cardoso. Diversidade na fronteira: um olhar a partir das formas de acolhimento e avaliação dos alunos estrangeiros nas escolas públicas municipais iguaçuenses. 2019. Dissertação de Mestrado.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 35, n. 3, 2000.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educação & Sociedade*, v. 30, p. 1059-1079, 2009.

HIRATA, Guilherme; **OLIVEIRA**, João Batista Araujo; **MEREB**, Talita de Moraes. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, n. 102, p. 179-203, 2019.

HORST, Cristiane. A situação da alfabetização dos falantes de línguas de imigração no contexto brasileiro. *Revista Contingentia*, v. 4, n. 2, nov. 2009, p. 73-84. Disponível em: seer.ufrgs.br/index.php/contingentia/article/download/11417/6762. Acesso em: dez. 2024.

KOZELSKI, Adriana Cristina. Professor: uma carreira em extinção ou falta de motivação? *Revista Intersaberes*, v. 9, n. 17, p. 178-188, 2014.

KUKIEL, Éder Damião Goes; **DOS SANTOS OLIVEIRA**, Érica; **DA SILVEIRA**, Claudia Vera. Dinâmicas e espacialidades das feiras livres nas fronteiras entre Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai. *Para Onde!?*, v. 13, n. 2, p. 165-182, 2020.

LORENZETTI, Alejandro; **TORQUATO**, Cloris Porto. O Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) como política linguística. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 23, n. 38, 2016.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. *Continente em Chamas: Globalização e Território na América Latina*, v. 1, 2005.

MACHADO, Lia Osório; **RIBEIRO**, Leticia Parente; **DO REGO MONTEIRO**, Lício Caetano. Geopolítica fragmentada: interações transfronteiriças entre o Acre (BR), o Peru e a Bolívia. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 23, n. 2, p. 15-30, 2014.

MANZATO, Antonio José; **SANTOS**, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. *Departamento de Ciência de Computação e Estatística – IBILCE–UNESP*, v. 17, p. 1-17, 2012.

MARIANO, Marcelo Passini; **MARIANO**, Karina L. Pasquariello. As teorias de integração regional e os estados subnacionais. *Impulso*, Piracicaba, v. 13, n. 31, 2002, p. 47-68.

MARQUES, Angela Maria. Mobilidade, acesso à saúde e espaço de fronteira: o caso de Corumbá-MS, Puerto Quijarro e Puerto Suárez-Bolívia. 2012. Tese de Doutorado.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A educação nas regiões de fronteira. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, p. 161-177, 2004.

PACHECO, Allan. Disputas na fronteira: identidades e integridade na zona de fronteira Brasil-Bolívia. *Revista de Estudos Políticos*, v. 20, n. 3, p. 10-22, 2018.

PESSOA, Samuel D. Da fronteira ao centro: o papel da comunicação na política de integração regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, p. 59-74, 2003.

PRADO, João Francisco da Silva. O processo educacional na fronteira: o caso das cidades de Cobija, Brasília e Epitaciolândia. *Educação em Foco*, v. 6, n. 15, p. 8998, 2020.

PUGLIESE, José; **REIS**, Tiago de Azevedo. A fronteira no Brasil e sua relação com os fenômenos globais: aproximações com o contexto boliviano. *Revista de Estudos Fronteiriços*, v. 2, p. 25-43, 2021.

RANGEL, Jorge H. A cultura de fronteira: o caso de Brasília. *Revista Brasileira de Cultura*, v. 12, p. 100-118, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA APLICAÇÃO COM PROFESSORES

Informações Pessoais:

Nome: _____

Idade: _____

Gênero: _____

E-mail: _____

Escola em que atua: _____

Tempo de atuação como professor (em anos) _____

Atuação Profissional:

Principais anos que leciona (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio, Outros):

Experiência com Alunos Imigrantes:

Já teve experiência em lecionar para alunos residentes de outros países? Se sim, descreva essa experiência. () Não () Sim

Atuação em Cidades de Fronteira:

Já trabalhou em cidades de fronteira? Se sim, quais cidades (por favor, indique de qual país elas são)? () Não () Sim

Desafios Culturais:

Caso tenha ministrado aula em escolas de fronteira percebeu alguma dificuldade de ministrar aulas devido às diferenças culturais? Se sim, quais?

() Não ministrei aulas em escolas de Fronteira

() Sim

Existe alguma barreira linguística percebida? Se sim, quais?

() Não ministrei aulas em escolas de Fronteira ()
) Sim

Barreiras de Estrutura:

Acredita existir alguma barreira de estrutura dependendo do local onde a escola está localizada? Se sim, qual?

() Não ministrei aulas em escolas de Fronteira
 () Sim

Programas de Incentivo à Educação em Fronteiras:

Sabe da existência ou já participou de algum programa para incentivar a educação em cidades de fronteira?

() Não
 () Sim

Disparidades no Aprendizado:

Percebe alguma disparidade no aprendizado dos alunos dependendo da localização da escola? Se sim, quais?

() Não
 () Sim

Sugestões para Aprimorar a Oferta de Aprendizagem:

Caso identifique disparidades, quais sugestões você teria para aprimorar a oferta de aprendizagem nessas regiões?

() Não identifiquei
 () Sim

Nessa pergunta você pode deixar visões ou comentários extras acerca do tema:

ANEXOS

ANEXO A – OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE FRONTEIRAS

Uma das questões mais prementes nas regiões de fronteira é o contrabando de mercadorias e o tráfico de drogas e armas. A geografia muitas vezes acidentada e a vastidão das áreas fronteiriças tornam a fiscalização extremamente difícil. A presença de limites legais e culturais distintos entre os países adjacentes também pode facilitar essas atividades ilegais, minando a segurança e a estabilidade (MENDES RODRIGUES, 2023).

As regiões de fronteira frequentemente sofrem de desenvolvimento desigual em relação ao restante dos países envolvidos, a exemplo da falta de infraestrutura adequada, acesso limitado a serviços públicos básicos e oportunidades econômicas limitadas podem perpetuar ciclos de pobreza e marginalização. A negligência estatal em relação a essas áreas pode criar um ambiente propício para o surgimento de problemas sociais e econômicos (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Uma região de fronteira fragilizada apresenta uma série de desafios socioeconômicos e institucionais que podem influenciar jovens e estudantes a entrarem para o mundo do crime. Um contraponto que veremos mais adiante no decorrer desse trabalho.

A localização fronteiriça muitas vezes gera movimentos populacionais significativos. Migração de trabalho, refugiados e deslocamentos podem ocorrer nas regiões de fronteira. A gestão adequada desses fluxos é complexa e pode impactar as dinâmicas demográficas, econômicas e sociais das áreas fronteiriças e dos países vizinhos (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

Fronteiras ambíguas ou historicamente contestadas podem dar origem a disputas territoriais. Esses conflitos, alimentados por fatores étnicos, culturais e históricos, podem gerar tensões diplomáticas e até mesmo levar a confrontos armados. A complexidade dessas disputas é aumentada quando os interesses de diferentes grupos étnicos ou culturais se sobrepõem às fronteiras nacionais (FERREIRA; MARIANI; BRATICEVIC, 2015).

As questões ambientais também desempenham um papel crucial nas regiões de fronteira. Muitas vezes, recursos naturais, como rios, florestas e ecossistemas, se estendem para além das fronteiras nacionais. A exploração desigual desses recursos e os desafios ambientais podem gerar tensões entre os países vizinhos. A falta de coordenação na gestão e na preservação pode resultar em degradação ambiental transfronteiriça.

Enfrentar esses desafios exige cooperação internacional e abordagens integradas. A promoção do desenvolvimento sustentável nessas regiões requer esforços coordenados entre os países envolvidos, a fim de garantir segurança, igualdade de oportunidades, preservação ambiental e resolução pacífica de conflitos.

Governos podem estabelecer zonas econômicas especiais em regiões de fronteira, oferecendo incentivos fiscais e regulatórios para atrair investimentos e estimular o crescimento econômico. Essas políticas podem aproveitar a localização estratégica das fronteiras para facilitar o comércio internacional, a manufatura e o desenvolvimento industrial.

Investir em infraestrutura é crucial para superar as disparidades de desenvolvimento nas regiões de fronteira. Melhorar estradas, redes de transporte, energia e comunicações pode aumentar a conectividade e atrair investimentos. Isso também contribui para a integração dessas áreas aos mercados nacionais e internacionais (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2021).

As regiões de fronteira muitas vezes possuem rica diversidade cultural e patrimônio histórico. Promover o turismo sustentável nessas áreas pode gerar renda, empregos e valorização da cultura local. A criação de roteiros turísticos que exploram a herança cultural e a beleza natural pode atrair visitantes e fomentar o desenvolvimento local (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2021).

A fronteira, entendida como um espaço de transição e interação entre diferentes territórios, possui uma riqueza de significados e complexidades quando analisada sob a ótica sociológica, antropológica, econômica e política. Cada disciplina oferece uma perspectiva única para compreender a dinâmica desse espaço de vida singular (URIBE, 2019).

Do ponto de vista antropológico, a fronteira é um campo fértil para estudar as relações entre grupos humanos e sua adaptação às diferentes condições ambientais, políticas e sociais. Os antropólogos exploram como as práticas culturais, os sistemas

de parentesco, a economia e as estruturas sociais se desenvolvem e se transformam nessas regiões de contato.

Na esfera econômica, a fronteira é um centro de atividades comerciais e econômicas, onde ocorrem trocas de bens, serviços e capital entre nações. Pode ser um local de oportunidades e desafios, influenciando o desenvolvimento econômico das regiões fronteiriças e, por extensão, dos países envolvidos. Questões como tarifas, políticas comerciais e infraestrutura desempenham um papel fundamental na configuração do panorama econômico nesses espaços (URIBE, 2019).

No âmbito político, a fronteira representa uma linha que separa diferentes jurisdições, leis e governanças. É um ponto de regulação, onde as autoridades de cada lado exercem sua soberania e controle. Questões políticas, diplomáticas e de segurança são centrais nas discussões sobre fronteiras, podendo levar a conflitos ou cooperação entre nações (FEITOSA et al., 2020).

A cooperação entre os países vizinhos é essencial para aproveitar o potencial das regiões de fronteira. Acordos bilaterais e multilaterais podem promover a harmonização de políticas, compartilhamento de recursos e soluções conjuntas para desafios comuns, como migração, segurança e desenvolvimento regional (SILVA, 2020).

As fronteiras frequentemente englobam áreas de importância ecológica e biodiversidade. Políticas de preservação e uso sustentável desses recursos podem não apenas proteger o meio ambiente, mas também criar oportunidades econômicas, como o ecoturismo e a comercialização responsável de produtos naturais (FEITOSA et al., 2020).

Promover a inovação tecnológica nas regiões de fronteira pode impulsionar setores como agricultura, mineração e energia. Investimentos em pesquisa e desenvolvimento, bem como a criação de parques tecnológicos, podem atrair investidores e estimular a criação de empregos qualificados. Políticas de educação e capacitação podem elevar o nível de habilidades da população local, aumentando a empregabilidade e o empreendedorismo, o que pode impulsionar o desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças (MACHADO; RIBEIRO; MONTEIRO, 2021).

Incentivar a integração econômica e cultural entre as regiões fronteiriças e os países vizinhos é estratégico. Acordos de livre comércio, programas de intercâmbio

cultural e projetos de cooperação podem fortalecer as relações, minimizando conflitos e maximizando o potencial conjunto (SILVA, 2020).

As regiões de fronteira se configuram como autênticos laboratórios de processos integrativos, marcados por um conjunto de disparidades e desigualdades. Nesses contextos, é evidente a fluidez de conceitos como nação, país, soberania, identidade e cultura – frequentemente, a dinâmica desses elementos transcende a rigidez que os Estados nacionais, com sua ênfase na lógica de poder e controle territorial, tentam impor às suas linhas limítrofes (SILVA, 2020).

Conforme salientado por Raffestin (1993), a relação dialética entre a flexibilidade e a rigidez das fronteiras está intrinsecamente ligada ao exercício do poder. Em alguns momentos, esse poder busca manter a continuidade, movendo os limites; em outros, busca criar descontinuidade, estabelecendo novas demarcações. Como destaca Raffestin (1993, p. 164): “toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota”. O limite, por conseguinte, se torna um sistema semântico, relacional e ideológico que serve como justificativa territorial para relações de poder e viabiliza a execução de projetos sóciopolíticos e econômicos.

De maneira particularmente significativa para os estudos dedicados às fronteiras, desponta a atenção sobre a Zona de Fronteira Brasil-Bolívia, caracterizada por dois fatores primordiais. Primeiramente, está o histórico isolamento das cidadesgêmeas bolivianas em relação aos grandes centros urbanos nacionais (SOUZA; SILVA, 2021).

Além disso, destaca-se a considerável disparidade socioeconômica entre os países, que se manifesta de maneira evidente nos fluxos transfronteiriços. Esses fluxos são orientados tanto pela interação entre a oferta e a demanda de serviços públicos quanto pelas trocas comerciais entre as nações.